



ACOLHIMENTO E BEM ESTAR ANIMAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Organização Mundial da Saúde estima que só no Brasil existem mais de 30 milhões de animais abandonados, destes, 10 milhões de gatos e 20 milhões de cães. Atuar contra o abandono é atuar na saúde pública, na saúde ambiental, e também no problema social. Como a arquitetura poderá atuar no âmbito das políticas públicas para apoiar o combate ao abandono dos animais visando o acolhimento e bem-estar dos mesmos?

LAÍS SÍNTIQUE PEDROZA OLIVEIRA NUNES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR ANIMAL - PROPOSTA DA UNIDADE DE
CASTRACÃO E ADOÇÃO DE ANIMAIS (UCAA) EM ARACAJU/SE.**

LAÍS SÍNTIQUE PEDROZA OLIVEIRA NUNES

LARANJEIRAS - SE

JANEIRO DE 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LAÍS SÍNTIQUE PEDROZA OLIVEIRA NUNES

**ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR ANIMAL - PROPOSTA DA UNIDADE DE
CASTRACÃO E ADOÇÃO DE ANIMAIS (UCAA) EM ARACAJU/SE.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Sergipe, como requisito para
aprovação na disciplina TCC I.

Orientador: Prof^o. Dr^o Márcio da Costa
Pereira

Co-orientadora: Prof^a. Dra. Angela Cristina
Dias Ferreira

LARANJEIRAS - SE

JANEIRO DE 2019

LAÍS SÍNTIQUE PEDROZA OLIVEIRA NUNES

**ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR ANIMAL - PROPOSTA DA UNIDADE DE
CASTRACÃO E ADOÇÃO DE ANIMAIS (UCAA) EM ARACAJU/SE**

Trabalho Final de Graduação apresentado em 29 de Março de 2019 à seguinte banca examinadora:

Prof.º Dr. Márcio da Costa Pereira

Orientador | Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof.º Dra. Angela Cristina Dias Ferreira

Coorientadora | Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof.ª Samira Fagundes De Souza

Examinadora Interna | Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof.ª Ma. Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira

Examinadora Externa | Arquiteta e Urbanista

Média Final: 10,0

LARANJEIRAS – SE

2019

“Somos sempre nós que abandonamos os cães, na natural ingratidão com que sacrificamos as melhores afeições aos interesses e conveniências. Não tenho notícia de cachorro que se houvesse, de vontade própria, separado do dono, abandonando o amigo por [maior] que fosse a miséria que com ele partilhasse. O homem é diferente. É a criatura que mais depressa e com a maior facilidade esquece as amizades. A natureza humana é muito ordinária. E ainda há gente que emprega a palavra “cão” como insulto, como injúria! ”

Vivaldo Coaracy

“Chegará o dia em que o homem conhecerá o íntimo dos animais. Nesse dia um crime contra um animal será considerado um crime contra a própria humanidade. ”

Leonardo Da Vinci

RESUMO

A intenção deste Trabalho de Conclusão de Curso é destacar a pertinência da arquitetura em meio à relação entre o homem e o animal e como esta pode ser usada como artifício capaz de modificar a atual realidade de maus-tratos e abandonos de animais na cidade de Aracaju/SE. Questiona as políticas públicas no âmbito da saúde animal e em como isso se reflete em toda a sociedade, inclusive na paisagem urbana. Essa atual situação traz, para a cidade, riscos a presença de animais em locais públicos, sem qualquer tipo de supervisão, restrição e cuidados veterinários, e é considerada uma ameaça potencial nas áreas de saúde pública, social, ecológico e econômico, gerando diversos problemas urbanos e sociais; o que comprova a necessidade de um espaço ideal na cidade de Aracaju que objetive melhorar qualidade de vida e a consciência da sociedade no tocante à causa animal, a fim de promover o bem-estar e acolhimento dos animais errantes. Para tanto, a proposta arquitetônica baseia-se em três pilares: castração, educação e adoção. Traz também a figura do animal comunitário a fim de aliviar o sofrimento dos cães e gatos em situação de rua e prover os cuidados básicos necessários para os mesmos. Dessa forma, caminhando através desses três pilares, é possível notar, a curto prazo, resultados positivos no município, como o controle de colônias de felinos. E a longo prazo, a diminuição ou extinção quase que completa do número de abandono de animais e o estímulo a adoção consciente. O projeto se refere então à implantação da UCAA – Unidade de Castração e Adoção de Animais, localizado ao lado do Ibama, na avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, Aracaju/SE. Possui fácil acesso e boa localização em relação aos hospitais universitários da UFS e da Pio X, os quais visa se estabelecer parcerias. Desse modo, poderá ser tido como um ponto de referência de castração e adoção, bem como de inclusão social e educacional a partir da campanhas educativas e aberturas de cursos de banho e tosa, além de dar suporte a eventos e campanhas relacionadas à causa animal. Tudo isso reunido através de uma arquitetura baseada em formas simples e contemporânea que visa o conforto térmico, a interação e, o mais importante, o bem-estar de todos os animais humanos e não humanos.

Palavras chave: Direito animal. Políticas Públicas. Projeto Arquitetônico. Castração. Adoção.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Reprodução de animais no intervalo de 10 anos	17
Figura 02 – Motivos do abandono de animais de estimação.....	18
Figura 03 – Fachada do hospital veterinário do Recife	22
Figura 04 – Sala de atendimento do hospital	22
Figura 05 – Inauguração do CCPAD pelo prefeito Rodrigo Neves	23
Figura 06 – Vista aérea das instalações do CCPAD	24
Figura 07 – Uma das salas do CCPDA	24
Figura 08 – Vista interna do CCPAD	24
Figura 09 – Vista interna do CCPAD	24
Figura 10 – Localização do terreno por satélite	38
Figura 11 – Distância entre o terreno e as universidades	39
Figura 12 – Dimensões do terreno	40
Figura 13 – Vista em perspectiva a partir da Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz	41
Figura 14 – Curvas de níveis do terreno	41
Figura 15 – Direção do vento: Leste/Sudeste	42
Figura 16 – Tabela de Critérios de ocupação do solo	43
Figura 17 – Entorno do terreno	49
Figura 18 – Vista da Av. Dr. Carlos Rodrigues sentido leste	45
Figura 19 – Vista da Av. Dr. Carlos Rodrigues sentido oeste	45
Figura 20 – Implantação e acessos	52
Figura 21 – Setorização	53
Figura 22 – Estudo de Fluxos	53

Figura 23 – Implantação em perspectiva	54
Figura 24 – Vista do Centro a partir do acesso principal	54
Figura 25 – Vista em perspectiva dos blocos ligados pelo hall	55
Figura 26 – Vista do hall para a praça de interação entre animais e crianças	55
Figura 27 – Vista do hall para a praça de interação entre animais e crianças	56
Figura 28 – Vista do hall para o setor de abrigo de animais para adoção e crematório ao fundo	55
Figura 29 – Acesso ao setor de adoção	57
Figura 30 – Vista dos canis animais para adoção	57
Figura 31 – Vista do setor de abrigo para os animais errantes	58
Figura 32 – Vista do caminho que liga o setor de animais resgatados com o crematório	58
Figura 33 – Composição da Fachada principal: Vidro painel de ripas de madeira e pintura na cor branca	59
Figura 34 – Destaque para fechamento do acesso principal: Vidro painel de ripas de madeira	59
Figura 35 – Cobertura de telha metálica com sistema em shed e hall com cobertura de teto jardim	60
Figura 36 – Corte esquemático – detalhe da cobertura	60
Figura 37 – Sistema de brises e espelho d'água	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – ONG's protetoras de animais em Aracaju/SE	30
Tabela 02 – Programa de necessidades preliminar	46

LISTA DE SIGLAS

ABINPET - Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação

ADASFA - Associação Defensora dos Animais São Francisco de Assis

ANDA - Agência de Notícias de Direitos Animais

ASPA - Associação Sergipana de Proteção Animal

CCPAD - Centro de Controle Populacional de Animais Domésticos

CCZ - centro de Controle de Zoonoses

CMA - Câmara Municipal de Aracaju

CVA - Centro de Vigilância Animal

DEPROCOMA - Delegacia de Proteção ao Consumidor e Meio Ambiente

ELAN – Educação e Legislação Animal

HVR - Hospital Veterinário do Recife

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PGM - Procuradoria Geral do Município

PL – Projeto de lei

PMA- Prefeitura Municipal de Aracaju

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SE - Sergipe

SEDA - Secretaria Especial de Defesa Animal

SEMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. OBJETIVOS	12
1.1.1. OBJETIVO GERAL	12
1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
1.2. METODOLOGIA	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1. A QUESTÃO DO ABANDONO	14
2.2. ABANDONO DE ANIMAIS NÃO HUMANOS	16
2.2.1. A questão social	16
2.2.2. A questão jurídica	25
2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA OS ANIMAIS – A SITUAÇÃO DE ARACAJU/SE	30
3. PROPOSTA ARQUITETÔNICA	36
3.1. CARACTERÍSTICAS DO TERRENO	38
3.1.1. Localização e condicionantes locais	38
3.1.2. Estudo do clima e direção dos ventos	42
3.1.3. Aspectos urbanísticos	43
3.1.4. Análise do Entorno	43
3.2. PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ DIMENSIONAMENTO	46
3.3. PROJETO ARQUITETÔNICO	51
3.3.1. Partido e conceito	51
3.3.2. Implantação e acesso	52
3.4. CARTILHA DE CUIDADOS AO ANIMAL COMUNITÁRIO	62
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
APÊNDICE A – PROJETO	69
APÊNDICE B – CARTILHA DO ANIMAL COMUNITÁRIO	76

1. INTRODUÇÃO

A arquitetura está a serviço da sociedade, e como tal, visa suprir os anseios ou até mesmo gerar mudanças. O bem-estar e o acolhimento vêm se tornando diretrizes para que a arquitetura possa alcançar resultados relacionados à qualidade de vida e à saúde. Portanto, a escolha do tema é fruto de uma inquietação ao olhar para o amanhã das nossas cidades. Infelizmente, na maioria das vezes, a arquitetura e o urbanismo não tem sido reconhecidos como agentes importantes na busca de soluções desses problemas. Em consequência disso, progressivamente materializa-se a degradação da qualidade de vida e a deterioração da paisagem urbana.

Saúde pública consiste em três pilares: saúde humana, saúde animal e saúde ambiental. Se um destes pilares se encontra em desequilíbrio, como é o caso do descaso com os animais, produz um impacto ambiental que afeta toda a sociedade.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) divulgou dados alarmantes. Estima-se que só no Brasil existem mais de 30 milhões de animais abandonados, sendo 10 milhões de gatos e 20 milhões de cães. Em cidades de grande porte existe para cada cinco habitantes um cachorro e, destes, 10% estão abandonados. No interior e em cidades menores, a situação não é muito diferente. Em muitos casos o número chega a 1/4 da população humana. (OMS apud ANDA, 2013)

O abandono de animais é frequente no Brasil bem como em toda a América Latina, e gera uma série de impactos negativos no âmbito urbano. Uma cidade onde predomina o abandono evidencia a situação de descaso e de ausência de políticas públicas que regulem tal questão. Ademais, a presença de animais em locais públicos, sem qualquer tipo de supervisão, restrição e cuidados veterinários, é considerada uma ameaça potencial nas áreas de saúde pública (devido às zoonoses), social (desconforto com relação ao comportamento animal), ecológico (principalmente no que se refere ao impacto ambiental) e econômico (custos com a estratégia de controle populacional). Afirma ALVES et al. (2013)

No que tange aos problemas vividos nas cidades, o Estado de Sergipe e o município de Aracaju se encontram no estágio inicial do processo de mudança, onde políticas públicas para animais ainda é uma luta por parte de representantes do governo. Unidade pública de saúde veterinária, SAMU veterinário, delegacias especializadas em apuração de crimes contra animais e juizados especiais criminais para este fim ainda não são realidades.

Muitas organizações particulares (1) atuam com o intuito de tentar sanar o sofrimento desses animais abandonados, porém tais ONG's encontram-se superlotadas e sem condições financeiras de dar suporte à quantidade de casos que recebem. O centro de zoonoses não acolhe e nem realiza campanha de castração, com isso estamos presenciando um problema de saúde pública que afeta a todos os cidadãos aracajuanos e a cidade.

Atuar contra o abandono é atuar na saúde pública, na saúde ambiental, e também no problema social. Como a arquitetura poderá atuar no âmbito das políticas públicas para apoiar o combate ao abandono dos animais visando o acolhimento e bem-estar dos mesmos?

O presente trabalho busca propor uma arquitetura que proporcione o bem-estar e acolhimento dos animais não humanos, uma arquitetura que busque trazer soluções em parceria com a sociedade visto que terá impacto na mesma. Visa ainda trazer à tona a importância do assunto na contemporaneidade e demonstrar como nós, enquanto futuros arquitetos e urbanistas, podemos contribuir, juntamente com a sociedade, governos e políticas públicas, com discussões e projetos capazes de suprir as necessidades básicas de animais não humanos e, em consequência, os animais humanos.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo geral

Apresentar uma solução arquitetônica que colabore na redução dos casos de abandono e maus tratos de animais em Aracaju/SE.

1.1.2. Objetivos específicos

- Estudar e compreender em que consiste o abandono, de modo geral, e como a sociedade se coloca diante de tais casos.
- Levantar questionamentos acerca da posição social e jurídica diante dos casos de abandono e analisar referenciais que atuam em prol dos animais não humanos nos âmbitos abordados.
- Analisar o caso de Aracaju e investigar quais foram as ações tomadas, ou que pretendem ser tomadas, com o propósito de tolher o abandono dos animais não humanos.

(1) Organizações não Governamentais, ou seja, instituições criadas sem ajuda ou vínculos com o governo, geralmente de fundo social e sem fins lucrativos.

- Identificar quais são os procedimentos para a curto prazo ampliar controle sobre animais abandonados em Aracaju/se e a longo prazo tolher o abandono visando o acolhimento e o bem-estar dos mesmos.

1.2. METODOLOGIA

A primeira etapa consiste na delimitação do tema. Esta servirá como base do trabalho, onde será realizada uma revisão bibliográfica preliminar e consulta a artigos, reportagens jornalísticas e dissertações a fim de reunir material para uma primeira aproximação com o tema do abandono de animais não humanos e suas questões.

A segunda etapa consiste na elaboração do Referencial teórico acerca da questão do abandono e das questões que estão relacionadas a esta prática. Será feito para tanto revisão bibliográfica em fontes secundárias, utilizando-se de matérias informativas, artigos, teses e dissertações. Nesta etapa serão feitas entrevistas (fontes primárias) com representantes de entidades políticas e da área da medicina veterinária, a fim de entender a situação de Aracaju/SE. A partir desse estudo teórico e da análise de referenciais arquitetônicos, será possível delinear um plano de necessidades para a proposta arquitetônica que será desenvolvida.

Na terceira etapa será desenvolvido o Projeto Arquitetônico. Nesta última etapa sistematiza-se o material estudado e faz-se um diagnóstico do local selecionado para a intervenção através de diagramas e imagens a fim de obter dados acerca das potencialidades, carências e características que servirão de apoio ao desenvolvimento do projeto. O produto final será uma monografia, desenhos e memoriais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A QUESTÃO DO ABANDONO

Abandonar, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1996), significa: “deixar, desamparar, desprezar, renunciar”. No âmbito jurídico faz-se uso do termo em variadas situações do cotidiano, mas, em todas elas, o abandono sempre faz referência à negligência de uma pessoa ou um bem. Ou seja, indica claramente que o indivíduo ao ser abandonado está sujeito a danos em consequência de tal ato.

O abandono de pessoas é uma questão não só jurídica, mas também social. Este é um tema que vem sendo cada vez mais discutido em virtude do crescente o número de pessoas encontradas em estado de abandono durante o atendimento nos diversos locais de atenção à saúde, nas ruas, ou até mesmo na mão de outros, cujos direitos de posse, como é no caso das crianças, são passados para outrem.

Entende-se que nesse contexto, o abandono, em geral, é determinado pela dificuldade ou falta de recursos que cuidar de outros requer. Por exemplo, exige-se esforço e gastos para dar auxílio ao idoso, ao usuário de drogas, ao dependente de terceiro por doenças diversas, de crianças e de animais. Esta pode ser justificada como sendo alguma situação de estresse físico e, principalmente, psicológico, além de onerosa.

Mas, independentemente das circunstâncias, o abandono é um ato inadmissível, posto como crime de periclitação da vida e da saúde. Portanto, o ato de maus tratos está relacionado ao abandono, partindo do fato de que o abandono coloca a vítima em uma situação de perigo.

A consequência gerada pelo abandono é um sentimento constante de sofrimento, o que impede o indivíduo de viver e conviver plenamente e de permanecer inserido na família, no grupo e na cultura. Essa situação rompe o contato vital com o mundo, favorece a inércia do corpo e rouba a possibilidade de ser e de conhecer. (CARBONI e REPPETTO, 2007)

Em termos legais, o decreto de lei do Código Penal nº 2.848/1940 determina como crime no Art. 133:

Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono cuja pena é a detenção que varia de seis meses a três anos. § 1º - Se do abandono resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de um a cinco anos. § 2º - Se resulta a

morte: Pena - reclusão, de quatro a doze anos. § 3º - As penas cominadas neste artigo aumentam-se de um terço: **I** - se o abandono ocorre em lugar ermo; **II** - se o agente é ascendente ou descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima; **III** - se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos (Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003).

Existem ainda, leis específicas protetivas voltadas aos grupos vulneráveis, como por exemplo o Estatuto da criança e do adolescente (Lei Nº 8.069/90), Estatuto do idoso (Lei No 10.741/03) e o Estatuto da pessoa com deficiência (Lei Nº 13.146/15).

Ademais, é possível contar ainda com o Disque-Denúncia, programa adotado em muitos Estados brasileiros. Ele passa a atuar nesse contexto como meio de combate à violência contra o idoso, a mulher, as pessoas com deficiência e a criança e ao adolescente, através do núcleo de violência doméstica, com o objetivo monitorar as denúncias cadastradas, priorizando e qualificando o atendimento. Ele conta com parceria de órgãos especializados no combate a violação de direitos, além dos conselhos tutelares e outros órgãos.

Conclui-se que, no que tange ao abandono de animais humanos, existem leis protetivas específicas, bem como conselhos e delegacias especializadas, que reprimem tais atos.

No caso dos animais não humanos, no Brasil, a Lei Federal 9.605 de 1998, determina crime o ato de maus tratos de animais possuindo direito à denúncia. A Lei 9605/95, art. 32 determina crime:

Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Mesmo que não se tratando diretamente de abandono, vimos neste estudo que esta prática se configura como maus tratos em virtude de que, o ser ao ser abandonado, está sujeito à danos em consequência de tal ato. Ou seja, o abandono se enquadra nas penas prescritas na lei. Porém, tendo em vista que a pena é baixa, dá a possibilidade para quem não tem antecedentes criminais, de substituir a pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito. Além do mais, os avanços no que tange às leis protetivas municipais ou delegacias especializadas ainda não foram implantadas na maioria dos Estados brasileiros.

2.2. ABANDONO DE ANIMAIS NÃO HUMANOS

A relação entre o ser humano e o animal não humano de companhia é decorrente de uma mudança comportamental da própria sociedade. Esta relação passa a se intensificar devido a novos hábitos, relacionados ao menor número de filhos e ao aumento de recursos em geral. Passou-se então a conferir ao animal de companhia o status de membro da família. Ele ganha espaço no círculo familiar sendo acompanhado na vida e na morte (SANTANA; OLIVEIRA, 2006).

Atualmente, em virtude de pressão por parte da sociedade, obteve-se aumento gradual e progressivo em relação às leis municipais brasileiras que tratam dos cuidados com os animais. Muitas medidas vêm sendo adotadas para efetivar seus direitos.

Mas o caso de animais abandonados ainda é crescente na maioria das cidades brasileiras tornando-se um problema de responsabilidade da própria sociedade. Saúde pública consiste em cuidar de três pilares: saúde humana, saúde animal, e saúde ambiental. Se um destes se encontra em desequilíbrio, como é o caso do descaso com os animais, produz um impacto ambiental que afeta toda a sociedade.

2.2.1. A questão social

O Brasil possui a segunda maior população de animais domésticos do mundo. O país atingiu a marca de 22,1 milhões de gatos e 52,2 milhões de cães, segundo atesta pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação, a Abinpet (PORTES, 2017). Existe ainda a prospecção de expansão, com cerca de 6% ao ano para os cães, 12% ao ano, para os gatos. (CORONATO, 2016)

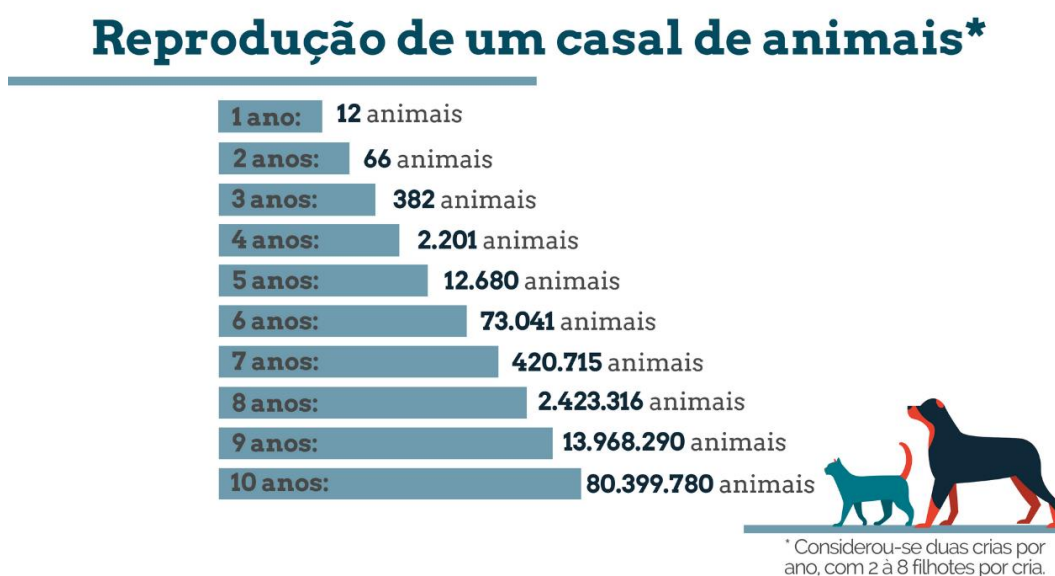
A título de exemplo, pesquisas do IBGE revelam ainda que, no Brasil, o número de famílias que criam cachorros já ultrapassa o de famílias que têm crianças. A cada 100 famílias no país, 44 criam cachorros, enquanto só 36 têm crianças. A pesquisa foi feita em 2013 e apontou a existência de 52 milhões de cães, contra 45 milhões de crianças de até 14 anos. (IBGE, 2013 apud VEJA, 2015).

[...] visto a crescente demanda que se tem verificado nas sociedades, pois a urbanização cada vez mais crescente vem suplantando hábitos coletivos entre os indivíduos que, isolados em seus lares, têm constituído fortes laços afetivos com

algumas espécies, como é o caso dos cães e gatos, transformando-os em verdadeiros entes familiares. Porém, esse relacionamento nem sempre foi ética e ambientalmente correto. No cotidiano, observam-se muitas arbitrariedades praticadas pelo homem que aniquilam a dignidade desses seres geralmente indefesos, ao promover todas as modalidades de abusos, maus tratos e crueldade, ou então, adestram-nos para se tornarem violentos e, assim, portá-los como se armas fossem, quando não os abandonam a toda sorte de riscos, transformando-os em vítimas inocentes e vetores de doenças, afetando, inclusive, a saúde pública (SANTANA; OLIVEIRA, 2006).

O aumento de animais nos lares brasileiro é característico de um crescente processo de urbanização. Se dá, a primeiro momento, no interesse em obter a companhia de um animal doméstico tornando-o integrante da família. Mas hoje vemos muitas arbitrariedades nessa relação, acompanhada do crescente número de abandonos. Hoje, somente no Brasil, o número de animais abandonados é de 30 milhões (OMS apud ANDA, 2013). Mas esse dado tende a aumentar quando consideramos o grau de reprodução (Figura 01) e proliferação desses animais.

Figura 1: Reprodução de animais no intervalo de 10 anos.



Fonte: American Humane Association, s.d. (Adaptado pela autora)

Dessa maneira, torna-se necessário a existência de meios para conter o número de animais em situação de abandono para que a situação não se agrave de modo que resulte em impactos negativos, tanto na saúde humana como no meio ambiente, ou seja, nas cidades.

Ao efetuar uma análise do teor das justificativas que dão base ao abandono de animal (Figura 2), fica claro que é necessário estimular a adoção responsável. Os donos dos animais precisam ter ciência da responsabilidade que lhe cabe ao tomar posse de um animal em termos de tempo, dinheiro e cuidados. Cada animal possui uma particularidade e um tipo de cuidado específico.

Figura 2: Motivos do abandono de animais de estimação

Cães	Gatos
18,5% Suja a casa	37,7% Suja a casa
12,6% Destrutivo fora de casa	11,4% Destrutivo fora de casa
12,1% Agressivo com as pessoas	16,9% Agressivo com as pessoas
11,6% Tem o vício de fugir de casa	8,0% Não se adapta com outros animais
11,4% Ativo demais	9,0% Morde
10,9% Requer muita atenção	6,9% Requer muita atenção
10,7% Late ou uiva muito	14,6% Destrutivo dentro de casa
9,7% Morde	4,6% Eutanásia por motivos de comportamento
20,0% Destrutivo dentro de casa	6,9% Não amistoso
9,0% Desobediente	4,6% Ativo demais

Fonte: ANDA, 2014

A compra ou adoção de um animal implica em cuidados básicos com a sua alimentação, higiene, saúde e educação, entre outros. Além destes, é preciso criar condições para que os animais possam interagir socialmente e serem capazes de manifestar os comportamentos próprios da espécie. Quando se adquire o animal sob motivações erradas, não os treinam ou quando os donos não estão preparados para as responsabilidades que isso implica, o resultado é o abandono do animal sob própria sorte ou nas mãos de outros – quando são doados para outras famílias ou instituições (MARDER et al, 2008 apud ALVES et al, 2013).

Diante de tais problemas é possível identificar caminhos para se obter resultados positivos ante o problema do abandono de animais. Estabelecemos a partir desse estudo três pilares importantes: A educação, as associações e o poder público.

Primeiramente, podemos destacar o papel da Educação. Com relação aos profissionais, é de sua responsabilidade o papel de educar. Estes são capazes de transmitir as informações necessárias concernente a guarda de animais. Conforme já citado, aquele que adquire um animal deve estar ciente da responsabilidade associada aos cuidados básicos e de prevenção das zoonoses, além da atenção que este vai requerer ao longo da sua vida.

A família que adota um animal deve receber informações sobre os comportamentos considerados normais para a espécie, métodos humanitários de adestramento e estratégias para

que o animal apresente, ao longo do tempo, comportamentos adequados ao convívio familiar (HORWITZ & MILLS, 2009 apud ALVES et al, 2013).

A aquisição ou guarda responsável é, portanto, uma meta que deve ser estabelecida e difundida por profissionais da área bem como também qualquer órgão ou empresa que realiza venda ou adoção de animais. Envolve ainda a conscientização da população em geral, e nisso é importante o papel de os órgãos políticos a fim de atingir todas as camadas sociais.

Nesse contexto, caberia ao Poder Público estabelecer um controle sobre estabelecimentos comerciais e a realização de campanhas educativas tentando reprimir a compra por impulso, tendo em vista esse tema como uma das raízes da problemática (SANTANA; OLIVEIRA, 2006).

Segundo, podemos destacar a importância de estabelecer associações. Consiste na parceria e integração entre órgãos públicos e responsáveis da área que possuem o animal como objeto de estudo, tais como médicos veterinários e zootecnistas. É possível ainda estabelecer a parceria destes com a Universidade. Essas associações tornam possíveis a aquisição de recursos financeiros e tecnológicos com áreas de conhecimento específico em relação aos animais. O objetivo a alcançar a partir dessas associações é de reunir e de voltar os esforços para ações de controle do aumento populacional de animais abandonados e do índice de zoonoses.

Terceiro, a solução para o problema, tanto da superpopulação quanto do abandono, parte da adoção do método humanitário de prevenção ao abandono pelo poder público, caso anseie por reduzir, senão eliminar esses problemas (SANTANA; OLIVEIRA, 2006). O poder público precisa voltar seus esforços e recursos para a causa animal de várias formas. Uma delas é pelo financiamento de órgãos físicos responsáveis com o cuidado de animais.

Os Centros de Controle de Zoonoses (CCZ) desempenham um papel importante. Eles atuam na prevenção e controle das zoonoses (doenças adquiridas pelo homem através de animais), com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Ou seja, é um órgão promotor de Saúde Pública. Mas o fato é que possui limitações do ponto de vista ético e econômico, ele lida com as zoonoses, mas não lida com abandono em si. Enquanto existir o descontrole da população de animais abandonos existirá cuidados redobrados em relação a zoonoses, e isso envolve gastos financeiros.

Muitos encontram dificuldades em relação aos cuidados específicos que cada animal exige, e esta pode ser apontada como a maior causa do abandono. É preciso que unidades de

educação e de saúde se tornem uma realidade pública. Isso envolve fornecer campanhas de vacinação ampla e acessível para a população bem como também campanhas educacionais na mídia e nas escolas, dirigindo a atenção para a necessidade de vacinar o animal.

É de suma importância ainda o papel da castração. Programas de esterilização com precisam atingir o maior raio de abrangência possível, constituindo uma relação inversamente proporcional com a taxa de natalidade desses animais (SANTANA; OLIVEIRA, 2006). Os cuidados com os animais não devem ser resguardados somente para aqueles que são detentores de recursos financeiros, mas deve ser direito de toda a população.

Essas ações visam o controle da população de animais, o controle de zoonoses e a promoção do bem-estar animal. Conforme apontado ao longo deste estudo, é um desafio público e cultural. Mas apesar de ser um caminho longo e com variadas possibilidades, possui uma resolução possível. Conforme comprovado por meio de experiências em outros países, e até mesmo alguns estados brasileiros, já é possível constatar avanços significativos a favor da erradicação de animais errantes.

Os números de animais abandonados atingiram a marca de 100 (cem) mil nas ruas de Recife, em 2013. O crescente número de animais abandonados assustou a população e pressionou a prefeitura a tomar medidas de controle por questões principalmente de saúde pública (JUSBRASIL, 2013).

Medidas foram tomadas em prol de conter a população de animais errantes, principalmente de cães e gatos. Em matéria da Associação do Ministério Público de Pernambuco em 2013 foi informado que a criação da Secretaria Executiva de Defesa Animal (SEDA) pela Prefeitura do Recife.

“A Secretaria Executiva dos Direitos dos Animais, surgiu da necessidade e do anseio social de criação de uma política pública voltada ao bem-estar animal, sendo a primeira nesse âmbito de atuação no Norte e Nordeste, e a terceira do país. A Seda tem três pilares de atuação: castração de cães e gatos para controle reprodutivo; fiscalização de maus tratos; adoção; e educação, seja com orientações voltadas para o bom criador de forma geral ou campanha educativa permanente nas escolas municipais para que as crianças sejam agentes multiplicadores no que diz respeito aos cuidados, vacinação em dia e deveres do criador e direitos do animal” (RECIFE, 2018)

A Secretaria dividiu opiniões. Parte dos defensores de animais defendiam a instalação de abrigos municipais que realizassem tratamento e castração, tornando assim os animais

aptos para serem encaminhados para adoção. Porém, outros argumentam que abrigos devem ser a última opção haja vista que os Centros de Vigilância Animal - os CVAs (2) - que deveriam fazer o trabalho - não dão conta da tarefa de ampará-los (JUSBRASIL, 2013).

Em concordância com a ideia de que a solução não se dá através de abrigo, o titular da SEDA, Rodrigo Vidal, defendeu as campanhas educativas e eventos de adoção. Afirmou que este seria um problema com solução lenta e gradual, mas que a secretaria realizaria campanha gratuita de castração em massa e investiria em educação, bem como a instalação de um hospital público veterinário (JUSBRASIL, 2013).

O médico veterinário Gustavo Campos também se posicionou contra o recolhimento dos animais aos CVAs. “Sou a favor de uma castração em massa, porque os abrigos virariam depósitos”, destacou (JUSBRASIL, 2013).

"Iniciamos campanhas educativas, informativas e de adoção - já realizamos 472 adoções. Também temos o controle da natalidade animal com mais de 600 castrações realizadas. A quantidade de cachorros e gatos que são abandonados é enorme; queremos evitar que isso aconteça. Também iniciamos o processo de fiscalização dos maus tratos de animais na cidade, o que é importantíssimo. A próxima instância é a infraestrutura para o atendimento à uma parcela da população que não tem como pagar o tratamento do seu animal, que será feito no hospital veterinário", destacou Geraldo (RECIFE, 2014).

A Secretaria Executiva de Direitos dos Animais (SEDA) oferece castração gratuita. Para ser beneficiado com o serviço o dono do animal deve morar em Recife e agendar o procedimento por telefone. O atendimento é realizado no Centro de Vigilância Ambiental (CVA) da Prefeitura do Recife (RECIFE, 2016).

Os veterinários da SEDA realizam, por dia, 50 procedimentos cirúrgicos dessa natureza e, desde outubro de 2013, já foram realizadas mais de 12 mil castrações. Ademais, todos os animais castrados recebem um microchip de identificação. Isso gera dados cadastrais do animal para que seja possível localizar o dono do animal em caso de perda ou abandono (RECIFE, 2016).

O Hospital Veterinário do Recife (HVR) entrou em funcionamento em 12 de junho de 2017, onde foram feitos mais de 19 mil atendimentos, entre consultas ambulatoriais e

(2) O CVA é um centro de Controle de Zoonoses, de acordo com o parecer técnico nº08/2012-CGDT/DEVEP/SVS/MS, solicitado pela própria Prefeitura ao Ministério da Saúde e que consta da denúncia ao MPF, e como tal é uma das unidades de saúde que compõem o SUS, recebendo recursos da União Federal para sua manutenção.

emergenciais, vacinação, castração e outras cirurgias. Consolidou-se através deste a política pública de defesa dos animais que vem sendo discutida pela Prefeitura do Recife desde 2013, desde a fundação da Secretaria Executiva dos Direitos dos Animais (RECIFE, 2018).

A unidade conta com três consultórios, uma sala de cirurgia, sala de pós-operatório, sala de vacinação junto com odontologia, laboratório e sala de diagnóstico por imagem.

Da esquerda para direita. Figura 3: Fachada do hospital veterinário do Recife. Figura 4: Sala de atendimento do hospital.



Fonte: Andréa Rêgo Barros apud APIPA, 2017

Desde então, a Seda realizou mais de 16.500 castrações gratuitas de cachorros e gatos; quase sete mil consultas clínicas em mais de 30 mutirões do projeto Veterinários nos Bairros e já promoveu a adoção de cerca de mil caninos e felinos nas feiras de adoção realizadas em diferentes locais da cidade do Recife. Já foram feitas também cerca de 500 palestras educativas sobre direitos dos animais nas escolas da rede pública e particular de ensino da capital pernambucana (RECIFE, 2018).

O Hospital de Recife é a primeira unidade de saúde veterinária pública do Norte-Nordeste. O hospital representa um avanço significativo em busca do bem-estar animal, mas que ainda é ineficaz para apresentar-se como solução. A demanda não corresponde ao número de atendimentos. Ademais, a espera e demora no atendimento, as filas, a falta de estrutura do local e o sistema falho de atendimento por telefone são reclamações feitas por parte dos usuários. Além da dificuldade de acesso por se encontram em uma zona mais afastada, longe do centro da cidade.

O problema de abandono de animais ainda persiste em Recife haja vista que os resultados das ações tomadas só poderão ser vistos à médio e longo prazo. Mas os dados destacam que as ações de castração e de educação estão atingindo grande parte da população de Recife. As castrações aumentaram de 600, em 2014, para mais de 16.500, em 2018.

Caminhar pelos três pilares: castração, educação e adoção mostram-se como meios primordiais para tolher o crescente número de animais sem situação de rua.

No Rio de Janeiro a situação não é diferente. Assim como em Recife, o crescente número de animais abandonados pressionou a prefeitura a tomar medidas de controle, tal como ocorreu em Niterói.

O número de animais abandonados nas ruas do Rio é cada vez maior, são cerca de um milhão e meio, e tende a aumentar. Os grandes abrigos da cidade encontram-se superlotados. Foi preciso tomar medidas públicas que contemplassem os animais.

Algumas medidas entram em destaque, tais como o Centro de Controle Populacional de Animais Domésticos (CCPAD) de Niterói, inaugurado em 3 de Julho de 2017. A unidade dará suporte aos trabalhos da Prefeitura de Niterói no cumprimento à política de proteção aos animais, conforme previsto na Lei 3153, de 21 de julho de 2015 – Lei Municipal de Proteção e Bem-Estar dos Animais Domésticos. Se constitui como uma política pública de proteção animal e castração que virou referência para outros municípios.

Figura 5: Inauguração do CCPAD pelo prefeito Rodrigo Neves.



Fonte: Leonardo Simplício apud GRAEL, 2017.

Segundo o coordenador municipal de Defesa Animal, Marcelo Pereira, a política de capturar, esterilizar e devolver (CED) os animais é feita com sucesso em diversos países. Com isso foi possível controlar as colônias existentes em Niterói, evitando riscos de proliferação populacional e de zoonoses. Quando encaminhados à adoção os animais recebem um microchip de identificação. E o objetivo é de ampliar a atividade com a implantação do microchip em todos os animais castrados na instituição (NEDER, 2018).

O Centro conta com dois modernos centros cirúrgicos, salas de pré e pós-operatório, consultório, área administrativa, cozinha, salas de estoque de medicamentos e descarte de material residual, canil e gatil para abrigar animais temporariamente em parceria com ONGS de proteção animal da cidade.

No centro também é ofertado curso profissionalizante de banho e tosa para incluir jovens no mercado de trabalho, em parceria com a Secretaria de Assistência Social, que além de ser um aparelho de proteção animal, será um centro de inclusão social.

De cima para baixo, da esquerda para direita. Figura 6: Vista aérea das instalações do CCPAD. Figura 7: Uma das salas do CCPDA. Figuras 8 e 9: Vista interna do CCPAD.



Fonte: Leonardo Simplício apud GRAEL, 2017.

Com um mês de funcionamento, cerca de 50 procedimentos cirúrgicos de esterilização já foram realizados. O serviço de castração se reveza entre animais de proprietários e animais abandonados. “Além de manter o espaço em funcionamento, a SEDA promove na cidade ações para coibir maus-tratos a animais, sempre com apoio de outros órgãos municipais, como a secretaria municipal de Meio Ambiente, Polícia Civil e secretaria municipal de Ordem Pública” (PREFEITURA DE NITERÓI, 2017).

O Rio de Janeiro adotou o principal método de controle aos animais abandonados, a castração. Isso evita que os animais se reproduzam e consequentemente aumente progressivamente o número de animais nas ruas. Porém, apenas castrar não basta. É necessário prover cuidados necessários pós-operatório, como ocorre na CCPDA, atuando também como uma clínica de passagem para recuperação do animal. Outro método importante adotado é o de educar. Conscientizar a comunidade sobre a guarda responsável e para a necessidade da castração e da esterilização dos animais.

Dessa forma, caminhando através dos três pilares: castração, educação e adoção, a curto prazo já foi possível obter resultados positivos no município, como o controle de colônias de felinos. A caminhada é longa, mas o primeiro passo já foi dado e serve hoje de modelo para as demais cidades.

2.2.2. A questão jurídica

Hoje, falar de direitos dos animais não é algo incomum. Este é um tema bastante discutido, e os avanços foram obtidos gradativamente ao longo do tempo.

O decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934 já estabelece medidas de proteção aos animais, onde determina resumidamente que todos os animais existentes no País são tutelados pelo Estado. Estabelece ainda que será incorrido multa naquele que aplicar ou fizer maus tratos em animais sob pena de prisão celular de 2 a 15 dias, quer o delinquente seja ou não o respectivo proprietário, sem prejuízo da ação civil que possa caber. Determina ainda as ações que são julgadas crimes de maus tratos contra os animais, e nisto inclui o ato de abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária.

Atos de crueldade e maus-tratos contra animais passaram a se tornar uma preocupação mundial. A declaração universal dos direitos dos animais proclamada pela UNESCO em sessão realizada em Bruxelas, em 27 de janeiro de 1978 considera que cada animal é digno de direitos e que o desconhecimento e o desprezo destes direitos levaram e continuam levando o homem a cometer crimes contra a natureza e contra os animais. Declara que o reconhecimento por parte da espécie humana do direito à existência das outras espécies animais, constitui o fundamento da coexistência das espécies no mundo. No que tange à prática do abandono, o decreto é claro ao prescrever no Art. 6º que cada animal que o homem escolher para companheiro tem o direito a uma duração de vida, conforme sua natural longevidade, e considera que o abandono de um animal é um ato cruel e degradante (UNESCO, 1978).

O estudo sistemático da natureza ganhou força apenas no século XIX, mas foi no século XX que se passou a observar uma muito mais intensa produção legislativa no Brasil em favor da causa animal, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cujo texto passou a prever, de maneira inédita, a proteção da fauna e a vedação à crueldade contra esses seres vivos. Com isso, a Constituição deixou de reconhecer a proteção dos animais exclusivamente como garantia de um meio-ambiente ecologicamente equilibrado, passando a legitimar o dispositivo como uma norma autônoma, assegurando, assim, que os animais não devem ser reduzidos à mera condição de elementos ambientais (SILVESTRE; LORENZONI; HIBNER, 2017).

Mas o fato é que condição dada aos animais ainda ocorre de maneira indefinida haja vista que, ora são tratados com sujeitos de direito, ora como objetos. O Código Civil de 2002 optou por atribuir aos animais natureza jurídica de coisa, conforme o artigo 82 conceitua sobre os bens móveis e o art. 936 determina acerca da responsabilidade civil sobre o dano causado pelo animal. Logo, os animais não humanos, ainda que sencientes, são considerados por este como bens coisificados.

Em contrapartida, analisando o avanço jurisdicional e as presentes discussões, é possível constatar que o dogma de coisificação do animal vem sendo quebrado diante do espaço dado às perspectivas biocêntricas. Os padrões exclusivamente antropocêntricos encontram-se questionados diante da defendida concepção de que os animais não humanos possuem valor autônomo. O atual meio jurídico tradicional é capaz de vislumbrar a possibilidade de uma nova e emergente tradição científica. Para tanto, é preciso entender de onde se originou o processo de coisificação do animal e como este paradigma entra em decadência através da consideração dos animais não humanos como sujeitos de direito defendidos através do critério da senciência (BRAZ; SILVA, 2015).

A ideia de coisificação animal é sustentada por meio da teoria contratualista e racionalista. Rousseau e Kant não reconheciam os direitos e deveres dos animais julgando-os como seres movidos por instintos, e não pela racionalidade. Tais filósofos apresentam a razão como fundamento da moralidade e como critério de diferenciação entre os animais humanos e os não humanos (ROUSSEAU, p. 32 apud BRAZ; SILVA, 2015).

Kant e Rousseau sofreram influência das conceituações da teoria racionalista do filósofo René Descartes, que “[...] exclui os animais da esfera das preocupações morais humanas, justificando a exploração dos animais ao afirmar que tal como um relógio os animais seriam máquinas (autômatos) destituídas de sentimentos” (LEVAI, 2004, p. 138-139 apud BRAZ;

SILVA, 2015). Ou seja, seres destituídos de razão, tais quais os animais, estão excluídos da esfera das preocupações morais humanas, haja vista que se inserem na condição de coisa, tal qual uma máquina, o que justifica seu uso em prol dos interesses humanos.

É possível apontar, nesse contexto, a Declaração de Cambridge (3) como uma das objeções às teorias racionalistas por permitir afirmar que alguns animais possuem determinados níveis de consciência e, conseqüentemente, certa autonomia, não sendo guiados unicamente por instintos. Onde declara:

A ausência de um neocórtex não parece impedir que um organismo experimente estados afetivos. Evidências convergentes indicam que animais não humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência juntamente com a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Conseqüentemente, o peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos.

Sob outro aspecto, nessa perspectiva nem todos os humanos podem ser tidos como sujeitos direitos pois nem todos são plenamente racionais e autônomos, como é o caso, por exemplo, dos bebês e dos portadores de deficiências mentais severas, dentre outros. Então com base nesse critério, os deveres para com eles seriam apenas deveres indiretos. Porque então insistir neste como sendo um critério universal capaz de determinar os sujeitos de direito haja vista que não capaz de sequer englobar todos os humanos?

Portanto, a partir de estudos como o apresentado, questiona-se hoje os critérios para o reconhecimento dos sujeitos de direito, e muitos apontam a senciência (critério adotado pela Ética Animal (4)) como novo paradigma em ascensão capaz de contemplar os animais humanos e não humanos. Não tem como objetivo igualar os direitos, mas seu objetivo é declarar os animais não humanos como sujeitos de direitos ante a classificação de coisa.

Há importantes diferenças óbvias entre os humanos e os outros animais, e estas diferenças devem traduzir-se em algumas diferenças nos direitos que cada um tem.

(2)A declaração foi proclamada publicamente no dia 7 de julho de 2012, na *Francis Crick Memorial Conference on Consciousness in Human and non-Human Animals*, no Churchill College, da Universidade de Cambridge, por Low, Edelman e Koch.

(3) “[...] a expressão ‘Ética Animal’ (do inglês Animal Ethics), que deve ser interpretada pelos leitores como a forma elíptica de ‘ética do tratamento dos animais (não humanos) por parte dos humanos’. A Ética Animal, como um subcampo da Bioética ou da Ética Ambiental, constitui-se assim num ramo da Ética Aplicada” (NACONECY, Carlos. *Ética & animais: um guia de argumentação filosófica*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006, p. 18 apud ANDRADE, ZAMBAM, 2016).

Todavia, o reconhecimento deste fato não constitui obstáculo à argumentação a favor da ampliação do princípio básico da igualdade aos animais não humanos. As diferenças que existem entre homens e mulheres também são igualmente inegáveis, e os apoiantes da Libertação das Mulheres têm consciência de que estas diferenças podem dar origem a diferentes direitos. [...] A extensão do princípio básico da igualdade de um grupo a outro não implica que devemos tratar ambos os grupos exatamente da mesma forma, ou conceder os mesmos direitos aos dois grupos, uma vez que isso depende da natureza dos membros dos grupos. O princípio básico da igualdade não requer um tratamento igual ou idêntico; requer consideração igual. A consideração igual para com os diferentes seres pode conduzir a tratamento diferente e a direitos diferentes. [...]. Se um ser sofre, não pode haver justificação moral para recusar ter em conta esse sofrimento. Independentemente da natureza do ser, o princípio da igualdade exige que ao seu sofrimento seja dada tanta consideração como ao sofrimento semelhante – na medida em que é possível estabelecer uma comparação aproximada - de um outro ser qualquer. [...]. Assim, o limite da senciência (utilizando este termo como uma forma conveniente, se não estritamente precisa, de designar a capacidade de sofrer e/ou, experimentar alegria) é a única fronteira defensável de preocupação relativamente aos interesses alheios (SINGER, 2013, p. 05, 14-15 apud ANDRADE; ZAMBAM, 2016).

Peter Singer, em sua obra *Libertação animal* levanta o princípio da “igual consideração de interesses” com base no critério da senciência. Ou seja, todo ser vivo senciência seria então considerado como sujeito de direito.

Se os animais, como tais, são capazes de sentir e perceber o mundo que lhe cerca, esquivando-se de sofrimento, estes são sujeitos de uma vida e de direitos estabelecidos legalmente, não cabendo julgamento pessoal por parte dos animais não humanos.

Essa transformação é gradual, mas precisa ser constantemente levantada em prol de mudanças. Os animais sentem e sofrem, compartilham conosco do mesmo critério, o da senciência, qual será nosso papel ante essa realidade apontada?

Por trás do meio jurídico há um pensamento excludente e antropocêntrico onde os humanos julgados racionais se dizem capaz de subjugar a natureza à sua volta. Mas a verdade é que os humanos não necessitam gerar dor e sofrimento nos animais não humanos para garantir seus interesses. Isto é, em si, desumano, posto que, conforme dito anteriormente, somos todos animais sujeitos de direito com base no mesmo critério, o da senciência. Ante a isto, julga-se necessário a quebra do vigente critério de classificação de diferenciação entre homens e animais. O critério contratualista racionalista é falho e inconsistente em suas ideias e deve ser subvertido

em um critério capaz de abranger todos os humanos sem distinções (ANDRADE; ZAMBAM, 2016).

Além disto, leis protetivas específicas e delegacias específicas julgam-se primordiais a fim de resguardar os direitos dos animais não humanos. A questão da guarda responsável de animais domésticos é também uma necessária e urgente construção jurídica do Direito Ambiental. Sem progresso no âmbito jurídico, o sucesso da proteção dos animais não será bem-sucedido.

A Holanda tornou-se o primeiro do mundo a conseguir erradicar o abandono de animais podendo ser considerada um exemplo em virtude dos métodos humanitários adotados. Para tanto, o país se adaptou a uma série de projetos que perpassam através de quatro pilares fundamentais: severas leis para casos de abandono; multas para infrações; campanhas de castração e conscientização sobre o tema, somadas a altas taxas de imposto para a compra de cachorros de raça, estimulando assim a adoção (MEUS ANIMAIS, 2016).

Um aspecto importante ainda foram os avanços no que tange a denúncias de crimes, onde não se faz distinção de prioridade entre animais humanos e animais não humanos. Os animais possuem uma linha de atendimento emergencial exclusiva e conta ainda com a ação da chamada “Força Policial Animal” que atuam com atendimentos e investigações contra crimes que ferem os direitos dos animais. É composta por agentes treinados e equipados, que monitoram de perto os casos de negligências e maus-tratos, autuando os denunciados com multa ou prisão e efetuando o acompanhamento e proteção dos animais ao realizar visitas periódicas a residências que necessitam de orientação e auxílio (MARIA, 2018).

Ao buscar garantir o bem-estar e a segurança de todos os animais a Holanda obteve resultados positivos de impacto ambiental, social e econômico. Sem recorrer ao sacrifício de animais, ainda que com medidas duras, foi capaz de conscientizar a população a importância da posse responsável. O país conta ainda com associações responsáveis por fornecer aos animais abandonados os cuidados necessários para que este posteriormente seja encaminhado para a adoção.

O exemplo da Holanda mostra que é possível reverter o quadro de abandono de animais nas ruas, e que isso pode ser obtido através de métodos humanitários, conforme já destacado. Eles alcançaram através de educação bem como de leis protetivas, ou seja, através do avanço no âmbito jurídico. Consequentemente obtiveram avanços no âmbito social. Tais

medidas conscientizaram, mesmo que sob dura pressão, acerca das responsabilidades que a pessoa assume ao adquirir um animal.

Muitos entendem que para lutar contra o índice de natalidade é preciso adotar campanhas intensas de castração, bem como o de educação e incentivo à adoção. Os abrigos por si só não são capazes conter tal número, pois na medida que cuidam e recuperam a dignidade dos animais que se encontram no local, mais animais são deixados na porta do abrigo. Outros métodos devem ser adotados em paralelo que, quando aplicados, produzem resultados positivos já a curto prazo.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA OS ANIMAIS – A SITUAÇÃO DE ARACAJU/SE

Ainda não há dados catalogados do número de animais em situação de rua em Aracaju, mas dentre os maiores problemas existentes na cidade, o abandono de animais é tido com grande seriedade.

Em Aracaju há a atuação de organizações particulares (Tabela 1) que atuam com o objetivo de sanar o sofrimento desses animais abandonados e recuperar a dignidade dos mesmos. Muitos estão sujeitos à agressões e doenças, das quais muitas delas podem contaminar os humanos.

Tabela 1: ONG's protetoras de animais em Aracaju/SE.

INFORMAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE ATUAÇÃO DAS ONG'S DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS EM ARACAJU	
ADASFA	Fundada no ano de 2004 em Aracaju, a Associação Defensora dos Animais São Francisco de Assis, é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de Utilidade Pública Municipal e Estadual, com o propósito de prestar à comunidade, dentro das suas possibilidades administrativas, serviços de abrigo, alimentação e tratamento veterinário a animais abandonados e/ou doentes, com prioridade para cães e gatos rejeitados e soltos pelas ruas da capital e em estado deplorável de saúde e nutrição. A Adasfa também luta pelos direitos dos animais, realizando diversos projetos educativos. Além disso, a instituição fiscaliza maus tratos e denuncia as contravenções e crimes praticados contra esses

	animais. É uma Associação Humanitária sem fins lucrativos em busca de minimizar o flagelo dos animais abandonados.
ANJOS DE UM RESGATE	Fundada em Junho de 2013, é um centro de reabilitação animal focado em casos graves, que após saudáveis e castrados, são colocados à adoção. E em casos de filhotes fora da idade de castração, o adotante compromete-se a castrar como um dos itens do termo de adoção que todos adotantes assinam.
ASPA	Fundada em 1992, a Associação Sergipana de Proteção Animal é uma instituição sem fins lucrativos a qual tem por função abrigar e cuidar de animais abandonados.
ELAN	Fundada em setembro de 2012 a ONG ELAN - Educação e Legislação Animal, atua educando, combatendo crimes, providenciando que as leis sejam aplicadas e/ou que passem a existir. Também busca controlar a população de animais domésticos (esterilização cirúrgica), defende a guarda responsável de animais, o bem estar animal, saúde pública envolvendo zoonoses, entre outras ações.

A presidente da Adasfa, Maria Antônia Oliveira Santos Teles, denuncia que o descaso do poder público na solução desse problema e defende: “A castração de animais é de extrema necessidade, mas não há projetos do governo que incentivem a correta prática dessa ação”. (GUIMARÃES; SUSANNA, 2011)

Os maiores problemas dos abrigos dizem respeito à sua própria manutenção. É preciso realizar o pagamento de contas, comprar alimentos, remédios e tratamento médicos. Muitas vezes os abrigos precisam contratar serviço de reformas do local, limpeza e cuidado aos animais. Apesar das doações as dívidas são muitas, e não acabam por conta da rotatividade de animais. Os abrigos encontram-se superlotados. Uma das fundadoras da ONG Anjos de um Resgate, Kitty Lima, afirma que gastam aproximadamente cerca de 6.000 reais em despesas mensais. (LIMA, 2018)

Maria Antônia ressalta que os abrigos para animais abandonados não deveriam existir, mas na realidade estão lotados. “Os abrigos existem por conta da crueldade das pessoas que abandonam seus bichos por eles estarem velhos, doentes ou simplesmente porque a família

mudou para casa nova”, explica indignada a presidente da Adasfa. (GUIMARÃES; SUSANNA, 2011)

Durante um Expediente da Câmara Municipal de Aracaju (CMA), a ex-vereadora Kitty Lima (5) ocupou a Tribuna e além das cobranças realizadas em defesa dos animais, a parlamentar destacou o trabalho realizado por sua ONG “Anjos de um Resgate”. “Enquanto ONG, tenho que resolver problemas que é do município. Nós recebemos diariamente muitos animais, são realizados, no mínimo, 150 atendimentos por mês pela ONG Anjos de um Resgate. Esse serviço tem que ser obrigação do município”, explicou. (FERNANDA SALES, 2018)

Em Sergipe, políticas públicas para animais ainda estão sendo debatidas, mas algumas conquistas já foram obtidas. Em entrevista, a atual vereadora, Kitty Lima, fala acerca dos projetos de leis e propostas que possui para combate ao abandono de animais: “A lista de problemas é grande, mas desde quando comecei quando vereadora a primeira coisa que tive certeza de buscar, foi a castração, adoção de animais, e a educação com a consciência do não abandono. Esses três projetos já são realidades, já são leis.” (LIMA, 2018)

Como medida a favor da Castração foi aprovado, em 15 de março de 2017, o Projeto de Lei Nº 33/2017, conhecido como ‘PL da Castração’, que institui a esterilização gratuita de animais como política pública de saúde e regulamenta a atuação do Castramóvel na capital. Esse se configura como método oficial de controle populacional e veda a eliminação de animais domésticos pelos canis públicos. É um avanço ainda para a população de Aracaju, já que essas medidas ajudam no combate de zoonoses na capital. (ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2017)

O Castramóvel atua como um tipo de centro cirúrgico móvel de saúde animal. A campanha de castração segue uma lista de bairros em ordem de prioridade. Visa atender a população de baixa renda que não possui condições financeiras para arcar com as despesas da castração do seu animal doméstico.

Mas o projeto, conforme afirma a ex-vereadora, ainda não está sendo executado de maneira efetiva. O objetivo maior era atingir todos os animais, mas as castrações só estão sendo realizadas nos machos em função da recuperação pós-cirúrgica, que no caso das fêmeas é mais delicado. (LIMA, 2018)

(5) Priscilla Lima da Costa Pinto, ex-Vereadora do Município de Aracaju/SE e atual Deputada Estadual no Sergipe pelo REDE - Rede Sustentabilidade. Uma das fundadoras e presidente da ONG Anjos de um resgate e ativista da causa animal.

Mesmo que seja um animal em situação de rua, um animal comunitário, para realizar a castração um dos moradores assina um termo de responsabilidade afirmando que irá olhar o animal no ambiente que ele vive a fim de relatar como está a recuperação. O problema é que com isso a atuação do Castramóvel não pode ser executada em colônias, haja vista que não há ninguém que olhe por eles durante o processo de recuperação pós-cirúrgica. (LIMA, 2018)

Evidencia-se a necessidade de um ponto físico, que fosse fixo, onde pudesse ser realizado os cuidados pós-operatórios, especialmente para o caso das fêmeas e das colônias. Neste local seria realizado o acompanhamento dos animais castrados até que os mesmos tivessem aptos para serem encaminhados para adoção ou retorno ao seu ambiente de origem, tal como ocorre no Centro de Controle Populacional de Animais Domésticos (CCPAD) de Niterói.

Quanto a adoção, há um projeto de lei que determina que a Prefeitura deve realizar grandes eventos, especialmente de outubro que é mês da adoção. Poderá contar com ONG's e protetores independentes, onde os animais que se encontram saudáveis podem ganhar um novo lar. Estes seriam meios de educar a população acerca da importância da adoção. (LIMA, 2018)

Quanto à educação, este ano foi instituído a Campanha Dezembro Verde 'Não ao Abandono de Animais', a ser desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) como combate o abandono de animais. Com a nova lei caberá a prefeitura desenvolver campanhas e eventos de conscientização no mês que possui os maiores índices anuais de abandono de animais. (LIMA, 2018)

“A gente precisa conscientizar a população quanto a gravidade que é o abandono de animais, são 30 milhões abandonados em todo o país. É um número assustador que nós precisamos agir urgentemente para reduzi-lo, e o primeiro passo é a conscientização. Essa é mais uma vitória para a causa animal”, disse a deputada. (MACEIÓ, 2018).

Quanto a leis punitivas mais restritivas o Código Municipal de Proteção ao animal está em votação na Câmara. Existe o Código Estadual de Proteção aos animais, mas o código municipal é de suma importância por ser mais específico e lidar diretamente com os problemas da cidade. De autoria da deputada Kitty Lima, o objetivo é estabelecer regras para assegurar a execução dos direitos dos animais e regram determinadas práticas que prejudicam diversas espécies:

“É um pouco mais completo que o estadual. Colocamos, por exemplo, a figura do animal comunitário. Muitas vezes há o animal que vive em determinada região e que

não tem doenças. Se o município castrar, vacinar e vermifugar, ele vive bem sob os cuidados da população local. Há os abrigos que estão superlotados sem nenhum tipo de apoio dos gestores. A Prefeitura nunca deu um saco de ração a esse pessoal que faz trabalho voluntário. O animal comunitário vai viver onde é acostumado, mas bem cuidado. Falamos também de animais em experiência, que é algo que temos que combater. Espero que os vereadores entendam a importância”, desejou Kitty. (SIQUEIRA, 2018)

A lei prevê ainda a punição de R\$2 mil de multa para os autores do crime, e esta quantia será revertida para ONGs de causa animal existentes na cidade. Em casos de reincidentes, o valor poderá ser duplicado e o caso poderá ser encaminhado para a Procuradoria Geral do Município (PGM). Caso o crime seja realizado por pessoa jurídica, a multa será aplicada por ‘cabeça’ de animal, além da cassação do alvará de funcionamento (SIQUEIRA, 2018).

Atualmente, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Sema) e a Delegacia de Proteção ao Consumidor e Meio Ambiente (Deprocoma) realizam os registros de crimes contra os animais. Porém estes órgãos “não possuem pessoas qualificadas para atuar no combate aos maus tratos”, denuncia a deputada. (LIMA, 2018)

LIMA (2018) defende ainda a instalação de uma Secretaria Especializada nos Direitos dos Animais (SEDA). Este funcionaria como órgão específico de cuidados aos animais. O objetivo da secretaria seria o de promover e executar Políticas Públicas, destinadas à saúde, à proteção, à defesa e ao bem-estar animal no município. Atuaria então com a valorização e respeito aos direitos dos animais.

O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Aracaju deveria atuar na prevenção e controle das doenças adquiridas pelo homem através de animais, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Mas sua função hoje se encontra limitada e a estrutura precária. Hoje eles atuam com sua função básica, mas não capturam mais os animais a fim de prover os cuidados necessários.

No CCZ tem um posto fixo para atendimento de consultas e exames, como também para aplicação de vacinas contra a raiva em cães e gatos durante o ano todo. “Não é só nas campanhas de vacinação antirrábica. Durante todos os dias úteis, temos profissionais qualificados para atender estes animais e se precisar de algo mais sério, como uma cirurgia, por exemplo, fazemos

o encaminhamento para clínicas veterinárias”, explicou Cassiano Fernandez (6) (ARACAJU, 2017).

Com relação então a um atendimento público veterinário especializado a vereadora afirma: “ Tanto para castração, tanto para hospital veterinário público, a UFS já está pronta! ”. Mas o prefeito não demonstra interesse em estabelecer parceria e associações com a instituição federal. (LIMA, 2018)

É possível concluir então que o município de Aracaju já possui algumas políticas públicas. Os três grandes passos (castração, adoção e educação) já estão previstos em leis. São avanços significativos, mas como o número de animais em situação de abandono ainda é grande, é preciso pôr em prática e continuar a tomar medidas contra tal crime a fim de colher os resultados quantitativos e qualitativos.

(6) Cassiano De Oliveira Fernandez (Ex - coordenador do Centro de Controle de Zoonoses, atuando hoje como Médico Veterinário e colaborador das ONG's. Ativista a favor dos direitos dos animais.

3. PROPOSTA ARQUITETÔNICA

Diante da consideração exposta e do estudo acerca das políticas públicas existentes em Aracaju foi possível identificar como necessária as seguintes medidas:

a) **Método humanitário de prevenção ao abandono pelo poder público – Castração e adoção:**

A proposta tem como objetivo a criação de um centro de castração e passagem. Um espaço para acompanhamento dos animais castrados até que os mesmos estejam aptos para serem encaminhados para adoção ou retorno ao seu ambiente de origem, tal como ocorre no Centro de Controle Populacional de Animais Domésticos (CCPAD), de Niterói.

Entende-se que é preciso atingir todos os animais com as campanhas de castração, mas a maior dificuldade é o de local de recuperação pós cirúrgicos dos animais. A proposta do centro de castração e passagem seria então a alternativa para prestar os cuidados pós-operatórios. Serviria como um ponto fixo de castração e cuidados onde, após os mesmos, os animais estariam aptos para serem adotados. Ou seja, é necessário espaço temporários para que estes venham a ter chances de conseguir um lar. O local se tornaria então como um local de referência de adoção.

Para aqueles que não forem adotados no tempo estabelecidos, ao serem devolvidos saudáveis para os locais de origem, receberiam um microchip de controle e se tornaria um ‘animal comunitário’. Uma pessoa ou a comunidade se tornaria então seu tutor. Estes receberiam uma cartilha com cuidados e recomendações acerca de moradias e abrigos de baixo custo, educação, alimentação e saúde.

O animal comunitário é aquele cachorro que, apesar de não ter tutor definido e único, é adotado por grupos específicos de pessoas, que têm a responsabilidade de cuidar de um ou mais animais, sem necessariamente levá-los para casa. Essas pessoas precisam oferecer todas as condições para que os animais tenham uma vida saudável, sendo que os animais são castrados, vacinados e microchipados. Ou seja, o animal estabelece com a população do local onde vive vínculos de dependência e manutenção (ANDA, 2017).

Essa medida reduziria o número de animais dos abrigos e manteria a dignidade do animal. Em eventos de adoção realizados pela prefeitura esses animais receberiam novas chances de serem adotados.

b) Educação:

Faz-se necessário ainda, nesse espaço, áreas de ensino e pesquisa quanto à causa animal. Pesquisa através de laboratórios e ensino através de campanhas e eventos educacionais que conscientizam a população acerca da adoção responsável e da prática do não abandono.

Para tanto, seria necessário a criação de auditório para a realização de palestras e eventos. Além da promoção de cursos gratuitos, como o de banho e tosa. Ou seja, além de ser um espaço de proteção animal, será um centro de inclusão social.

c) Associações:

Estabelecer parcerias com as instituições acadêmicas com a criação de convênios onde o Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe e Hospital Veterinário da Faculdade Pio X funcionariam como Hospital público veterinário. Os animais ali atendidos poderiam ainda ser encaminhados, quando necessário, para o centro de recuperação pós castração. Ou seja, com isso toda a população, bem como as ONG's e protetores particulares se beneficiariam com os cuidados gratuitos prestados aos animais sob seus cuidados.

As entidades de Proteção Animal possuem como objetivo o de preservar a saúde e a vida dos animais, evitar atos de crueldade, e visar o não abandono educando e fazendo encaminhamento para adoção por famílias que se responsabilizem por mantê-los em condições adequadas de bem-estar (REICHMANN, 2000).

Sendo assim, julga-se importante a atuação conjunta das áreas – controle e proteção animal – a fim de alcançar seus objetivos, com ênfase no aprimoramento e na qualidade de vida dos cidadãos que exercerão sua cidadania através de comportamentos de posse responsável (REICHMANN, 2000).

Essas medidas podem estar reunidas com a instalação da Unidade de Castração e Adoção de Animais (UCAA), e da associação com as instituições acadêmicas. Assim, a médio e longo prazo poderão ser vistos os resultados: Animais saudáveis nas ruas e cada vez mais em menor número. Uma local referência de adoção, saúde e educação contra o abandono e a favor da posse responsável.

3.1. CARACTERÍSTICAS DO TERRENO

3.1.1. Localização e condicionantes locais

Tendo em vista que o objetivo é instalar um local de referência de cuidados aos animais, o projeto proposto inicialmente pretendia fazer uso da parte subutilizada do terreno onde está locado o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), localizado no Bairro Capucho, na avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, Aracaju/SE. Porém, após análise do espaço e incompatibilidade de funções houve uma mudança de terreno. Para a localização do UCAA, portanto, foi selecionado o terreno próximo ao CCZ, ao lado do Ibama, ainda na avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, Aracaju/SE.

Figura 10: Localização do terreno por satélite

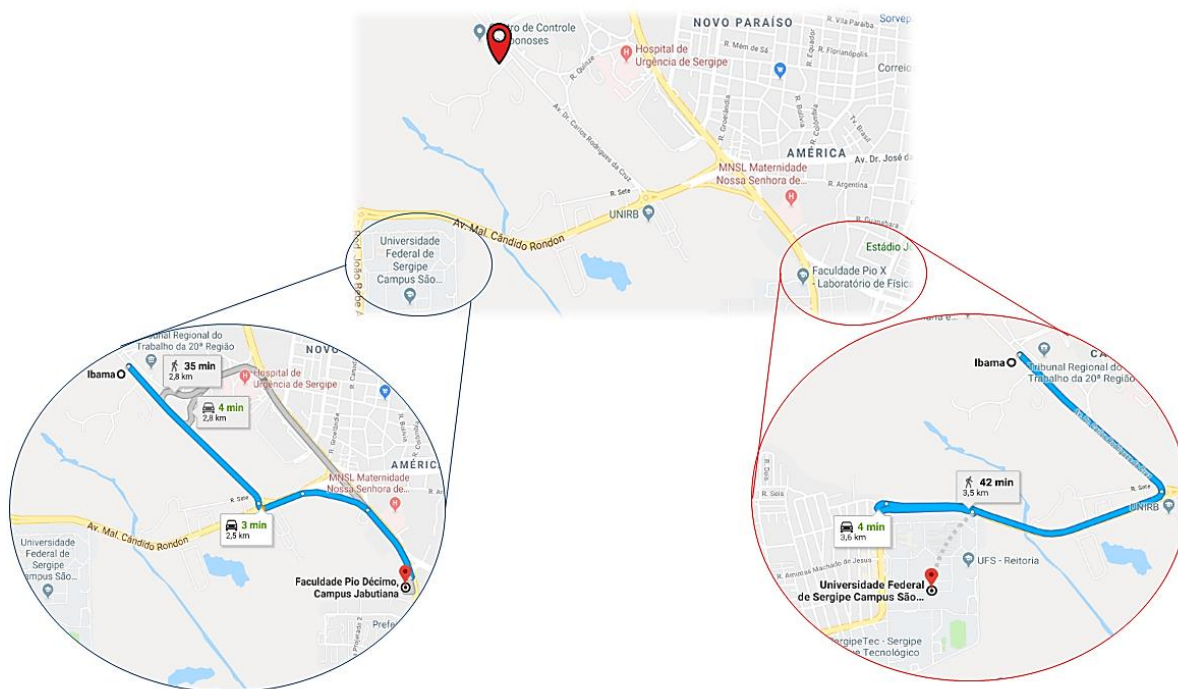


Fonte: Google Earth, 2019

Possui a localização recomendada para os cuidados dos animais pois encontra-se afastado das áreas de adensamento urbano (Figura 10). Além do ser humano ser afetado pela poluição sonora, os ruídos das zonas urbanas atingem também os animais e influenciam no comportamento natural deles. Esta é uma área de fluxo regular de automóveis, porém em grande parte do dia possui baixo ou nenhum movimento. O mesmo acontece com o fluxo de pedestres. Possui pouco ou nenhum movimento em grande parte do dia. Ainda que estando localizado ao lado do Ibama não oferece riscos aos animais do centro haja vista que o Ibama atualmente não

apreende mais animais, o Ibama hoje localizado no bairro capucho serve somente como sede administrativa. Ou seja, é uma área de fácil localização e livre de fatores que poderiam ser considerados de risco para a criação da proposta arquitetônica.

Figura 11: Distância entre o terreno e as Universidades.



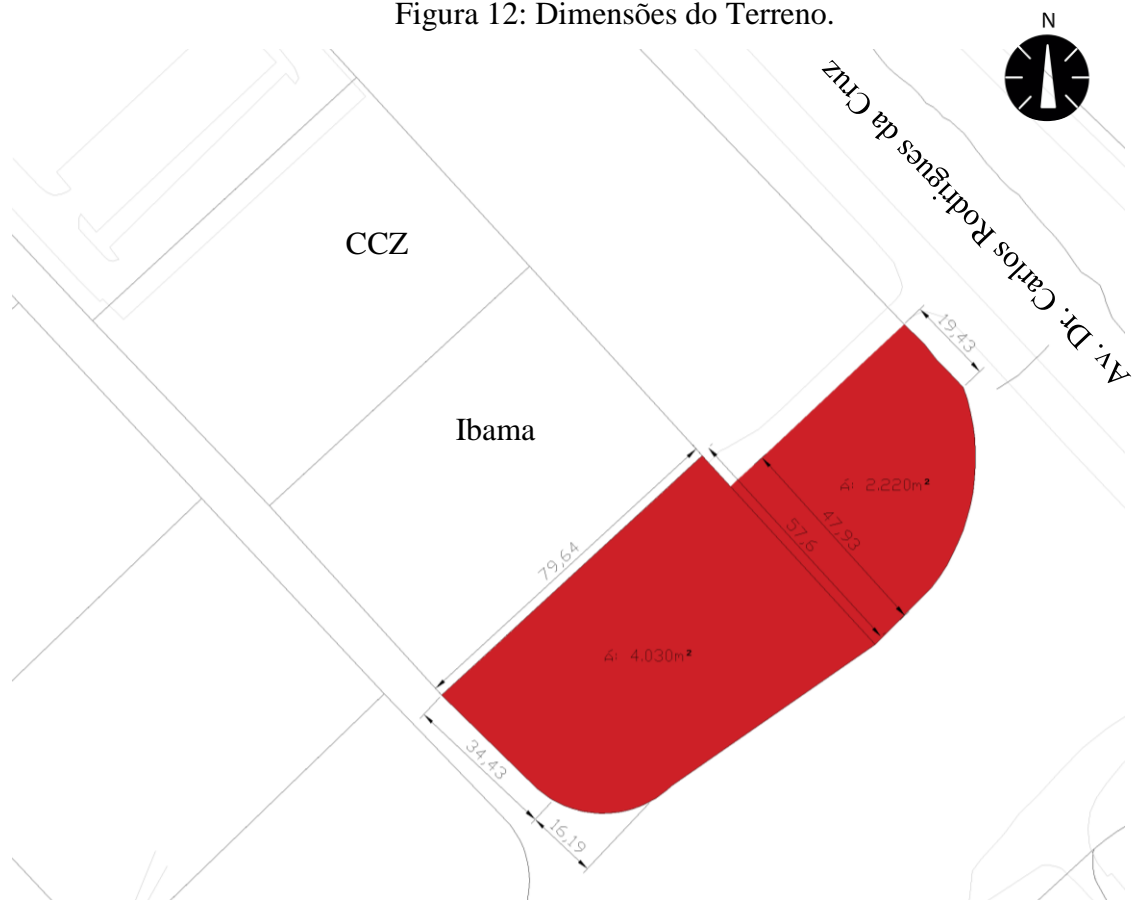
Fonte: Adaptado de Google Maps, 2019

Ademais, o terreno bem localizado em relação às universidades, tanto a Universidade Federal de Sergipe, bem como a faculdade Pio X, as quais propõem-se estabelecer parceria. Se encontra a 3,5km de distância daquela e a cerca de 2,5km desta (Figura 11).

O terreno foi escolhido de modo que permitisse fácil acesso por todos. Das linhas de transporte público que passam no itinerário é possível citar 031- Eduardo Gomes/Desembargador Maynard, 715- Tijuquinha/Des. Maynard, 032-1- Tijuquinha/Osvaldo Aranha 01 e 02, 033- Terminal Rodoviário/Des. Maynard e 034- Terminal Rodoviário/ Lourival Batista que, no sentido Centro, seguem pela Marechal Rondon e passam pela Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz (centro administrativo). Já as linhas 302- Conj. Jardim/Zona Oeste, 305- Parque dos Faróis/Zona Oeste, 306- Guajará/Palestina/Zona Oeste, 308- Sobrado/Zona Oeste e 309 - Centro Administrativo / Zona Oeste, saem do Terminal da Zona Oeste seguem pela Av. Marechal Rondon chegando na Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz (Centro Administrativo) (SMTT, 2017).

O terreno proposto em seu total faz parte da junção de dois lotes. O lote que margeia o logradouro é de propriedade da prefeitura, e o outro lote é de posse do governo. Haja que os animais são tutela do estado e que cabe ao município tomar partido em gerir e cuidar da saúde pública, esta seria uma obra de interesse público e, portanto, é possível que o governo faça uma doação do terreno pertencente a ele para a prefeitura, como se deu no caso do centro de controle zoonoses (CCZ). O lote seria repassado para a prefeitura, e esta estaria encarregada de executar a obra.

Figura 12: Dimensões do Terreno.



Fonte: Mapa de Aracaju, 2014.

O terreno maior de posse atual do governo possui área de aproximadamente 4.030m² enquanto que o terreno menor, aos cuidados da prefeitura, possui área aproximada de 2.220m², totalizando assim uma área equivalente à 6.250m². O terreno possui grande potencial de aproveitamento, já que não há projeto para ocupação.

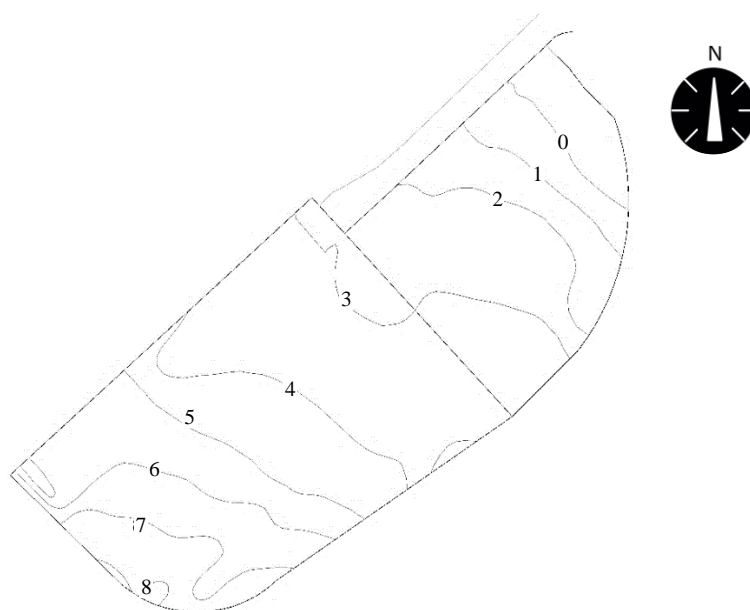
Figura 13: Vista em perspectiva a partir da Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz



Fonte: Google Earth, 2018

Em parte do terreno, em especial no lote a margem do logradouro, possui uma massa vegetação, de rasteira até árvores de pequeno e médio porte. À direita é possível notar o acesso ao edifício do Ibama (Figura 13).

Figura 14: Curvas de níveis do terreno



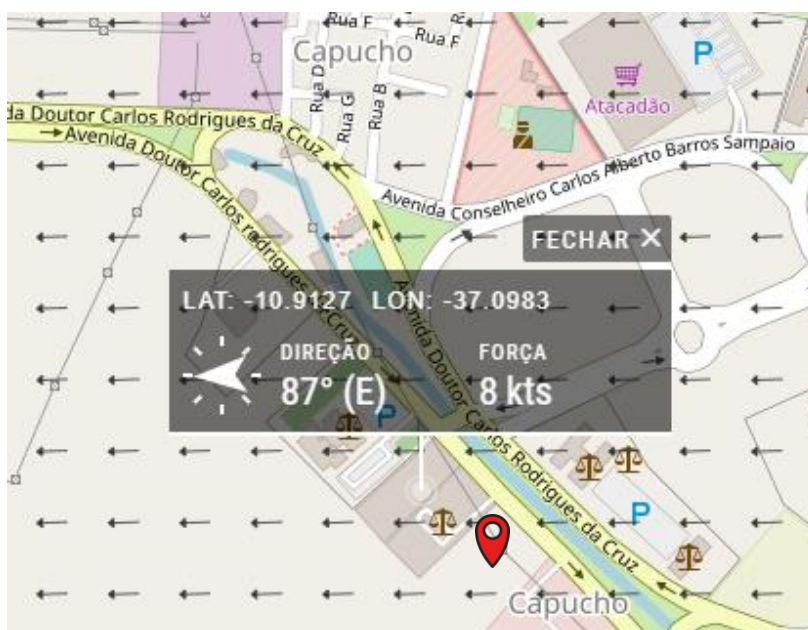
Fonte: Seplog, 2018.

Já a topografia possui 3active com diferença de oito metros em relação ao nível da rua (Figura 14). Portanto, será necessário criar estratégias de uma arquitetura que preze pela manutenção da vegetação saudável existente e que aproveite a inclinação do terreno para maior visibilidade.

3.1.2. Estudo do clima e direção dos ventos

A cidade de Aracaju possui clima tropical, quente e úmido, com período chuvoso de março a agosto e temperatura média anual de 26 °C.

Figura 15: Direção do vento: Leste/Sudeste



Fonte: Windfinder, 2018.

O terreno possui o maior confrontante voltado para Leste (Figura 15), acompanhando a direção da ventilação predominante (leste-sudeste), com isso será possível usar de estratégias arquitetônicas a fim de efetuar um maior aproveitamento da ventilação natural no projeto proposto.

A orientação do terreno em relação à incidência solar e direção dos ventos será levada em conta na concepção do projeto visando o conforto térmico e a melhor ventilação e iluminação natural. O terreno possui a testada voltada para Nordeste, contando assim com uma boa localização em relação às condicionantes locais.

3.1.3. Aspectos urbanísticos

Segundo mapa de zoneamento urbano do município de Aracaju (PDDU, 2000), o terreno está inserido na Zona de Adensamento Básico 2. O anexo III do PDDU (2000) estabelece critérios para uso e ocupação do solo das áreas de adensamento previstas no mesmo.

Figura 16: Tabela de Critérios de ocupação do solo.

ANEXO III
TABELAS DE CRITÉRIOS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

(CONTINUAÇÃO)

ZONA	PAV.	RECUO MÍNIMO FRONTAL	RECUO MÍNIMO DE FUNDO	RECUO MÍNIMO LATERAL	ALTURA MÁXIMA	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA
Z A B	1º (Térreo)	3m para vias coletoras II e locais	ISENTO	Isento	A que o lote permitir desde que resguardado o coeficiente de aproveitamento máximo do Anexo IV e recuos mínimos	90%
	2º		1,50m			Desde que resguardados os recuos mínimos
	3º	5m para vias coletoras I, expressas e principais	RF = 1,5 + 0,2 (NP-5) Desde que resguardados os recuos mínimos acima	1,50m		40%
1 e 2	4º em Diante			R _L = 1,5 + 0,2 (NP-5) Desde que resguardados os recuos mínimos acima		Desde que resguardados os recuos mínimos

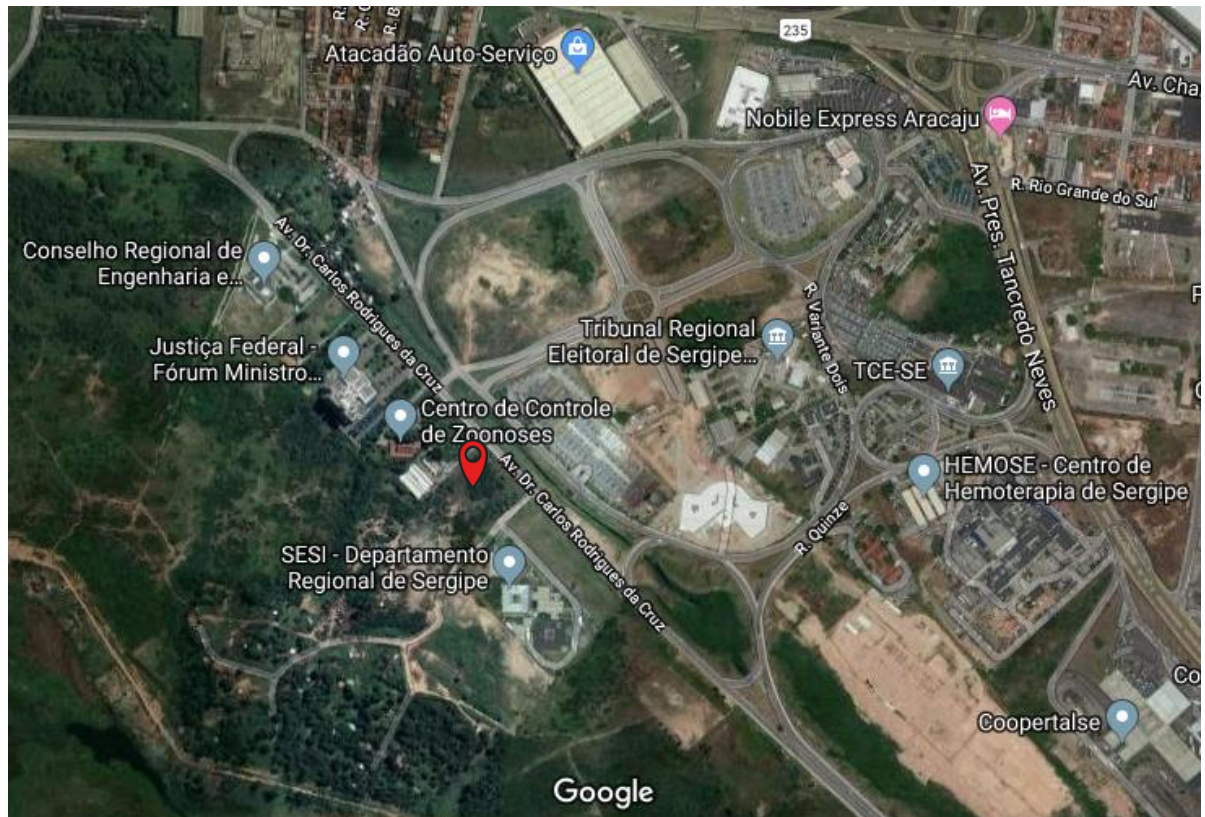
Fonte: PDDU, 2010.

A ZAB 2, zona de adensamento do terreno, possui critérios (Figura 16) tais como a taxa de ocupação de 40% a 90%, desde que resguardados os recuos mínimos e altura máxima, desde que resguardado o coeficiente de aproveitamento máximo que é igual a 4. Quanto aos recuos estabelece recuo mínimo frontal de três metros para vias coletoras II e locais, e cinco metros pra vias coletoras I, expressas e principais, além do recuo mínimo de fundo e lateral em conformidade com o número de pavimentos.

3.1.4. Análise do Entorno

No entorno do terreno estão localizadas edificações que abrigam instituições do centro administrativo, com grandes áreas arborizadas e alguns terrenos baldios. Encontra-se mais afastado das áreas residenciais, separadas destas através do centro administrativo e do HUSE. Com relação ao uso do solo, o bairro é marcado, em sua maioria, por edificações térreas e ou de até 5 pavimentos.

Figura 17: Entorno do terreno.



Fonte: Google Maps, 2019.

O terreno se localiza no bairro capucho na área conhecida como Centro Administrativo. Nesta região vemos órgãos de cunho importante. Como entorno adjacente possui o Ibama ao Leste e ao Oeste o terreno se encontra baldio e em seguida se localiza o Sesi. Esta é uma parte administrativa e, portanto, possui fluxo maior de funcionários que trabalham em tais órgãos, não tendo foco em visitação pública ou de turistas.

No caso do CCZ por exemplo poucos acessam o local e isso se dá por conta de falta de informação quanto aos serviços ofertados pelo mesmo. Haja vista que esta não é uma zona de fluxo intenso, é preciso realizar uma vasta campanha de divulgação para estimular o acesso à Unidade. A zona de maior fluxo se encontra na avenida paralela à Av. dr. Carlos Rodrigues, que é a Av. Tancredo Neves. Esta é uma vantagem pois oferece maior privacidade e segurança aos animais do Centro.

Figura 18: Vista da Av. Dr. Carlos Rodrigues sentido Leste.



Fonte: Google Earth, 2018.

Figura 19: Vista da Av. Dr. Carlos Rodrigues sentido Oeste.



Fonte: Google Earth, 2018.

3.2. PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

Com base no objetivo exposto e nas diretrizes e condicionantes locais foi traçado um plano de necessidades preliminar para a Unidade. Foram divididos então os setores segundo as suas funções: Setor de Administração da Unidade, Setor de Saúde, Setor de Educação, Setor de Adoção, Setor de Resgate e apoio técnico dos abrigos, Estacionamento e apoio técnico e Lazer.

Tabela 2: Programa de necessidades preliminar

SETOR	ESPAÇOS	QTD.	DESCRIÇÃO	*PE	*AE
ADMINISTRAÇÃO	176,20m²				
Composto pelas atividades de administração de todo o complexo. Além de espaço para sede da SEDA.	Hall	1	Local de acesso à Unidade.	-	73,39m ²
	Salas administrativas	1	Local destinado a atividades administrativas	7	25,87m ²
	Sala da coordenação	1	Local destinado a atividades administrativas e atendimento do público	2	8,55m ²
	Sala da direção	1	Sala da direção do complexo	2	8,89m ²
	Sala de reuniões	1	Realização de reuniões	8	12,13m ²
	Almoxarifado	1	Local de armazenagem de material administrativo	-	10,11m ²
	Sanitários públicos	4	-	10	18,11m ²
	Vestiário funcionários	2	-	6	11,22m ²
	DML	1	Local de armazenagem de material técnico-hospitalar	-	2,78m ²
	Circulação	-	-	-	5,15m ²
SAÚDE	328,49m²				
Grupo 01					
Área destinada às atividades de atendimento propriamente dito.	Recepção e espera	1	Recepção de encaminhamento e preenchimento de cadastro/formulário do animal	36	60,98m ²
	Consultório	1	Consultas de avaliação para	2	7,09m ²

			encaminhamento cirúrgico		
	Laboratório	1	Análise de exames laboratoriais	2	6,92m²
Grupo 03 Área destinada procedimentos cirúrgicos e aos cuidados de pós-operatório e observação. Grupo 04 Área destinada ao apoio técnico e de descanso.	Salas pré-operatórias	4	Realização de procedimentos Pré-cirúrgicos de toda a natureza	6	27,32m²
	Centro cirúrgico	4	Realização de procedimentos de castração	6	35,72m²
	Estufa e autoclave	2	Destinado para a limpeza e esterilização dos artigos médico-hospitalares	4	12,60m²
	Sala de esterilização	2	Área onde a equipe faz a escovação das mãos e antebraços antes de entrarem na sala cirúrgica	4	18,00m²
	Canil de observação (baías individuais)		Local de abrigo para os animais em recuperação	12	13,97m²
	Gatil de observação (baías individuais)	1	Local de abrigo para os animais em recuperação	12	13,97m²
	Arquivo prontuários	1	Local de armazenagem de prontuários e fichas de atendimento	-	11,55m²
	Almoxarifado	1	Local de armazenagem de material hospitalar	-	11,76m²
	DML	1	Local de armazenagem de material técnico-hospitalar	-	3,90m²
	Lixo Hospitalar	1	Área destinada à armazenagem e separação do lixo hospitalar	-	9,36m²
	Sala de descanso do corpo clínico	1	Estare descanso do corpo clínico de plantão	20	15,64m²

	Copa	1	Local de alimentação funcionários	5	10,97m²
	Vestiário médicos	2	-	6	7,18m²
	Sanitários	2	-	4	10,44m²
Grupo 05 Despedida do animal e cremação bem como exame realizado no cadáver do animal.	Hall	1	Recepção e acolhida dos proprietários	6	9,00m²
	Crematório	1	Área de cremação	1	14,88m²
	Necropsia	1	Área de análise de animais, tecidos e órgãos	3	21,38m²
	Câmara Fria	1	Área de armazenagem de animais, tecidos e órgãos	-	3,31m²
	WC PCD	1	-	-	2,55m²
EDUCAÇÃO					510,56m²
Grupo 01 Áreas destinadas ao ensino	Auditório	1	Local destinado para realização de eventos de maior porte	115	102,70m²
	Salas de aula	1	Para realização de cursos e oficinas	20	27,28m²
	Salas multiuso	2	Para realização de eventos, palestras e aulas educativas	30	51,04m²
	Sala de atividades práticas	1	Apoio na realização de cursos de banho e tosa	15	46,85m²
Grupo 02 Áreas destinadas a pesquisa	Sala de leitura/ biblioteca	1	Local de pesquisa e estudo	40	44,63m²
Grupo 03 Apoio	SEDA	1	Secretaria especial do direitos animais	7	23,46m²
	Sanitários públicos	5	-	9	24,43m²
	DML	1	Local de armazenagem de material de limpeza	-	2,97m²
Grupo 04 Áreas de interação social	Hall	1	Local de acesso ao setor educacional		49,93m²
	Hall de interação	1	Área de encontro, descanso e interação	-	114,79m²

	Hall de Exposição	1	Recepção interativa do centro	-	44,56m²
	Lanchonete	1	Área destinada para lanches	-	17,85m²
ADOÇÃO	328,90m²				
Área que abrigará os animais com bom estado de saúde à espera de adoção.	Gatil	2	Abrigo temporário para os animais à espera de adoção	40	86,22m²
	Canil	2	Abrigo temporário para os animais à espera de adoção	40	86,22m²
RESGATE E APOIO TÉCNICO DOS ABRIGOS	254,54m²				
Grupo 01					
Área que abrigará os animais trazidos pela carrocinha e que ficarão sob cuidados e avaliação antes de serem submetidos à cirurgia de castração.	Gatil comunitário	1	Local de abrigo para os animais trazidos pela carrocinha	12	38,48m²
	Canil comunitário	1	Local de abrigo para os animais trazidos pela carrocinha	12	40,08m²
Grupo 02					
Área de apoio aos cuidados dos animais abrigados. Onde ocorre a armazenagem e distribuição de alimentos bem como cuidados de higienização e saúde dos animais.	Consultório	1	Consultas de avaliação para encaminhamento cirúrgico	-	6,84m²
	Banho e Tosa	1	Local de higienização do animal	2	13,23m²
	Depósito	1	Abrigo e armazenagem de alimentos e utensílios relacionados	-	6,46m²
	Cozinha	1	Para preparo de alimentos dos animais abrigados	-	10,07m²
	Canil de observação (baías individuais)	1	Local de abrigo para os animais em recuperação	18	18,07m²
	Gatil de observação (baías individuais)	1	Local de abrigo para os animais em recuperação	18	18,30m²
Grupo 03					
	Abrigo para Carrocinha	1	Local de estacionamento e abrigo para	-	29,74m²

Área de brigo e cuidados de manutenção da carrocinha			veículos a serviço da unidade		
	Oficina de reparos	1	Local de apoio e manutenção dos veículos a serviço da unidade	-	7,84m²
ESTACIO- NAMENTO E APOIO TÉCNICO	590,47m²				
Toda a área destinada à infraestrutura e serviços de apoio técnico	Estacionamento	1	-	26	580,69m²
	Bicicletário	1	-	8	13,75m²
	Casa de lixo	4	Local de armazenagem do lixo local com acesso pelo logradouro	-	14,51m²
LAZER	150m²				
Área destinada a lazer	Espaço de lazer para crianças e animais	1	Praça (Espaço aberto e com brinquedos estimular interação entre crianças e animais)	1	150m²

Total área estimada dos ambientes:

2.339,16m²

*P.E = população estimada **Á.E.= área estimada

O setor administrativo coordena o funcionamento da Unidade; o setor saúde diz respeito a área onde são realizados os procedimentos de atendimento e castração; o setor de resgate e apoio que abriga e cuida dos animais em situação de rua até a realização da castração; o setor adoção que abriga de maneira temporária animais castrados e microchipados a fim de que possam ser adotados; o setor educação que diz respeito as áreas de ensino/aprendizado e o setor lazer que se trata da praça que estimula a interação entre crianças e animais.

Quanto as castrações realizadas, nas condições previstas no trabalho e tendo em vista que possui 4 centros cirúrgicos, será possível realizar, por dia, uma média de 50 procedimentos cirúrgicos dessa natureza, totalizando em um ano mais de 9.000 castrações. Todos os animais castrados, tal como ocorre no CCAPA em Niterói e no Hospital de Recife, recebem um microchip de identificação. Isso gera dados cadastrais do animal para que seja possível localizar o dono do animal em caso de perda ou abandono. Adotaremos assim a medida já citada, a política de capturar, esterilizar e devolver (CED).

Quanto ao custo de uma obra com tal abrangência, foi realizado a média a partir do CUB (Custo Unitário Básico). Principal indicador do setor da construção, o CUB é calculado

mensalmente pelos Sindicatos da Indústria da Construção Civil de todo o país. Com base no boletim de Fevereiro de 2019, e enquadrando o projeto na categoria CSL-8 (Edifício comercial, com lojas e salas – padrão normal), podemos obter um custo meramente orientativo para o setor da Construção Civil, não sendo nunca o custo real da obra, pois este só é obtido através de um orçamento completo com todas as especificações de cada projeto em estudo ou análise.

Tendo em vista que o total de área ocupado pelos ambientes foram de 2.339,16m² e que o CUB da categoria CSL-8 é de 1.084,62, temos que o valor estimado da obra estaria em torno de: $2.339,16 \times 1.084,62 = 2.537.099$. Ou seja, a obra estaria orçada em cerca de 2 milhões de reais.

Este é um valor estimativo que está à margem da realidade tendo em vista que a obra do Hospital Veterinário de Recife teve um orçamento de obra no valor de 1,5 milhões, com recursos do município. (RECIFE, 2017)

3.3. PROJETO ARQUITETÔNICO

3.3.1. Partido e conceito

O projeto tomou como partido a funcionalidade e adequação ao uso. O terreno possui uma grande área para ocupação e isso foi considerado. Pensando na adaptação e bem-estar dos animais preferiu-se locar as áreas de cuidado e abrigo no térreo, sempre com áreas livres que permitem a apropriação dos espaços e contato com a massa vegetal a fim de que eles se adaptassem melhor e pudesse ter uma interação maior com o ar livre e não com prédios edificadas. Pensou-se ainda na questão acústica ao localizar as áreas de abrigos temporário aos animais ao fundo do terreno, mantendo distância maior em relação as edificações vizinhas. Os abrigos foram desenvolvidos a fim de gerar áreas sombreadas e contribuir com o bloqueio de latidos e ruídos.

Quanto ao volume e fachadas, estes tiveram cuidados com ventilação e iluminação natural e quanto a radiação solar nos ambientes. Para tanto a utilização de painéis de vidro protegidos com brises, telhado zenital, teto jardim e espelho d'água foram algumas das escolhas adotadas. O uso de pisos drenantes em caminhos e estacionamento contribuem com infiltração das águas pluviais e drenagem. Estas e outras medidas foram pensadas ao conceber a edificação.

A construção principal se materializou em uma forma que remete ao modernismo onde “o menos é mais”. Formas puras, mas que em sua implantação possuem deslocamento criando efeitos visuais que podem ser destacados pelos materiais. Dois blocos unidos por um elo mas

Figura 21: Setorização

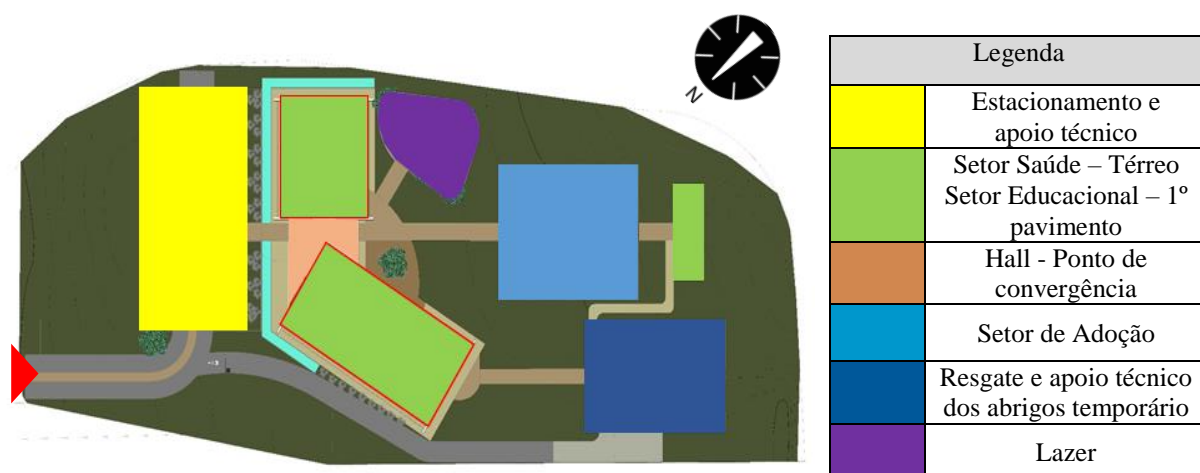
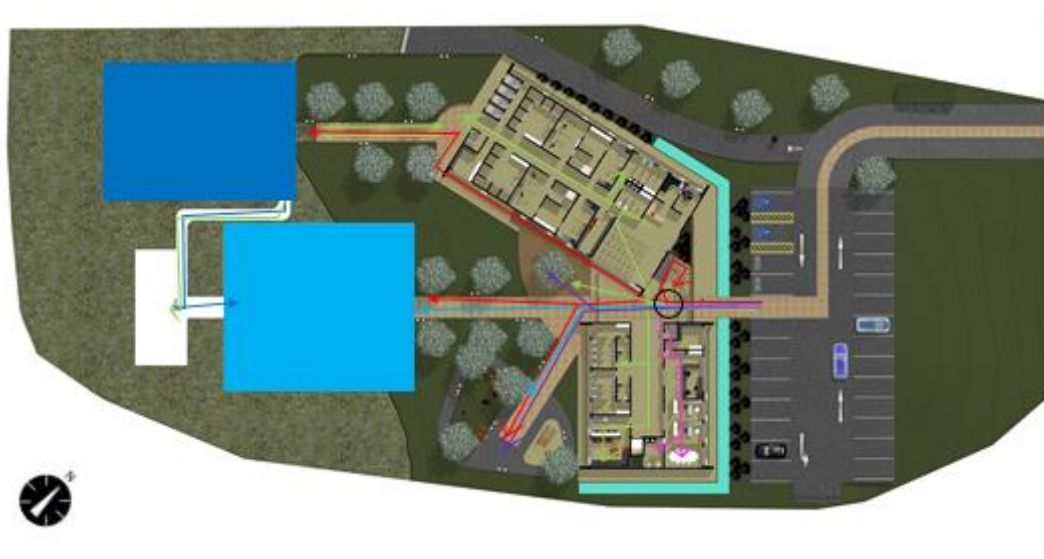


Figura 22: Estudo de Fluxos



Com o objetivo de deixar claro a relação e a funcionalidade entre os espaços da Unidade, foi elaborado um Estudo de fluxos e setorização (Figuras 21 e 22) da implantação. As cores expressas nos fluxos a seguir são referentes à setorização do programa de necessidades (Tabela 02), que representam as hierarquias de acessos e de funções e o ponto de convergência gerado a partir da ocupação espacial. Tem como objetivo garantir o seu bom funcionamento da Unidade.

Figura 23: Implantação em perspectiva



O bloco principal diz respeito à educação e saúde. Nestes saúde e administração foi locado no térreo por conta da demanda e fácil atendimento, enquanto que o setor educacional foi locado no 1º pavimento para estar dissociado à área de passagem de animais e dos usuários conferindo maior privacidade e afastamento dos ruídos.

Figura 24: Vista do Centro a partir do acesso principal



O caminho de pedestre conduz através da diferenciação entre o piso de veículos e o piso de pedestre até o hall que serve como ponto de convergência dos blocos.

Figura 25: Vista em perspectiva dos blocos ligados pelo hall



No hall de acesso é possível acessar a área de saúde, a área administrativa ou pegar a circulação vertical e acessar a área de ensino. É através desse hall ainda que é possível ter acesso à praça de interação entre animais e crianças ou acessar o setor de adoção ou a área de saúde mais afastada que diz respeito ao crematório.

Figura 26: Vista do hall para a praça de interação entre animais e crianças



Figura 27: Vista da praça de interação entre animais e crianças



A praça tem como objetivo integrar as crianças aos animais à medida que educam as mesmas. Esse espaço é para visitantes e usuários do centro, que permite que as crianças interajam e que os animais possam se exercitar através de brinquedos. Ter foco nas crianças faz parte da educação quanto ao abandono de animais, conscientizar as crianças para que quando adultas venham a respeitar e cuidar dos animais não humanos.

Figura 28: Vista do hall para o setor de abrigo de animais para adoção e crematório ao fundo



O setor de abrigo diz respeito ao canil e gatil de animais saudáveis. Estes não possuem dono e, portanto, após castração e microchipagem são encaminhados para o abrigo temporário. Caso não venham a ser adotados serão encaminhados para seu local de origem como figura de animal comunitário. Essa rotatividade dá a oportunidade de mais animais serem castrados e ganharem a chance obter um novo lar.

Figura 29: Acesso ao setor de adoção



Figura 30: Vista dos canis de animais para adoção



Figura 31: Vista do setor de abrigo para os animais errantes



Os visitantes não são conduzidos para área de resgate (Figura 31) e por isso este acesso possui caminho separado, haja vista que não se configura como área de visitação pública pois os cães e gatos ali presentes estarão em fase de tratamento.

Figura 32: Vista do caminho que liga o setor de animais resgatados com o crematório



Esse setor de resgate possui uma ligação fora da vista do acesso público para que, caso algum animal venha a óbito, seja levado ao crematório sem passar pelo caminho de acesso dos visitantes.

3.3.3 Aspectos construtivos e estratégias de conforto ambiental

Considerando que um dos conceitos para o projeto do Centro foi a o de aproveitamento de iluminação e ventilação natural, os materiais especificados no projeto levaram em conta a importância do conforto térmico e redução do consumo energético.

Possui fechamento em alvenaria convencional de blocos cerâmicos, com estrutura mista – concreto e metálica. Na cobertura utilizou-se telhas termoacústicas (telhas sanduíches) e telhado verde, que possuem melhor custo-benefício haja vista que garantem o controle térmico dos ambientes e promovem menores gastos energéticos. Foram utilizados materiais tais como: madeira, vidro, pisos drenantes com diferenciação de cores e brise metálico.

Figura 33: Composição da Fachada principal: Vidro painel de ripas de madeira e pintura na cor branca.



Figura 34: Destaque para fechamento do acesso principal: Vidro painel de ripas de madeira

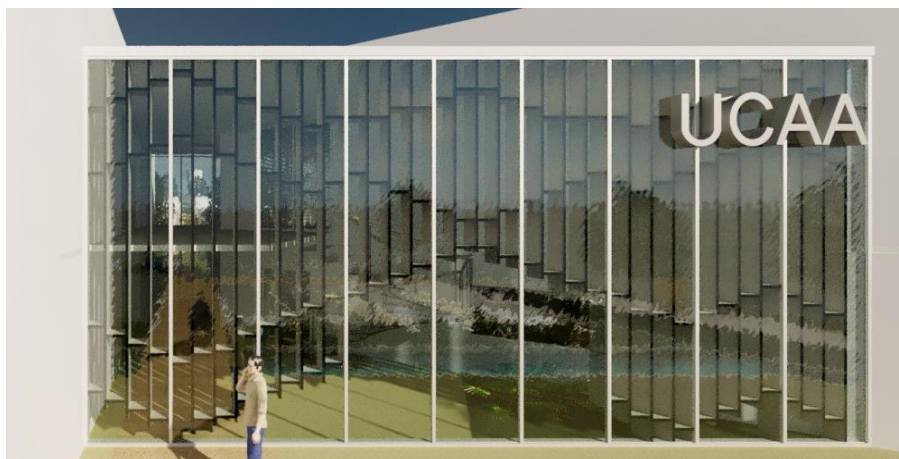
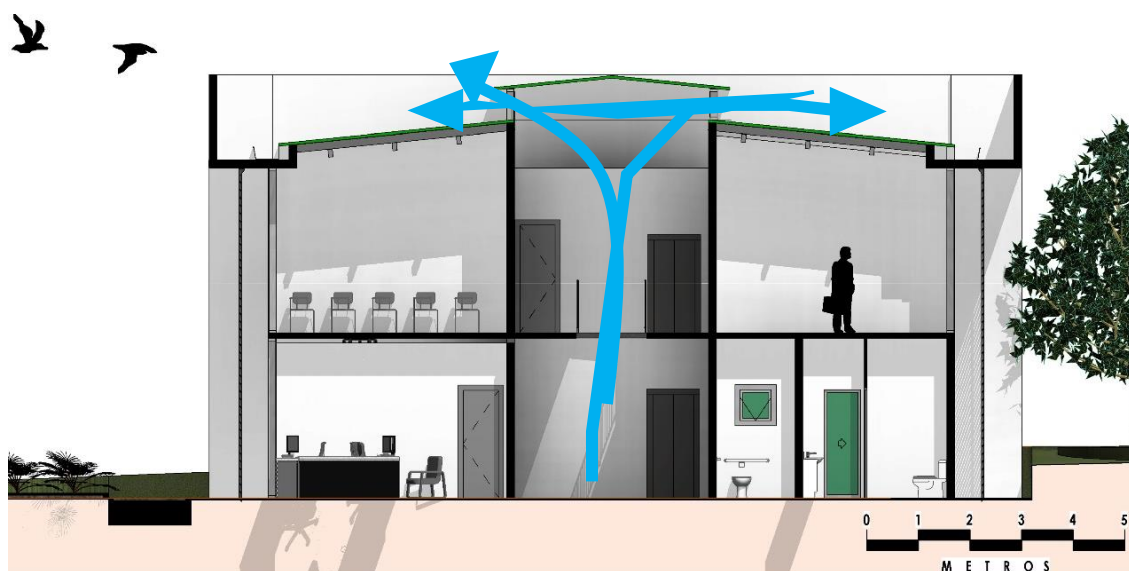


Figura 35: Cobertura de telha metálica com sistema em shed e hall com cobertura de teto jardim



Figura 36: Corte esquemático – detalhe da cobertura



No prédio principal o telhado possui sistema de shed (Figura 35) que permite o aproveitamento da iluminação natural e captação de ventilação. A cobertura tipo shed permite a circulação de ar e ventilação cruzada dos ambientes, e possibilita a iluminação difusa e dispersão do ar quente através do “efeito chaminé” (Figura 36). Tem como vantagem a diminuição de gastos ocasionados para a manutenção de lâmpadas e geradores de energia. Ou seja, é benéfica para a edificação e seus usuários, bem como para o meio ambiente.

Figura 37: Sistema de brises e espelho d'água



Como artifício de conforto ambiental as esquadrias mais altas com proteção dos brises protegem os ambientes da insolação direta. As fachadas possuem painel de brises abrigados por marquises nas fachadas no sentido leste-oeste. Os brises barram a incidência da radiação solar antes que ela atinja a fachada e, conseqüentemente, o ambiente interno, reduzindo o calor recebido. Em comparação a outros dispositivos de proteção solar, oferece melhor controle dos ganhos térmicos, iluminação natural adequada e ventilação. O espelho d'água também é um elemento que atenua a sensação de desconforto térmico pois possibilita o resfriamento evaporativo.

As áreas livres externas receberam pisos drenantes, que são pisos de concretos ecológicos de característica porosa, funcionando como um "Dreno" para a água. Portanto, auxiliam na permeabilidade da água da chuva no solo e no conforto térmico, haja vista que a cor clara reduz a absorção de calor pela superfície do piso, tornando-o econômico. Ademais, é também seguro por ser antiderrapante.

As cores da edificação poderão sofrer mudanças, porém mantendo a cor clara que reduz a absorção de calor e confere maior conforto térmico ao ambiente.

3.4 CARTILHA DE CUIDADOS AO ANIMAL COMUNITÁRIO

Hoje, as novas abordagens para o manejo populacional de cães de rua possuem enfoque no bem-estar animal, controle populacional, saúde pública e participação social. (ALMEIDA, 2017).

Uma estratégia em harmonia com o paradigma de saúde e bem-estar únicos é a proposta do Programa Cão Comunitário que envolve órgão público, fortalecimento do vínculo entre o cão e a comunidade, e o registro de um cuidador que passa a ter algumas das atribuições de um tutor. (RÜNCOS, 2014 apud ALMEIDA, 2017).

Portanto, o animal comunitário é aquele cachorro que, apesar de não ter tutor definido e único, é adotado por grupos específicos de pessoas, que têm a responsabilidade de cuidar de um ou mais animais, sem necessariamente levá-los para casa. Estes precisam oferecer todas as condições para que os animais tenham uma vida saudável.

Já a manutenção de cães comunitários pelo Programa, com oferta de certo grau de supervisão, envolve controle reprodutivo, desverminação, vacinação e cuidados básicos de alimentação e abrigo. Neste cenário, os cães passam a receber atenção que eleva seu grau de bem-estar e simultaneamente oferecem à comunidade humana barreiras sanitária e reprodutiva, uma vez que sua presença impede a migração de cães não vacinados e reprodutivamente ativos à região (MOLENTO, 2014 apud ALMEIDA, 2017).

Estas medidas ainda se constituem um método de proteção contra o abandono, tendo em conta que induzem a um maior conhecimento da população humana sobre os cães de seu bairro de residência que, por sua vez, aumenta a percepção sobre eventuais abandonos. Por isso é de suma importância monitorar os resultados da implantação do Programa, para estudar suas consequências em termos de abandono e adotar medidas de melhoria caso necessário, desenvolvendo e incorporando novos elementos conforme o conhecimento avança. (ALMEIDA, 2017)

Conforme comprovado através de pesquisas, ALMEIDA (2017) demonstra que o método utilizado para a implantação do Programa Cão Comunitário quando adotado mostra-se útil e viável. Para facilitar o estudo foi realizada uma divisão da implantação nas etapas de planejamento inicial, triagem, cadastro, realização de procedimentos veterinários e reunião final. E a conclusão foi que:

A determinação de critérios na triagem dos cães e mantenedores constituiu um norteador essencial para a tomada de decisão em campo. Manejo inadequado pelos mantenedores quanto ao fornecimento de alimentação e água aos cães, limitação de estrutura e recursos humanos das secretarias para a execução das ações e comportamento de perseguição dos cães a objetos em movimento foram os principais desafios da implantação. A maioria dos desafios pode ser elucidada por meio de planejamento e conhecimento por parte das Secretarias e orientações à população. Quanto à perseguição de objetos em movimento pelos animais, houve uma tendência maior dos cães apresentarem tal comportamento quando adultos, tempo de permanência no local de um a cinco anos e em frente a residências. Diante do exposto, o método descrito pode subsidiar a construção de um protocolo para o avanço de estudos com cães comunitários e sua relação com o manejo populacional de cães.

O programa aqui proposta busca estabelecer com a população do local onde vive vínculos de dependência e manutenção em relação ao animal. E esse estímulo é importante temporariamente, haja vista que gatos e cachorros não são seres independentes e os abrigos não possuem capacidade de acolher todos os animais que se encontram em situação de rua. O objetivo principal é estimular a adoção, até mesmo dos animais que entrarem no programa de animal comunitário. Mas o objetivo é estimular os cuidados a estes enquanto não conseguem um lar.

Visamos neste trabalho o bem-estar animal, por isso diversas formas são pensadas para sanar o sofrimento dos animais não humanos, uma delas é o desenvolvimento da cartilha (7) de cuidados ao animal comunitário.

(7) A cartilha encontra-se a parte do trabalho - Apêndice B.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos, portanto, que a questão de abandono de animais não humanos é uma questão de saúde pública que produz sérios impactos no âmbito social. Dessa maneira, torna-se necessário a existência de meios para conter o número de animais em situação de abandono para que esta não se agrave e resulte em prejuízos, tanto na saúde humana como no meio ambiente, bem como para os mesmos.

Diante do exposto ao longo do trabalho, é possível notar que a arquitetura pode e deve ser usada no âmbito das políticas públicas como artifício capaz de apoiar o combate de abandono de animais visando o acolhimento e bem-estar animal.

As cidades são campos para nossa experiência cotidiana, e qualificar esse campo é também uma questão de infraestrutura e funcionalidade. Como pensar a arquitetura e a cidade como campos de experiência? O que significa imaginar o futuro da vida urbana? (RIVERA, 2016) O nosso futuro nas cidades passa pela arquitetura. Para que possamos um dia ambicionar novas perspectivas de cidade, um passo importante será de o Ministério Público incorporar a arquitetura no planejamento de ações de combate aos problemas sociais.

Os caminhos para se obter resultados positivos ante o problema do abandono de animais são claros. Estabelecemos a partir desse estudo três bases importantes: A educação, as associações e o poder público. E com isso, foi estabelecido três pilares de projeto: castração, educação e adoção. A luta contra a prática de abandono não é de um setor específico, enquanto agentes sociais todos são capazes de colaborar com mudanças em nossa sociedade. Este é um desafio imenso, político e cultural, e com a possibilidade de solução gradual a longo prazo.

Em conclusão, cabe a nós o questionamento: Os animais sentem e sofrem, compartilham conosco do mesmo critério, o da senciência, qual será nosso papel ante essa realidade apontada?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Juliana Tozzi de. **Adoção do programa cão comunitário como estratégia adicional para o manejo populacional de cães**. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina Veterinária, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

ALVES, Ana Julia Silva e et al. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 34-41, julho 2013. ISSN 2179-6645. Disponível em: <<http://revistas.bvs-vet.org.br/recmvz/article/view/16221>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

ANDA - Agência de notícias de direitos animais (Org.). **Brasil tem 30 milhões de animais abandonados**. 2013. Disponível em: <<https://anda.jusbrasil.com.br/noticias/100681698/brasil-tem-30-milhoes-de-animais-abandonados>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

ANDA - Agência de notícias de direitos animais (Org.). **Você sabe o que é um animal comunitário?** 2017. Disponível em: <<https://www.anda.jor.br/2017/05/voce-sabe-o-que-e-um-animal-comunitario/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ANDRADE, Fernanda; ZAMBAM, Neuro José. **A condição de sujeito de direito dos animais humanos e não humanos e o critério da senciência**. Revista Brasileira de Direito Animal, Salvador: Instituto de Abolicionismo Animal, v. 13, n. 1, p.143-171, Set/Dez 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/20373>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

APIPA. **HVR: Hospital Veterinário do Recife é inaugurado hoje**. 2017. Disponível em: <<https://www.apipa10.org/noticias/publicacoes-da-apipa/no-brasil/4403-hvr-hospital-veterinario-do-recife-e-inaugurado-hoje.html>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

ARACAJU. Prefeitura de Aracaju. **Centro de Zoonoses atua na prevenção de doenças transmitidas por animais**. 2017. Disponível em: <<https://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=71098>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

ARIAS, Juan. **Lares brasileiros já têm mais animais que crianças**: Não é melhor que as famílias tenham mais animais de estimação do que armas e muros eletrificados de onde nunca poderá nascer a “molécula do amor”? El País. 10 jun. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/09/opinion/1433885904_043289.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

Art. 133 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40, 2018. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10623587/artigo-133-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acesso em 19 jun. 2018.

Assessoria Parlamentar. **PL da Castração é aprovado na Câmara de Vereadores**. 2017. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/pl-da-castracao-e-aprovado-na-camara-de-vereadores/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Decreto Federal nº 924.645, de 10 de julho de 1934. Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm>. Acesso em 27 mai. 2018.

BRASIL. Lei Federal no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em 27 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm>. Acesso em: Acesso em 22 jun. 2018.

BRAZ, Laura Cecília Fagundes dos Santos; SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **O processo de coisificação animal decorrente da teoria contratualista racionalista e a necessária ascensão de um novo paradigma**. *Revista Brasileira de Direito*, Salvador: Instituto de Abolicionismo Animal, v. 11, n. 2, p.44-52, Julho/Dez 2015. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/985>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

CARBONI, Rosadélia; REPPETTO, Maria. **Uma reflexão sobre a assistência à saúde do idoso no Brasil**. *Rev. Eletr. Enf.* [Internet] 2007; 9(1):251-60. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n1/v9n1a20.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CORONATO, Marcos. **Três comportamentos péssimos que levam ao abandono de animais, medidos pelo Ibope**: Uma pesquisa exclusiva revela: o brasileiro compra animais sem pensar nas implicações, não os castra e os abandona por motivos fúteis. *Revista Época*, 15 jun. 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/06/3-comportamentos-pessimos-que-levam-ao-abandono-de-animais-segundo-o-ibope.html>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

DISQUE-DENÚNCIA (Org). Disponível em: <http://disquedenuncia.org.br/programas>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

GRAEL, Alex. **DEFESA ANIMAL: Niterói ganha Centro de Controle Populacional de Animais**. 2017. Disponível em: <<http://axelgrael.blogspot.com/2017/07/defesa-animal-niteroi-ganha-centro-de.html>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

GUIMARÃES, Caio; SUSANNA, Kátia. **Animais abandonados são atendidos por abrigo**. 2011. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/cidade/animais-abandonados-sao-atendidos-por-abrigo/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

JUSBRASIL. ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO. (Org.). **Mais de 100 mil animais abandonados no Recife - Folha de Pernambuco (Cotidiano)**. 2013. Disponível em: <<https://amp-pe.jusbrasil.com.br/noticias/100647434/mais-de-100-mil-animais-abandonados-no-recife-folha-de-pernambuco-cotidiano>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

LIMA, Priscila. **Entrevista**. Concedida a Laís Síntique Nunes, Aracaju, 2 de Agosto de 2018.

LOW, Philip. **Declaração de Cambridge sobre a Consciência Animal**. 2012. Disponível em: <<http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

MACEIÓ, Felipe. **Kitty Lima comemora promulgação de leis de sua autoria**. 2018. Disponível em: <<https://www.aracaju.se.leg.br/institucional/noticias/kitty-lima-comemora-promulgacao-de-leis-de-sua-autoria>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

MARIA, Tatiana. **Animais têm senciência e direitos reconhecidos na Holanda: O país é o primeiro a adotar a Força Policial Animal e a ter um partido exclusivo em prol dos direitos animais**. 2018. Disponível em: <<https://www.anda.jor.br/2018/02/animais-tem-senciencia-e-direitos-reconhecidos-na-holanda/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

MEUS ANIMAIS. **O que fez a Holanda ser o primeiro país sem animais de rua?** 2016. Disponível em: <<https://meusanimais.com.br/o-que-fez-a-holanda-ser-o-primeiro-pais-sem-animais-de-rua/>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

NEDER, Lívia. **Controle populacional de gatos em Niterói adapta mais de cem colônias: Inaugurado há um ano, centro fez duas mil castrações de animais**. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/control-populacional-de-gatos-em-niteroi-adapta-mais-de-cem-colonias-22858875#ixzz5NuiWkx8k>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

PORTES, Sophia. **Número de gatos tende a aumentar no Brasil, indica pesquisa: De acordo com a pesquisa, a população de gatos se multiplica em uma proporção muito mais elevada e deve se tornar a predominante em menos de uma década**. 2017. Disponível em: <<https://www.anda.jor.br/2017/06/numero-gatos-aumento-brasil/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

PREFEITURA DE NITERÓI. **Cadastro para castração de animais domésticos começa na segunda-feira em Niterói**. 2017. Disponível em: <<http://www.niteroi.rj.gov.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

RECIFE. Prefeitura do Recife. **Castração gratuita de cães e gatos**. 2016. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

RECIFE. Prefeitura do Recife. **Hospital Veterinário do Recife contrata mais veterinários e amplia atendimento**. 2018. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

RECIFE. Prefeitura do Recife. **Prefeitura construirá hospital veterinário público no**

Recife. 2014. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

RECIFE. Prefeitura do Recife. **Recife recebe o primeiro Hospital Veterinário público do Norte e Nordeste.** 2017. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

RITTO, Cecília; ALVARENGA, Bianca. **A casa agora é dos cães – e não das crianças:** Pesquisa do IBGE revela que, no Brasil, o número de famílias que criam cachorros já é maior do que o de famílias que têm crianças. Causas demográficas e econômicas mostram que o fenômeno, similar ao de países ricos, vai se acentuar daqui para a frente. **Veja**, ed. Abril, 04 jun. 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/a-casa-agora-e-dos-caes-e-nao-das-criancas/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

RIVERA, Pedro. **O papel da arquitetura na política cultural:** De que forma estamos olhando para nossas cidades? Como vislumbramos o amanhã? O Globo, 22 jun. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

SALES, Fernanda. **Kitty Lima faz cobranças e apresenta novo Projeto de Lei para os animais.** 2018. Disponível em: <<https://www.aracaju.se.leg.br/institucional/noticias/kitty-lima-faz-cobrancas-e-apresenta-novo-projeto-de-lei-para-os-animais>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SANTANA, Luciano Rocha; OLIVEIRA, Thiago Pires. **Guarda responsável e dignidade dos animais.** *Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador: Instituto de Abolicionismo Animal, v. 1, n. 1, p.67-104, maio 2006. Disponível em: <<https://www.animallaw.info/sites/default/files/Brazilvol1.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SILVESTRE, Gilberto Fachetti; LORENZONI, Isabela Lyrio; HIBNER, Davi Amaral. **A tutela jurídica material e processual da senciência animal no ordenamento jurídico brasileiro:** análise da legislação e de decisões judiciais. *Revista Brasileira de Direito Animal*, Salvador: Instituto de Abolicionismo Animal, v. 13, n. 1, p.55-95, Jan/Abr 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SIQUEIRA, Victor. **Código municipal de proteção animal prevê multa a agressores.** 2018. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/codigo-municipal-de-protecao-animal-preve-multa-a-agressores/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SMTT. 2017. **Linhas de ônibus terão itinerário alterado durante a Corrida Cidade de Aracaju.** Disponível em: <<http://www.smttaju.com.br/smtt/noticias/transito/2709-linhas-de-onibus-terao-itinerario-alterado-durante-a-corrida-cidade-de-aracaju>>. Acesso em 23 ago. 2018.

UNESCO. **Declaração dos direitos dos animais, de 27 de janeiro de 1978.** Disponível em: <http://www.forumnacional.com.br/declaracao_universal_dos_direitos_dos_animais.pdf>. Acesso em 27 mai. 2018.

APÊNDICE A - PROJETO

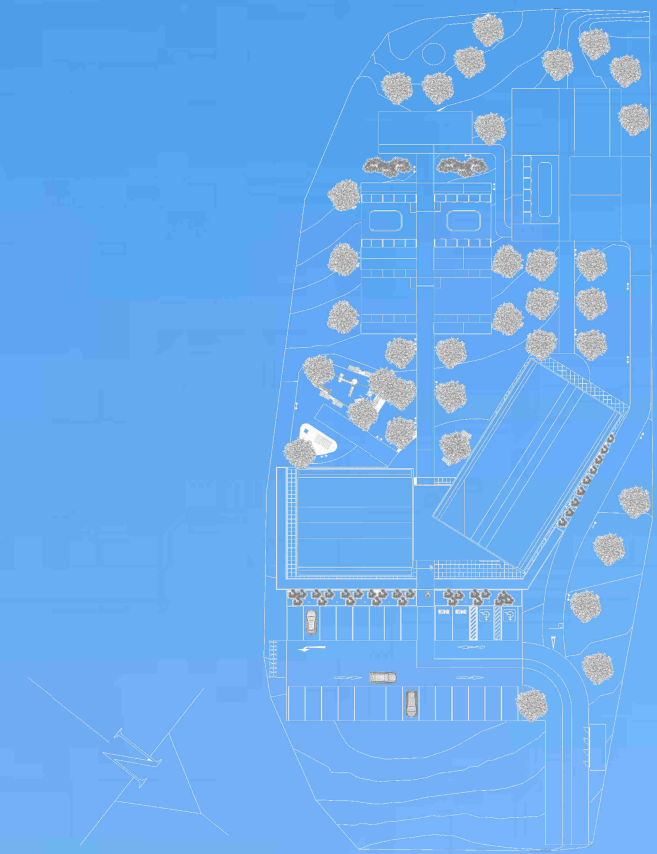
ESCOLHA DO TEMA

A escolha do tema é fruto de uma inquietação ao olhar para o amanhã das nossas cidades. Infelizmente, na maioria das vezes, a arquitetura e o urbanismo não tem sido reconhecidos como agentes importantes na busca de soluções. Em consequência disso, progressivamente materializa-se a degradação da qualidade de vida e a deterioração da paisagem urbana.

O presente trabalho busca propor uma arquitetura que proporcione o bem-estar e acolhimento dos animais não humanos, uma arquitetura que busque trazer soluções em parceria com a sociedade visto que terá impacto na mesma. Visa ainda trazer à tona a importância do assunto na contemporaneidade e demonstrar como nós, enquanto futuros arquitetos e urbanistas, podemos contribuir, juntamente com a sociedade, governos e políticas públicas, com discussões e projetos capazes de suprir as necessidades básicas de animais não humanos e, em consequência, os animais humanos.



A proposta tem como objetivo a criação de um centro de castração e passagem. Um espaço para acompanhamento dos animais castrados até que os mesmos estejam aptos para serem encaminhados para adoção ou retorno ao seu ambiente de origem, tal como ocorre no Centro de Controle Populacional de Animais Domésticos (CCPAD), de Niterói.



OBJETIVO

Apresentar uma solução arquitetônica que colabore na redução dos casos de abandono e maus tratos de animais em Aracaju/SE.

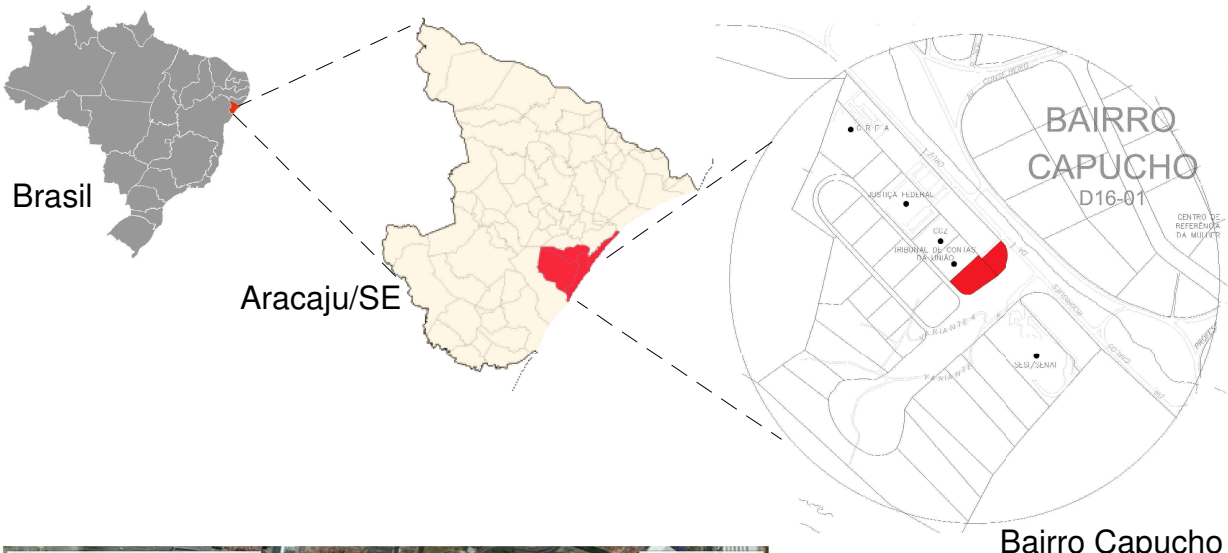
PARTIDO

O projeto tomou como partido a funcionalidade e adequação ao uso. Pensando na adaptação e bem-estar dos animais preferiu-se local as áreas de cuidado e abrigo no térreo, sempre com áreas livres que permitem a apropriação dos espaços e contato com a massa vegetal a fim de promover uma maior adaptação. Pensou-se ainda na questão acústica ao local as áreas de abrigo temporário de animais ao fundo do terreno, mantendo distância maior em relação as edificações vizinhas. Os abrigos foram desenvolvidos a fim de gerar áreas sombreadas e contribuir com o bloqueio de latidos e ruídos.

Quanto ao volume e fachadas, estes tiveram cuidados com ventilação e iluminação natural e quanto a radiação solar nos ambientes. A construção principal se materializou em uma forma que remete ao modernismo onde “o menos é mais”. Formas puras, mas que em sua implantação possuem deslocamento criando efeitos visuais que podem ser destacados pelos materiais. Dois blocos unidos por um elo mas que na verdade dá forma à um único bloco. Espaços de interação social e de ocupação livre também foram levados em conta durante o processo projetual.

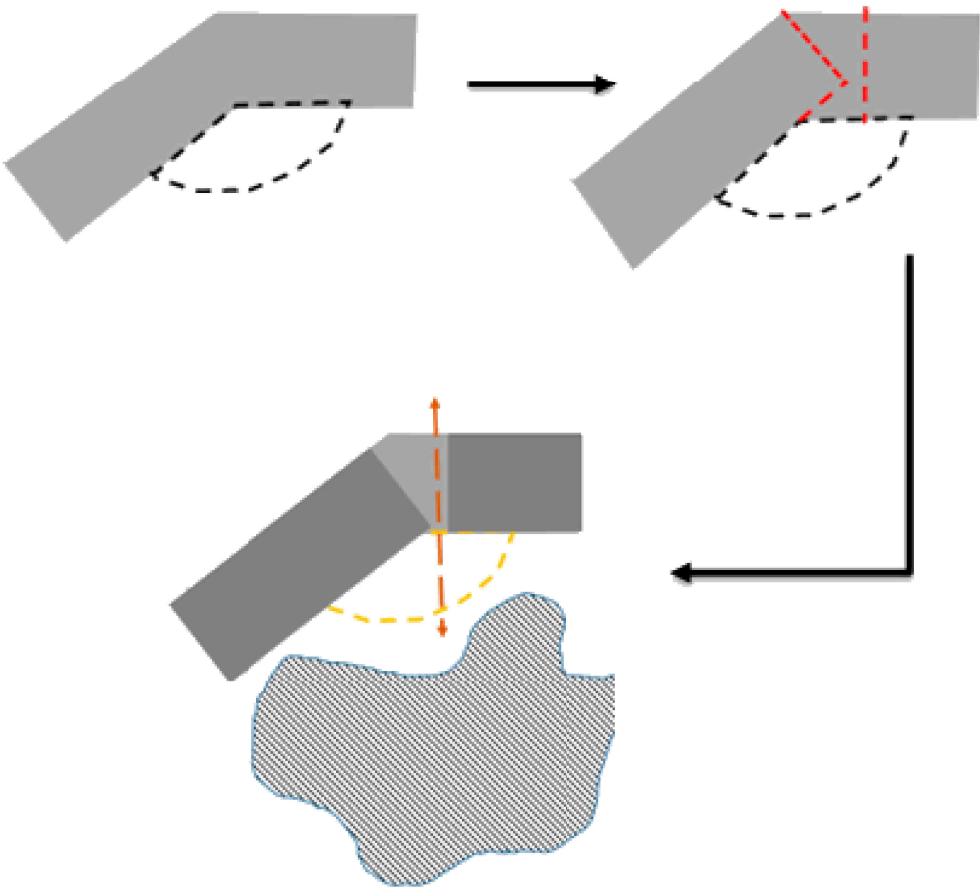


LOCALIZAÇÃO

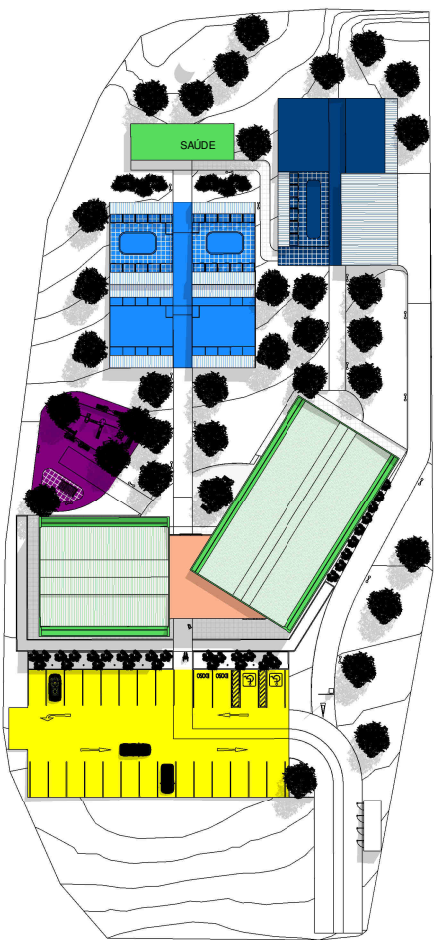


Foi selecionado o terreno próximo ao Centro de Controle de Zoonoses, ao lado do Ibama, localizado na avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, Aracaju/SE. Possui a localização recomendada para os cuidados dos animais pois encontra-se afastado das áreas de adensamento urbano. Além do ser humano ser afetado pela poluição sonora, os ruídos das zonas urbanas atingem também os animais e influenciam no comportamento natural deles. Esta é uma área de baixa movimentação de veículos e pessoas, mas de fácil acesso. Ou seja, é uma área de fácil localização e livre de fatores que poderiam ser considerados de risco para a inserção do projeto.

OCUPAÇÃO E FORMA



SETORIZAÇÃO



Legenda	
Estacionamento e apoio técnico	
Setor Saúde e Administração – Térreo	
Setor Educacional – 1º pavimento	
Hall - Ponto de convergência	
Setor de Adoção	
Resgate e apoio técnico dos abrigos temporário	
Lazer	



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DAU - DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ORIENTADOR: Profº. Dr. Márcio da Costa Pereira
COORDINADORA: Profª. Dra. Angela Cristina Dias Ferreira
AUTORA: Laís Síntique Pedroza Oliveira Nunes

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR ANIMAL

UNIDADE DE CASTRAÇÃO E ADOÇÃO DE ANIMAIS (UCAA) EM ARACAJU/SE.

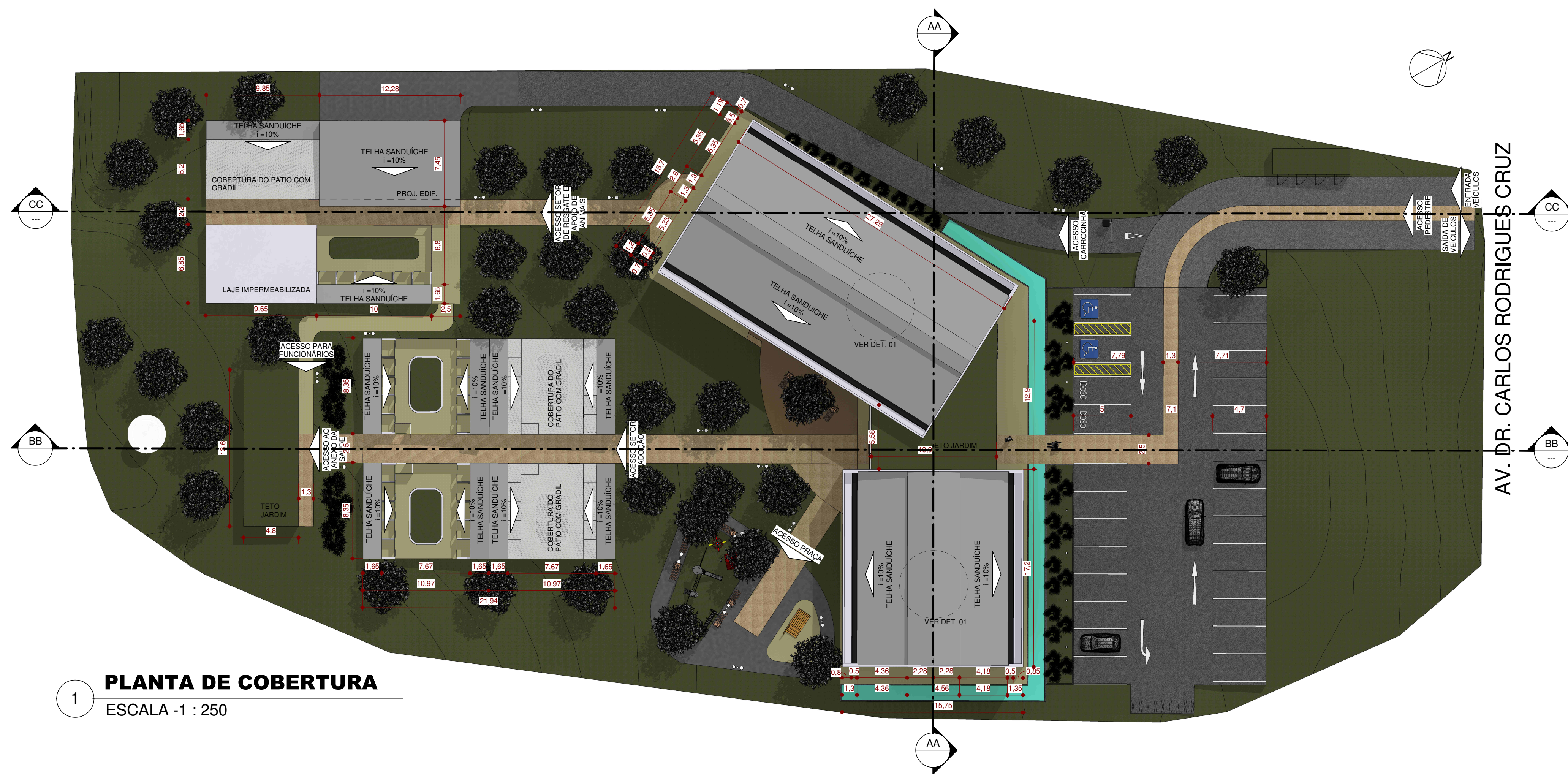
Conteúdo: PRANCHA SÍNTESE

Escala: 1 : 1000

Data: 29/03/2019

Folha:

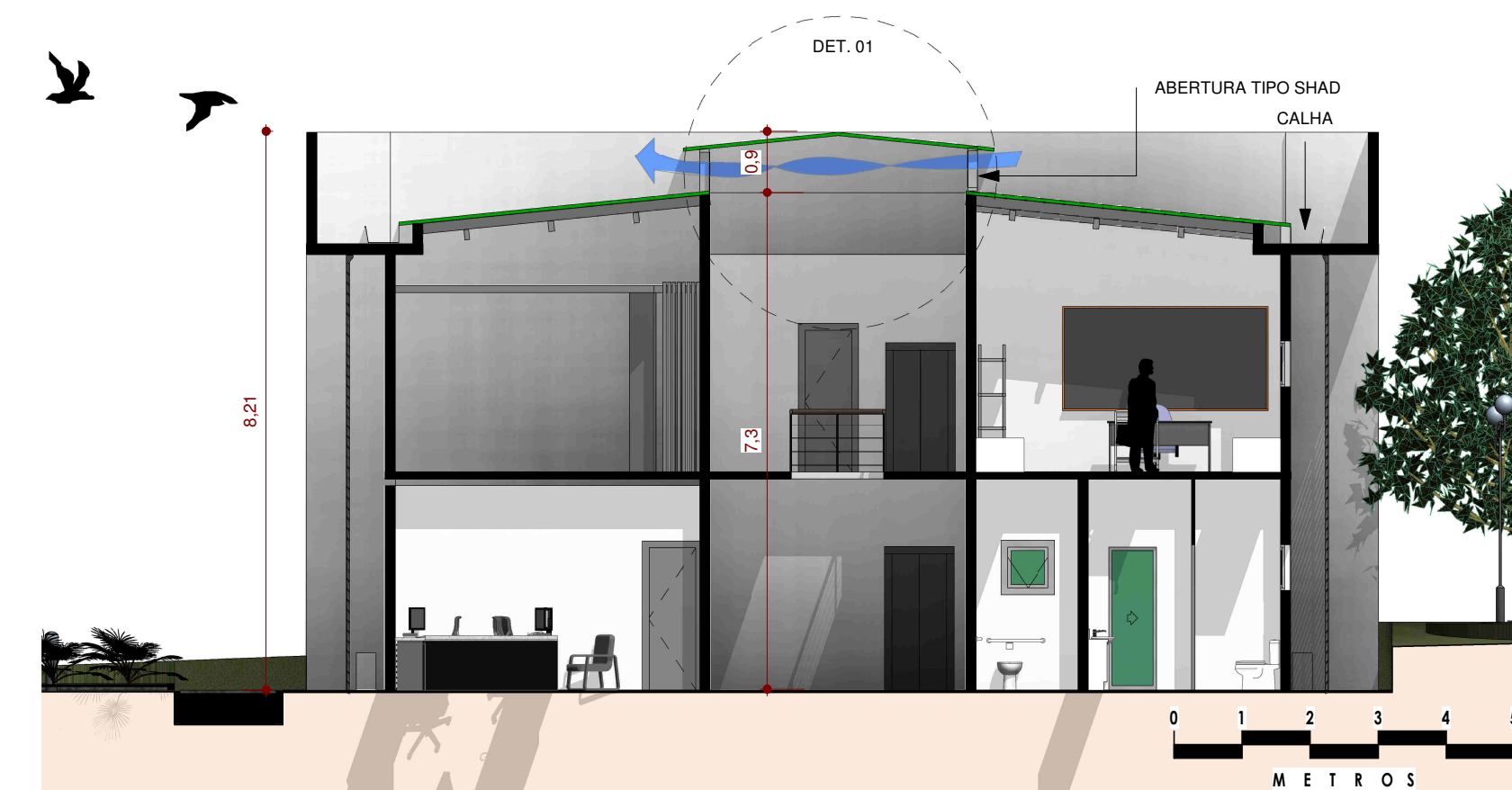
01/06



ÁREA CONSTRUÍDA	
BLOCO	ÁREA PROJEÇÃO NO TÉRREO
ABRIGO TEMPORÁRIO	190,24 m²
ADOÇÃO	110,45 m²
ANEXO - SAÚDE	65,28 m²
PRÉDIO CENTRAL	766,52 m²
TOTAL DE ÁREA CONSTRUÍDA	1.134,49 m²

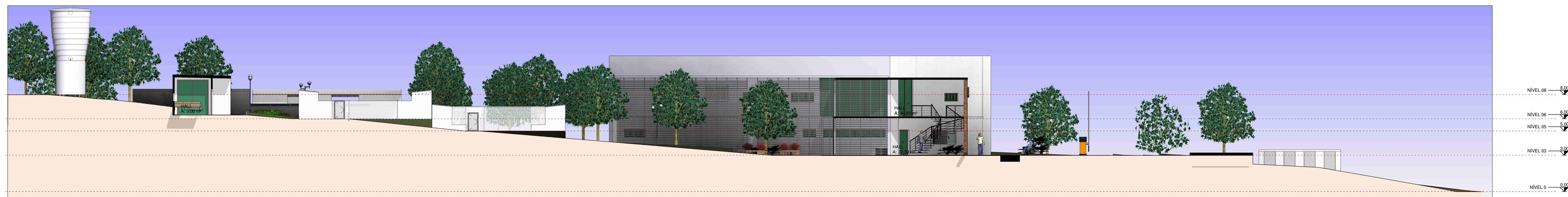
VAGAS ESTACIONAMENTO	
LEGENDA	N. VAGAS
prk - VAGA LIVRE	8
prk - VAGA LIVRE	14
prk - VAGA PARA CADEIRANTES	2
prk - VAGA PARA IDOSOS	2
TOTAL DE VAGAS	26

QUADRO DE ÁREAS	
ÁREA TOTAL DO TERRENO	6.250m²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	1.134,49m²
ÁREA PAVIMENTADA	PISO DRENANTE 1.447,54m² DEMAIS PAVIMENTAÇÕES 1.910,26m²
ÁREA PERMEÁVEL	4.339,74m²
ÁREA VERDE	2.892,20m²
TAXA DE OCUPAÇÃO	18%
TAXA DE PERMEABILIDADE	69%

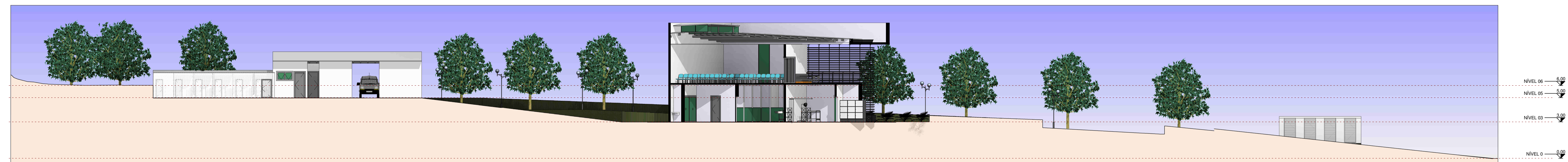


1 **PLANTA DE COBERTURA**
ESCALA -1 : 250

2 **DET. 01**
ESCALA - 1 : 100



3 **CORTE BB**
ESCALA -1 : 175



4 **CORTE CC**
ESCALA -1 : 175



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DAU - DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ORIENTADOR: Profº. Dr. Márcio da Costa Pereira
COORDINADORA: Profª. Dra. Angela Cristina Dias Ferreira
AUTORA: Laís Sínique Pedroza Oliveira Nunes

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR ANIMAL

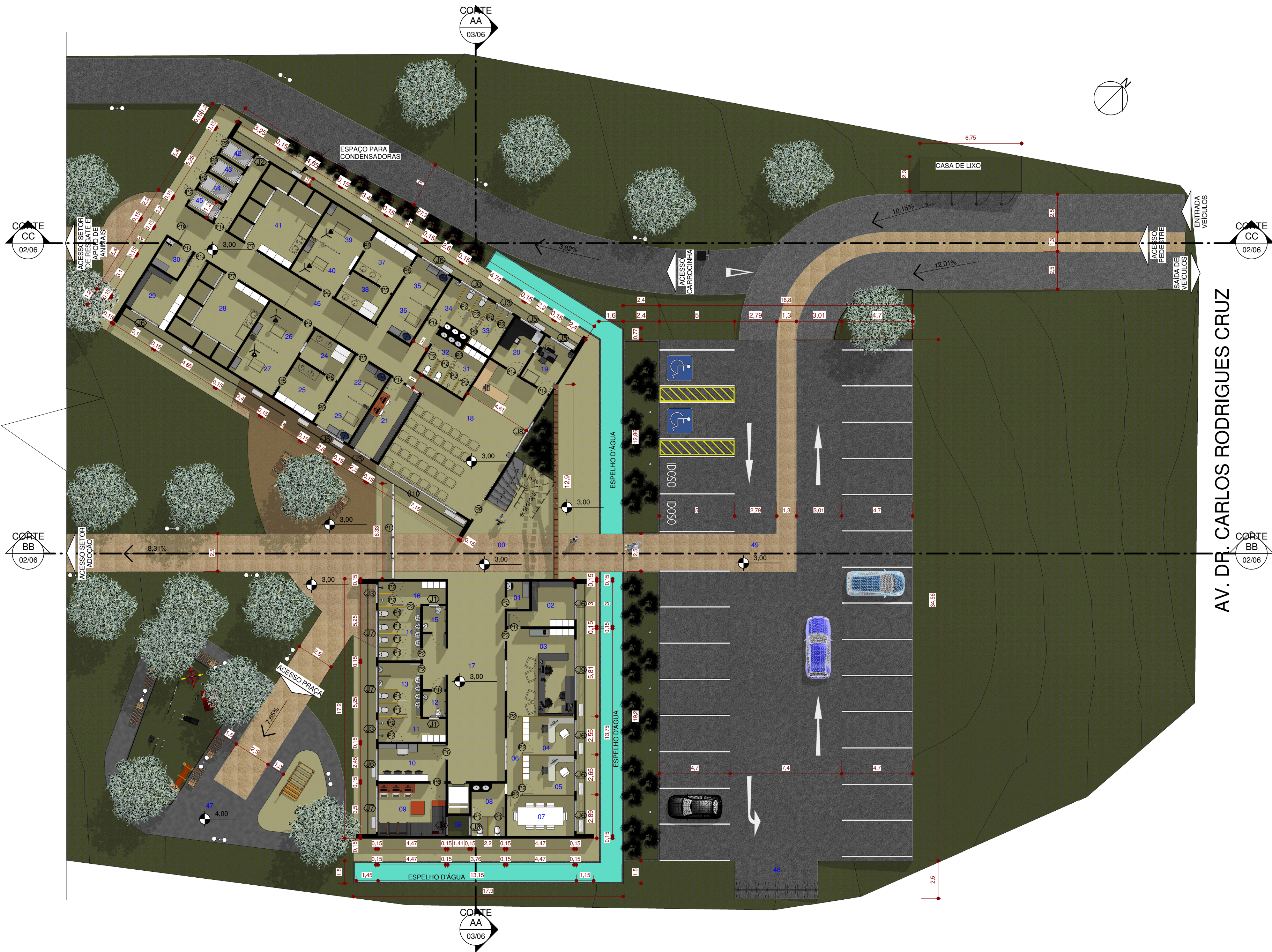
UNIDADE DE CASTRAÇÃO E ADOÇÃO DE ANIMAIS (UCAA) EM ARACAJU/SE.

Conteúdo: COBERTURA E CORTES AA E BB

Escala: Como indicado
Data: 29/03/2019

Folha:

02/06



1 **IMPLANTAÇÃO COM PAV. TÉRREO - NÍVEL +3.0m**
ESCALA - 1 : 175

3 **CORTE AA**
ESCALA - 1 : 100

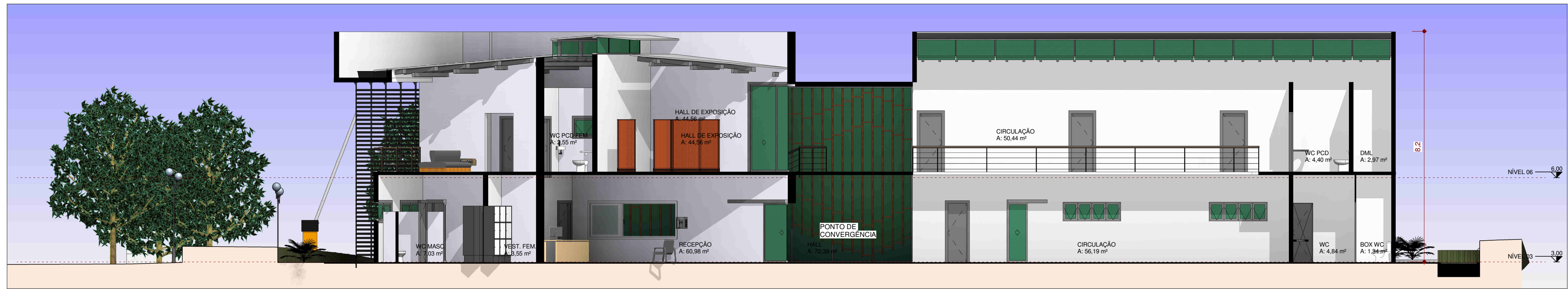


TABELA DE JANELAS 01					
No.	L	H	PEITORIL	QNTD.	TIPO
J1	0,6	0,6	1,5	2	MAXIMAR 1 FOLHA
J2	0,7	1	1,1	1	MAXIMAR 1 FOLHA
J3	1,2	0,6	1,5	5	MAXIMAR 3 FOLHAS
J4	1,2	1,2	1	1	DE CORRER 2 FOLHAS
J5	1,5	0,6	1,5	2	MAXIMAR 3 FOLHAS
J6	2	0,6	1,5	11	MAXIMAR 4 FOLHAS
J7	3	0,6	1,5	3	MAXIMAR 4 FOLHAS
J8	3,6	1,2	0,9	1	DE CORRER 3 FOLHAS
J9	4	0,6	1,5	1	MAXIMAR 4 FOLHAS
J10	6	0,6	1,5	1	MAXIMAR 4 FOLHAS

TABELA DE PORTAS 01				
No.	L	H	QNTD.	TIPO
P1	0,6	2,1	8	ABRIR 1 FOLHA
P2	0,7	2,1	23	ABRIR 1 FOLHA
P3	0,7	2,1	6	CORRER 1 FOLHA
P4	0,8	2,1	10	ABRIR 1 FOLHA
P5	0,8	2,1	10	CORRER 1 FOLHA
P6	0,9	2,1	2	ABRIR 1 FOLHA
P7	0,9	2,1	2	CORRER 1 FOLHA
P8	1	2,1	1	CORRER 1 FOLHA
P9	1,5	2,1	1	CORRER 1 FOLHA
P10	2,1	2,1	1	CORRER 2 FOLHAS
P11	2,85	3,1	1	CORRER 2 FOLHAS

TABELA DE AMBIENTES 01				
No	AMBIENTE	ÁREA	SETOR	DESCRIÇÃO
00	HALL	72,39 m²	ADMINISTRAÇÃO	Local de acesso à Unidade
01	DMIL	2,78 m²	ADMINISTRAÇÃO	Depósito de material de limpeza
02	ALMOXARIFADO	10,11 m²	ADMINISTRAÇÃO	Local de armazenagem do material administrativo
03	ADMINISTRAÇÃO	25,87 m²	ADMINISTRAÇÃO	Destinado a atividades administrativas
04	COORDENAÇÃO	8,55 m²	ADMINISTRAÇÃO	Destinado a atividades administrativas e atendimento do público
05	DIREÇÃO	8,89 m²	ADMINISTRAÇÃO	Sala da direção do complexo
06	CIRCULAÇÃO	5,15 m²	ADMINISTRAÇÃO	-
07	SALA DE REUNIÕES	12,13 m²	ADMINISTRAÇÃO	Realização de Reuniões
08	WC	4,94 m²	ADMINISTRAÇÃO	-
09	SALA DE DESCANSO CORPO CLÍNICO	15,64 m²	SAÚDE	Estar e descanso do corpo clínico de plantão
10	COPA	10,97 m²	SAÚDE	Local de alimentação dos funcionários
11	VEST. MASC.	5,65 m²	ADMINISTRAÇÃO	-
12	WC PCD MASC.	2,56 m²	ADMINISTRAÇÃO	-
13	WC MASC.	7,61 m²	ADMINISTRAÇÃO	-
14	WC FEM	5,35 m²	ADMINISTRAÇÃO	-
15	WC PCD FEM.	2,56 m²	ADMINISTRAÇÃO	-
16	VEST. FEM.	5,57 m²	ADMINISTRAÇÃO	-
17	CIRCULAÇÃO	56,19 m²	ADMINISTRAÇÃO	-
18	RECEPÇÃO	60,96 m²	SAÚDE	Recepção de encaminhamento e preenchimento de cadastro/formulário do animal
19	CONSULTÓRIO	7,09 m²	SAÚDE	Consultas de avaliação para encaminhamento cirúrgico
20	LABORATÓRIO	6,92 m²	SAÚDE	Análise de exames laboratoriais
21	ARQUIVO	11,55 m²	SAÚDE	Local de armazenagem de prontuários e fichas de atendimento
22	PRÉ-OPERATÓRIO 03	6,83 m²	SAÚDE	Procedimentos pré-cirúrgicos de toda a natureza
23	PRÉ-OPERATÓRIO 04	6,83 m²	SAÚDE	Procedimentos pré-cirúrgicos de toda a natureza
24	ESTUFA E AUTOCLAVE	6,30 m²	SAÚDE	Destinado a limpeza e esterilização dos artigos médico-hospitalares
25	SALA DE ESTERILIZAÇÃO 02	9,00 m²	SAÚDE	Área onde a equipe faz a escovação das mãos e antebraços antes de entrarem na sala cirúrgica
26	CENTRO CIRÚRGICO 03	8,93 m²	SAÚDE	Realização de procedimentos de castração
27	CENTRO CIRÚRGICO 04	8,93 m²	SAÚDE	Realização de procedimentos de castração
28	GATIL (INTERNAÇÃO)	13,97 m²	SAÚDE	Abrigo para os animais em recuperação
29	ALMOXARIFADO	11,76 m²	SAÚDE	Local de armazenagem de material hospitalar
30	DMIL	3,90 m²	SAÚDE	Armazenagem de material de limpeza hospitalar
31	VEST. FEM.	3,55 m²	SAÚDE	-
32	WC FEM.	3,41 m²	SAÚDE	-
33	VEST. MASC.	3,63 m²	SAÚDE	-
34	WC MASC.	7,03 m²	SAÚDE	-
35	PRÉ-OPERATÓRIO 01	6,83 m²	SAÚDE	Procedimentos pré-cirúrgicos de toda a natureza
36	PRÉ-OPERATÓRIO 02	6,83 m²	SAÚDE	Procedimentos pré-cirúrgicos de toda a natureza
37	SALA DE ESTERILIZAÇÃO 01	9,00 m²	SAÚDE	Área onde a equipe faz a escovação das mãos e antebraços antes de entrarem na sala cirúrgica
38	ESTUFA E AUTOCLAVE 01	6,30 m²	SAÚDE	Destinado a limpeza e esterilização dos artigos médico-hospitalares
39	CENTRO CIRÚRGICO 01	8,93 m²	SAÚDE	Realização de procedimentos de castração
40	CENTRO CIRÚRGICO 02	8,93 m²	SAÚDE	Realização de procedimentos de castração
41	CANIL (INTERNAÇÃO)	13,97 m²	SAÚDE	Abrigo para os animais em recuperação
42	LIXO INFECCIOSO	2,34 m²	SAÚDE	-
43	LIXO QUÍMICO	2,34 m²	SAÚDE	-
44	LIXO RADICATIVO	2,34 m²	SAÚDE	-
45	LIXO COMUM	2,34 m²	SAÚDE	-
46	CIRCULAÇÃO	42,25 m²	SAÚDE	-
47	PRAÇA INFANTIL	140,71 m²	LAZER	Espaço de lazer para crianças e animais
48	BICICLETÁRIO	13,75 m²	SAÚDE	-
49	ESTACIONAMENTO	560,66 m²	SAÚDE	-



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DAU - DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ORIENTADOR: Profº. Dr. Márcio da Costa Pereira
COORIENTADORA: Profª. Dra. Angela Cristina Dias Ferreira
AUTORA: Laís Sínique Pedroza Oliveira Nunes

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR ANIMAL

UNIDADE DE CASTRAÇÃO E ADOÇÃO DE ANIMAIS (UCAA) EM ARACAJU/SE.

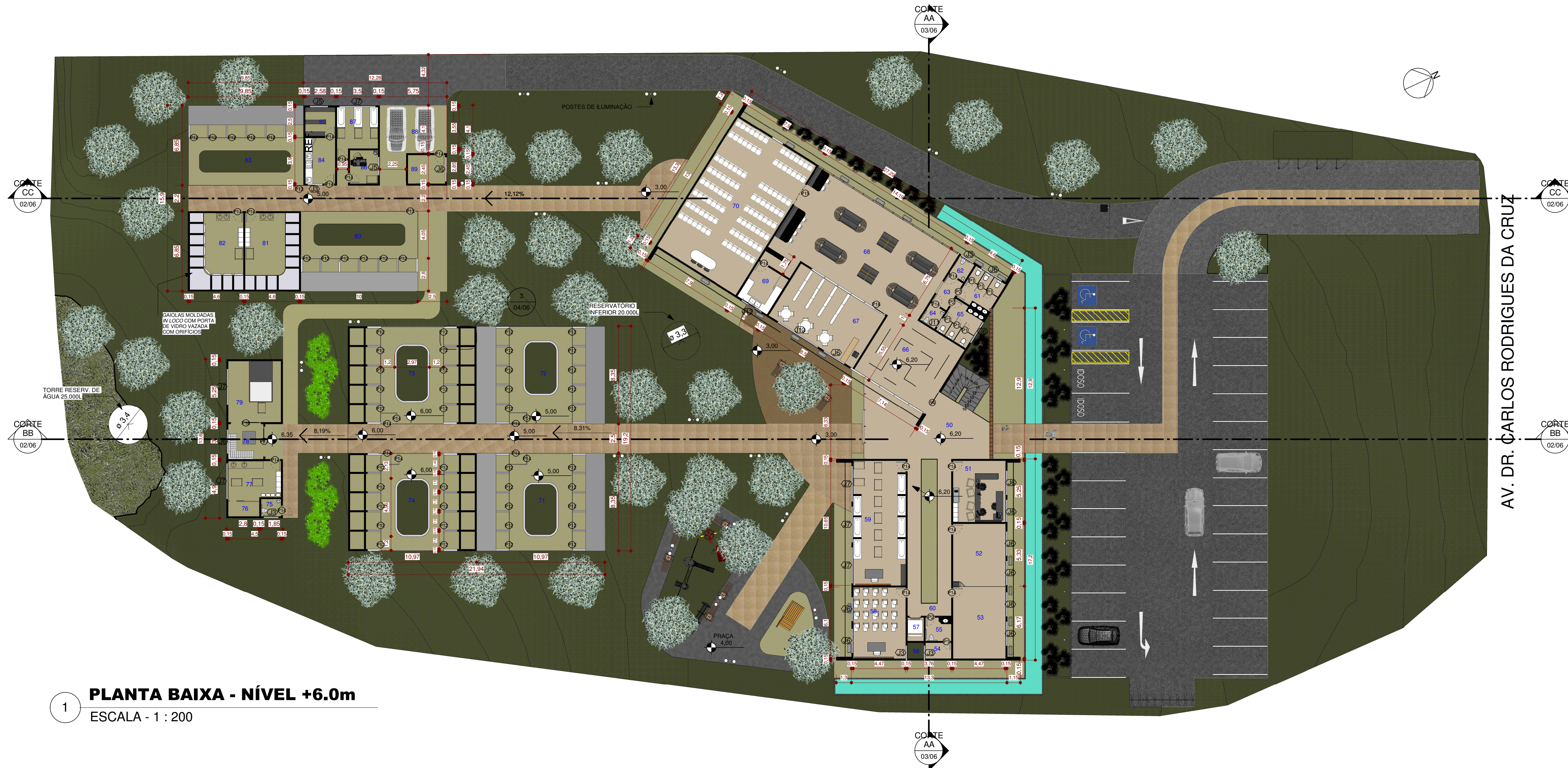
Conteúdo: PLANTA BAIXA - NÍVEL +3.0m E
CORTE AA
Escala: Como indicado
Data: 29/03/2019

Folha:
03/06

3 PLANTA TIPO CANIL
1 : 50

1. GRADIL E PORTÃO DE FERRO
2. PONTO DE LUZ
3. RALO
4. ESTRADO
5. SUPORTE PARA MANGUEIRA
6. TORNEIRA

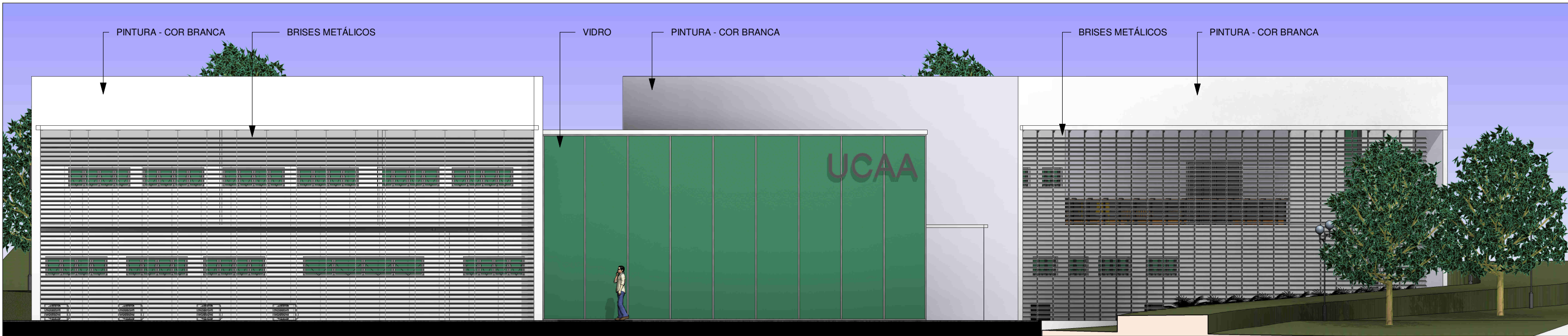
The diagram shows a detailed plan of a doghouse. It includes a gate (1), a light point (2), a drain (3), a platform (4), a hose support (5), and a faucet (6). Dimensions are provided for various parts, such as the gate height (1.5m), the platform width (1.2m), and the overall width (1.3m). A legend on the right explains the numbered components.



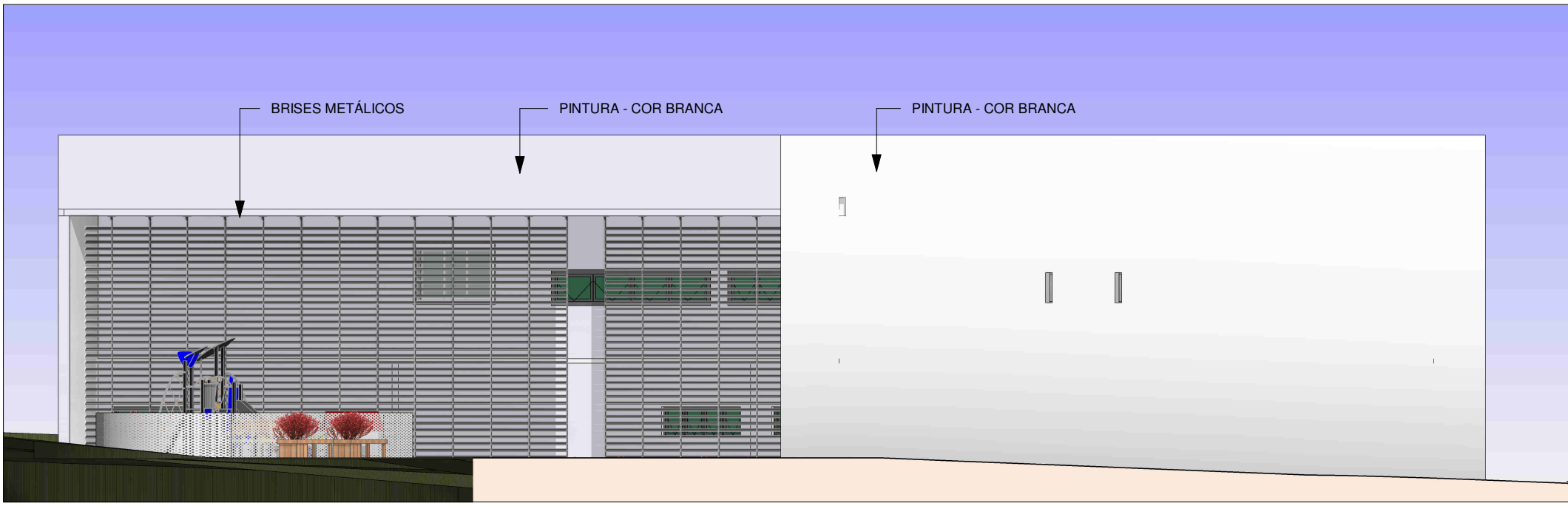
ESCALA - 1 : 200

No.	L	H	QNTD.	TIPO
P12	0,5	1,5	52	ABRIR 1 FOLHA
P1	0,6	2,1	7	ABRIR 1 FOLHA
P2	0,7	2,1	3	ABRIR 1 FOLHA
	0,8	1,5	10	ABRIR 1 FOLHA
P14	0,8	2,1	17	ABRIR 1 FOLHA
P15	2	2,1	1	CORRER 2 FOLHAS
P16	2	3,1	1	CORRER 2 FOLHAS
P17	2,5	2,1	1	CORRER 2 FOLHAS
P18	2,5	3,2	1	CORRER 2 FOLHAS

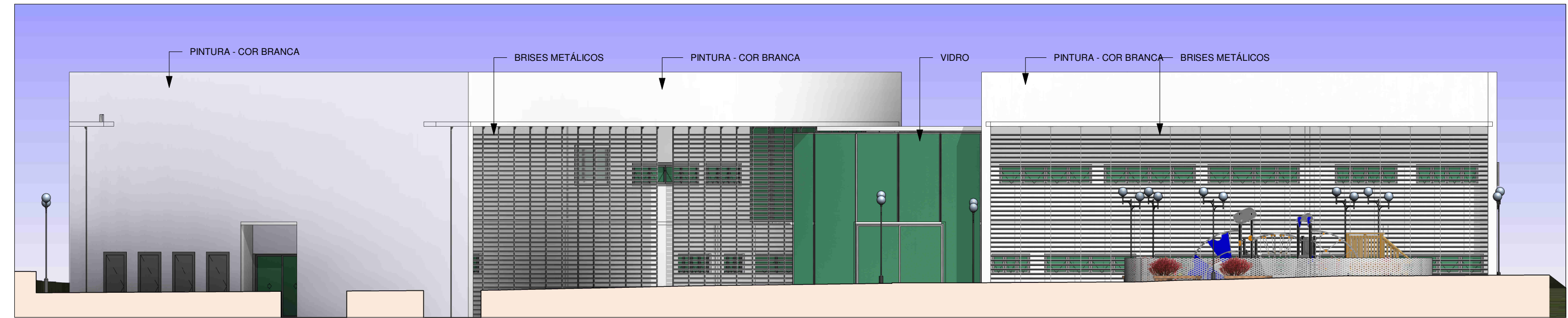
TABELA DE AMBIENTES 02				
No	AMBIENTE	ÁREA	SETOR	DESCRIÇÃO
50	HALL	49,93 m²	EDUCAÇÃO	Local de acesso ao setor educacional
51	SEDA	23,46 m²	EDUCAÇÃO	Secretaria especial dos direitos animais
52	SALA MULTISUO 01	23,79 m²	EDUCAÇÃO	Para realização de eventos, palestras e aulas educativas
53	SALA MULTISUO 02	2,91 m²	EDUCAÇÃO	Para realização de eventos, palestras e aulas educativas
54	DMV	27,67 m²	EDUCAÇÃO	Deposito de material de limpeza
55	WC PCD	4,40 m²	EDUCAÇÃO	-
56	A VENT	1,91 m²	ADMINISTRAÇÃO	-
57	PLATAFORMA ELEVATORIA	2,83 m²	ADMINISTRAÇÃO	-
58	SALA DE AULA TEÓRICA	27,28 m²	EDUCAÇÃO	Para realização de cursos e oficinas
59	SALA DE ATIVIDADES PRÁTICAS	46,85 m²	EDUCAÇÃO	Apoio na realização de cursos de banho e tosa
60	CIRCULACÃO	50,44 m²	EDUCAÇÃO	-
61	WC MASC	5,46 m²	EDUCAÇÃO	-
62	WC PCD MASC	4,40 m²	EDUCAÇÃO	-
63	CIRCULACÃO	3,86 m²	EDUCAÇÃO	-
64	WC PCD FEM	2,55 m²	EDUCAÇÃO	-
65	WC FEM	5,60 m²	EDUCAÇÃO	-
66	HALL DE EXPOSIÇÃO	44,56 m²	EDUCAÇÃO	Recepção interativa do centro
67	BIBLIOTECA	44,63 m²	EDUCAÇÃO	Local de pesquisa e estudo
68	HALL DE INTERMIO	114,79 m²	EDUCAÇÃO	Área de encontro, descanso e interação
69	LANCHONETE	17,85 m²	EDUCAÇÃO	Área destinada para lanches
70	AUDITÓRIO (115 PLACAS)	10,70 m²	EDUCAÇÃO	Local destinado para realização de eventos de maior porte
71	GATIL 01	43,11 m²	ADOÇÃO	Abriço temporário para os animais para adoção
72	GATIL 02	43,11 m²	ADOÇÃO	Abriço temporário para os animais para adoção
73	CANIL 01	42,89 m²	ADOÇÃO	Abriço temporário para os animais para adoção
74	CANIL 02	43,11 m²	ADOÇÃO	Abriço temporário para os animais para adoção
75	WC PCD	2,55 m²	SAÚDE	-
76	CMC FRIA	3,31 m²	SAÚDE	Área de armazenamento de animais, tecidos e órgãos
77	NECROPSÓIA	14,88 m²	SAÚDE	Área de análise de animais, tecidos e órgãos
78	HALL	9,00 m²	SAÚDE	Recepção e acolhida dos proprietários
79	CREMATÓRIO	23,63 m²	SAÚDE	Área de cremação
80	CANIL 03	40,08 m²	RESGATE E APOIO	Abriço para os animais trazidos pela carmelita
81	INTERNAÇÃO CANIL	18,07 m²	RESGATE E APOIO	Abriço para os animais em recuperação
82	INTERNAÇÃO GATIL	18,07 m²	RESGATE E APOIO	Abriço para os animais em recuperação
83	GATIL 03	39,48 m²	RESGATE E APOIO	Abriço para os animais trazidos pela carmelita
84	COZINHA	10,00 m²	RESGATE E APOIO	Para preparo de alimentos dos animais abrigados
85	DEPÓSITO	6,46 m²	RESGATE E APOIO	Armazenagem de elementos e utensílios necessários
86	CONSULTÓRIO	6,84 m²	RESGATE E APOIO	Consultas de avaliação em encaminhamento cirúrgico
87	BANHO E TOSA	13,23 m²	RESGATE E APOIO	Local de higienização do animal
88	ESTACIONAMENTO SERVI	29,74 m²	RESGATE E APOIO	Local de estacionamento e abriço para veículos a serviço da unidade
89	OFICINA	7,84 m²	RESGATE E APOIO	Local de apoio e manutenção dos veículos



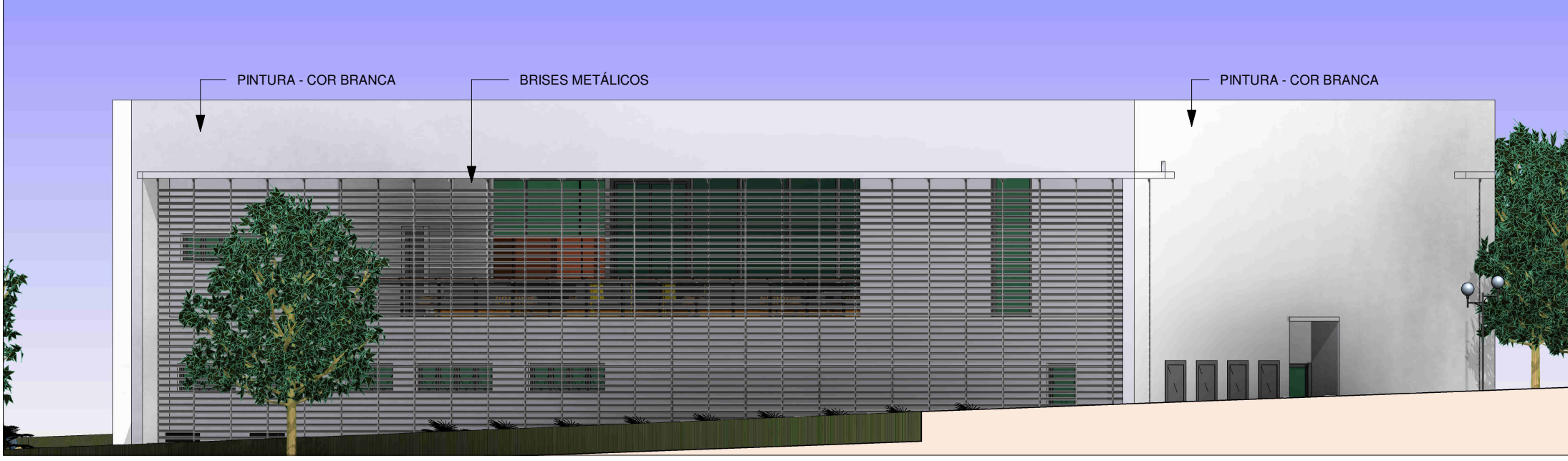
1 **PRÉDIO PRINCIPAL - F. NORDESTE**
ESCALA -1 : 125



2 **PRÉDIO PRINCIPAL - F. SUDESTE**
ESCALA -1 : 125



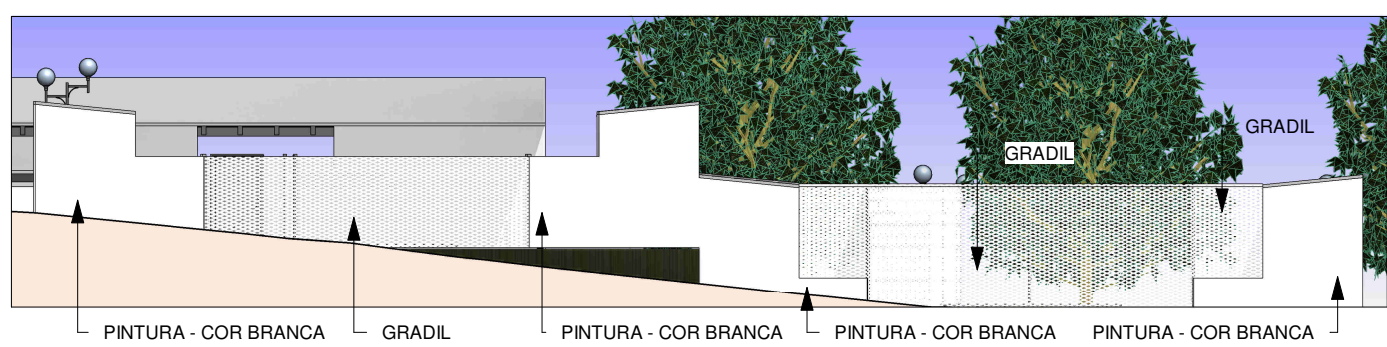
3 **PRÉDIO PRINCIPAL - F. SUDOESTE**
ESCALA -1 : 125



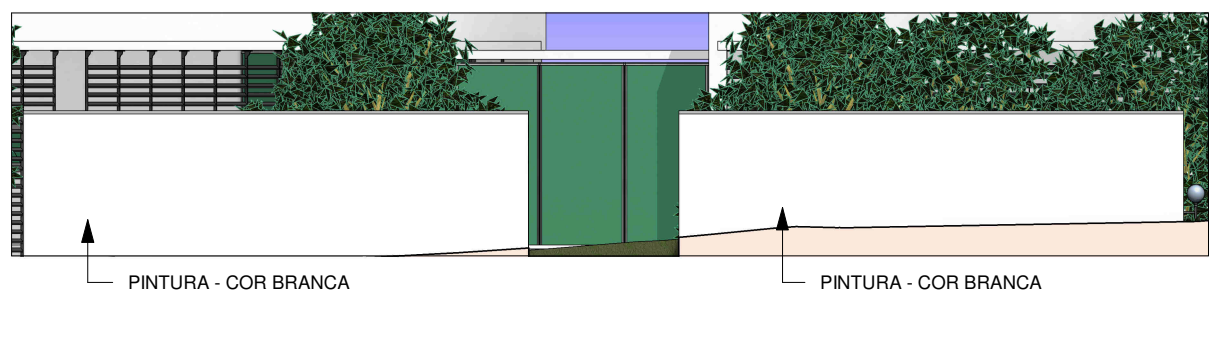
4 **PRÉDIO PRINCIPAL - F. NOROESTE**
ESCALA -1 : 125



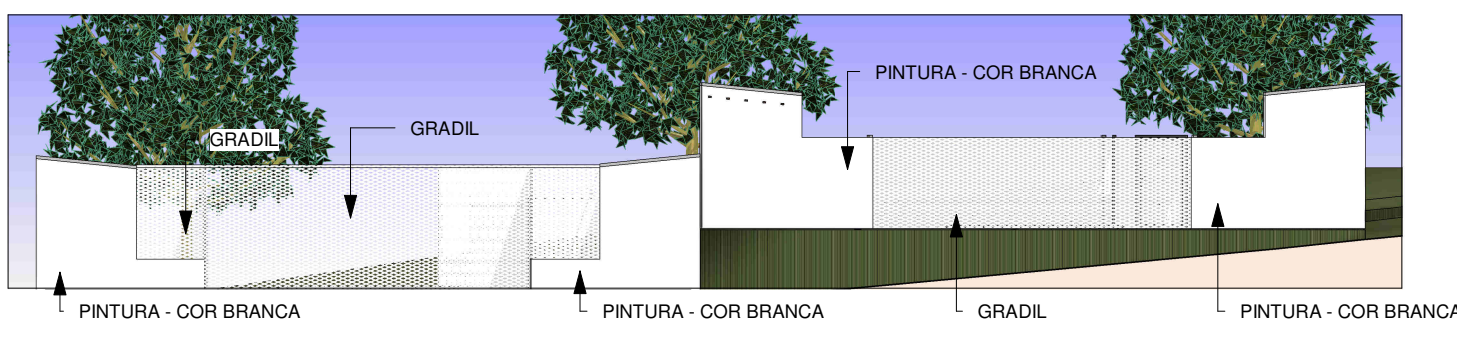
5 **ADOÇÃO - F. NORDESTE**
ESCALA -1 : 125



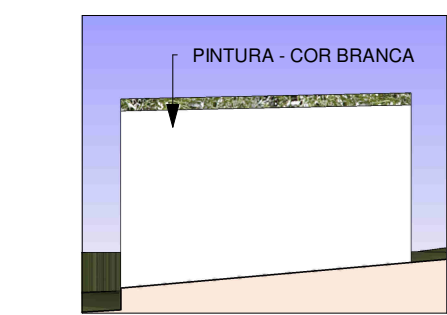
6 **ADOÇÃO - F. SUDESTE**
ESCALA -1 : 125



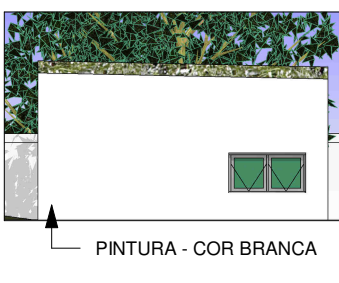
7 **ADOÇÃO - F. SUDOESTE**
ESCALA -1 : 125



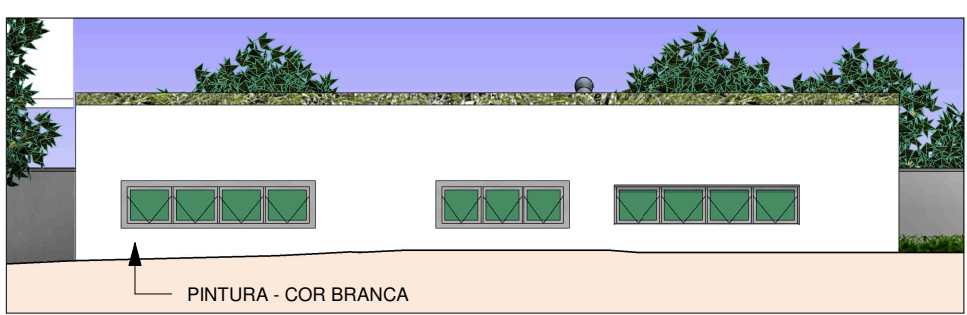
8 **ADOÇÃO - F. NOROESTE**
ESCALA -1 : 125



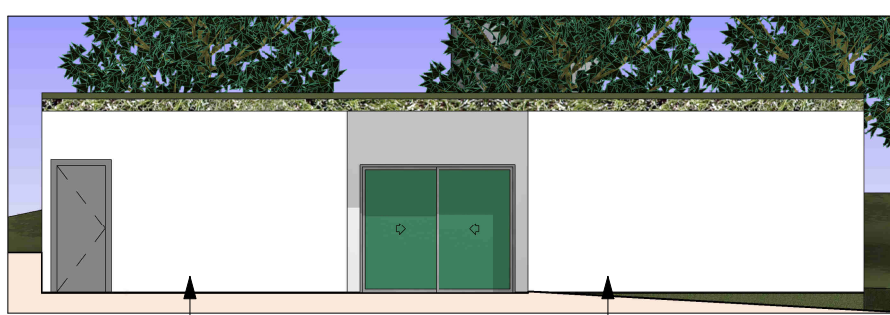
9 **ANEXO SAÚDE - F. NORDESTE**
ESCALA -1 : 125



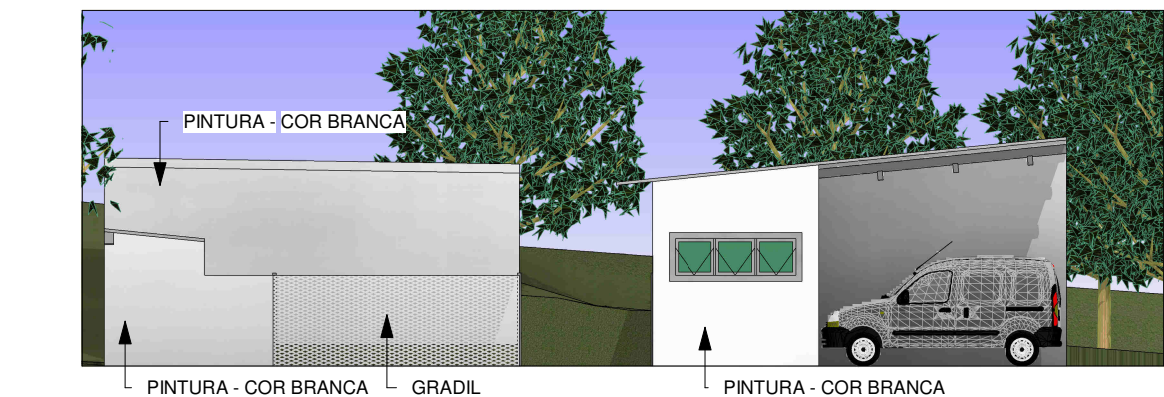
10 **ANEXO SAÚDE - F. SUDESTE**
ESCALA -1 : 125



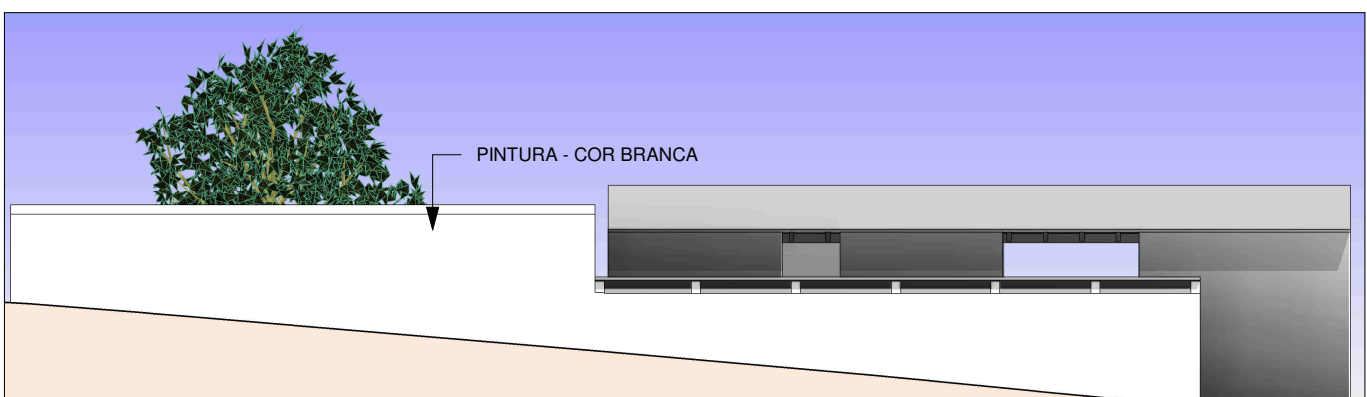
11 **ANEXO SAÚDE - F. SUDOESTE**
ESCALA -1 : 125



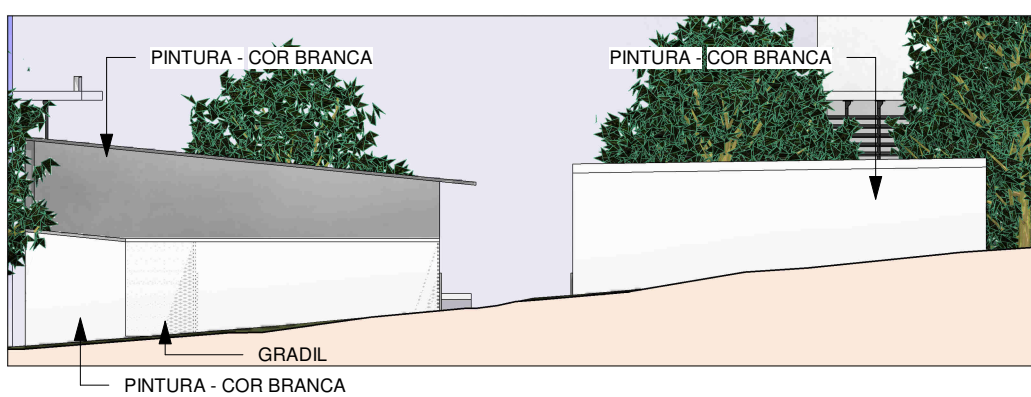
12 **ANEXO SAÚDE - F. NOROESTE**
ESCALA -1 : 125



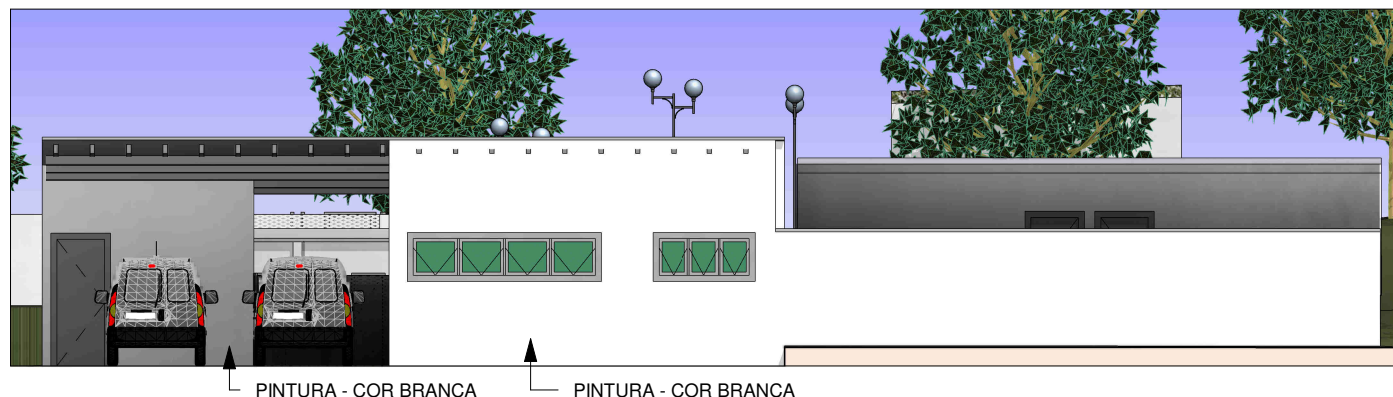
13 **RESGATE E APOIO - F. NORDESTE**
ESCALA -1 : 125



14 **RESGATE E APOIO - F. SUDESTE**
ESCALA -1 : 125



15 **RESGATE E APOIO - F. SUDOESTE**
ESCALA -1 : 125



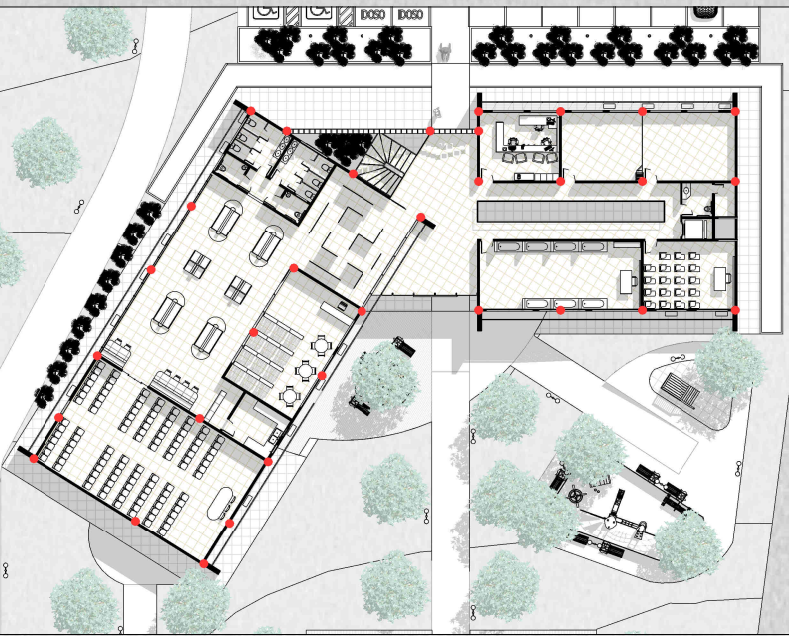
16 **RESGATE E APOIO - F. NOROESTE**
ESCALA -1 : 125



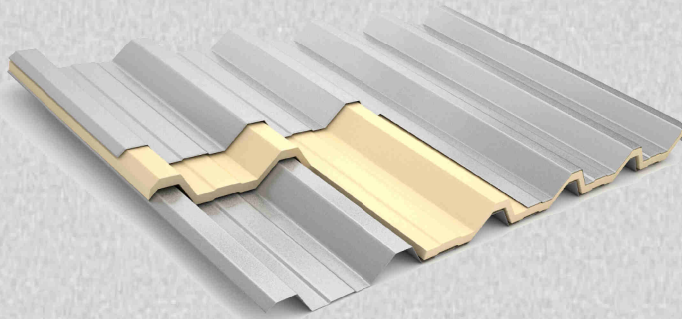
MÉTODO CONSTRUTIVO



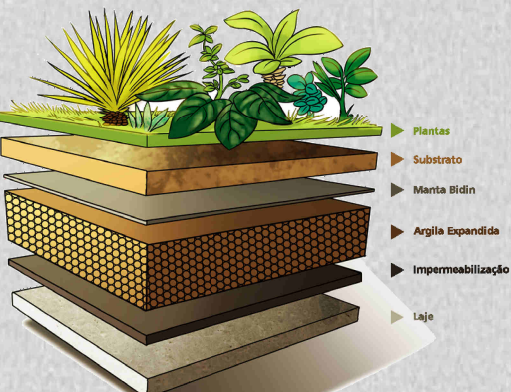
FECHAMENTO EM ALVENARIA CONVENCIONAL



ESTRUTURA MISTA - METÁLICA E CONCRETO

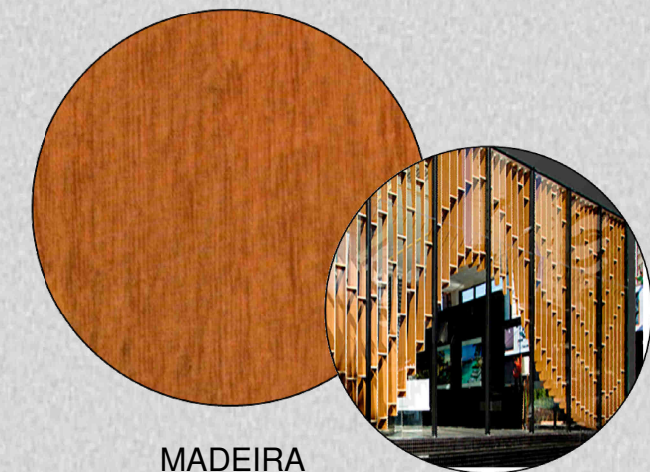


TELHAS SANDUÍCHES - TERMOACÚSTICAS

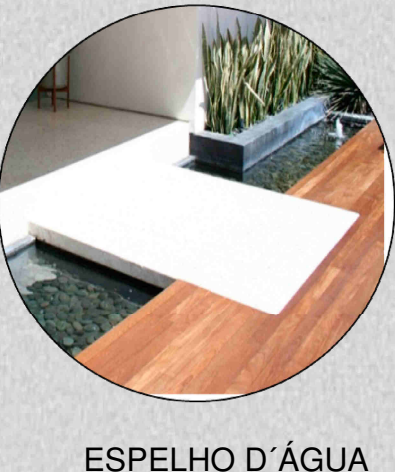


TETO JARDIM

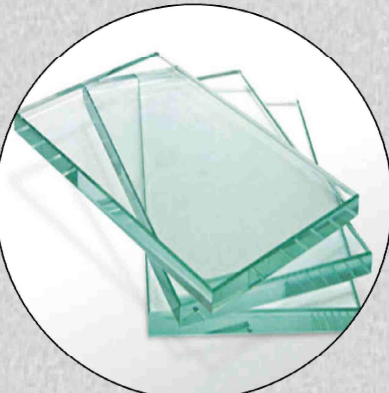
ELEMENTOS UTILIZADOS



MADEIRA



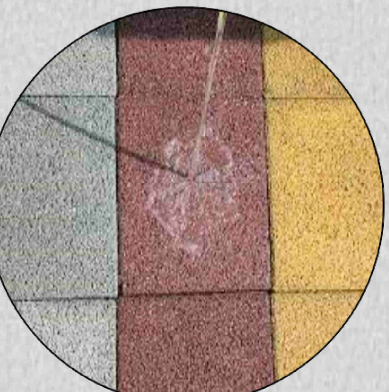
ESPELHO D'ÁGUA



VIDRO



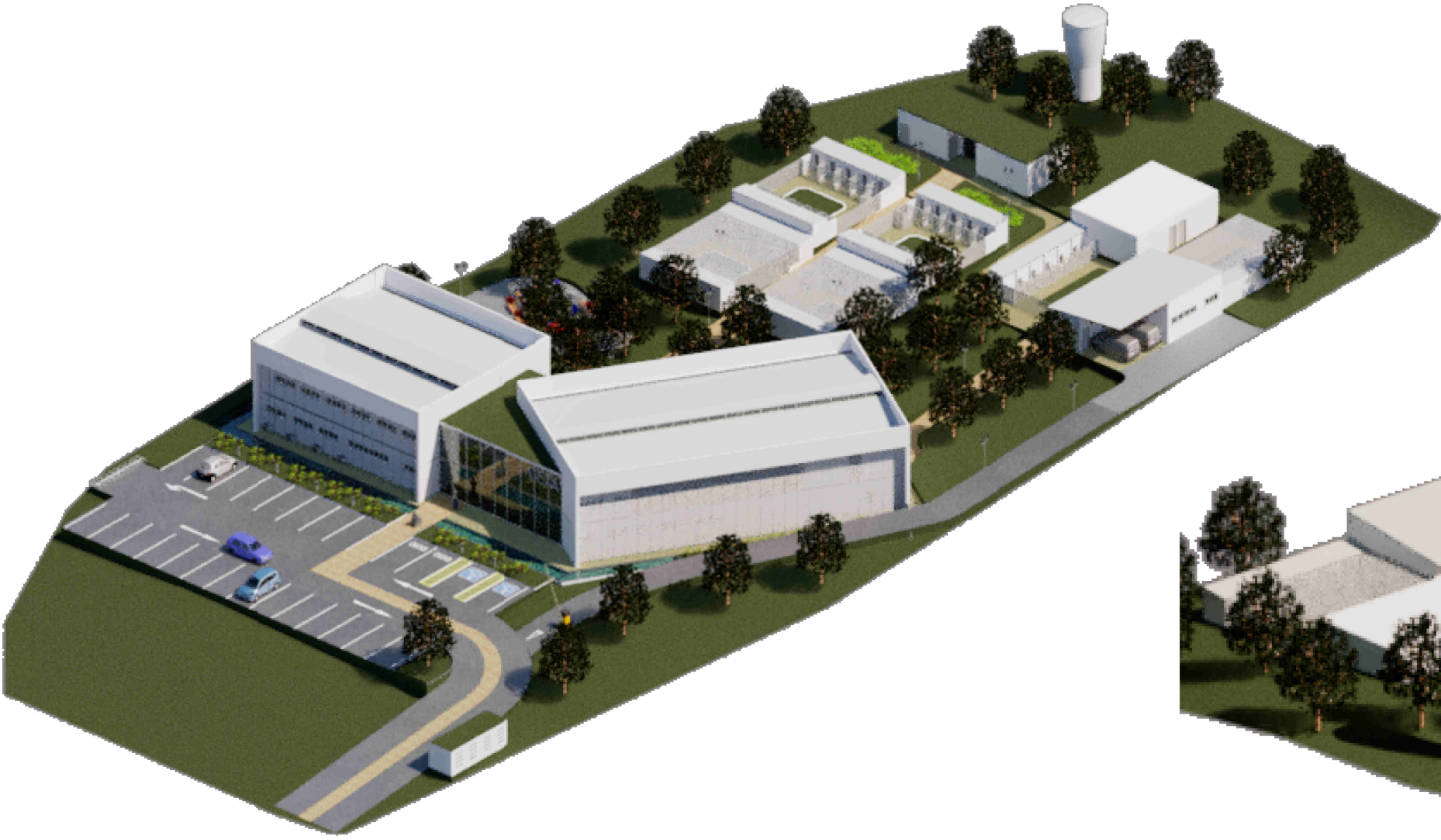
BRISE METÁLICO



PISO DRENANTE

ELEMENTOS UTILIZADOS

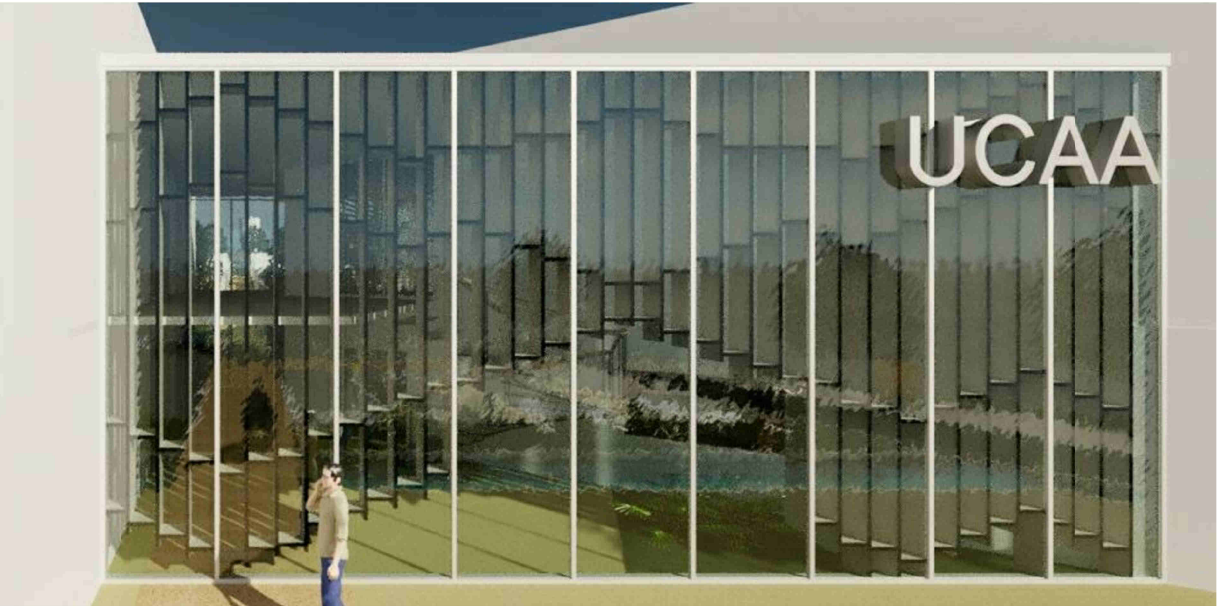
Como artifício de conforto ambiental as esquadrias mais altas com proteção dos brises protegem os ambientes da insolação direta. A cobertura tipo shed permite a circulação de ar e ventilação cruzada dos ambientes, e possibilita a iluminação difusa e dispersão do ar quente através do "efeito chaminé". O espelho d'água também é um elemento que atenua a sensação de desconforto térmico pois possibilita o resfriamento evaporativo.



VISTA DO ACESSO PRINCIPAL DA UCAA
S/ ESCALA



VISTA DO PRÉDIO PRINCIPAL DA UCAA
S/ ESCALA



DESTAQUE PARA VIDRO E MADEIRA QUE COMPÕE A FACHADA NORDESTE
S/ ESCALA



VISTA DO ESPELHO D'ÁGUA
S/ ESCALA



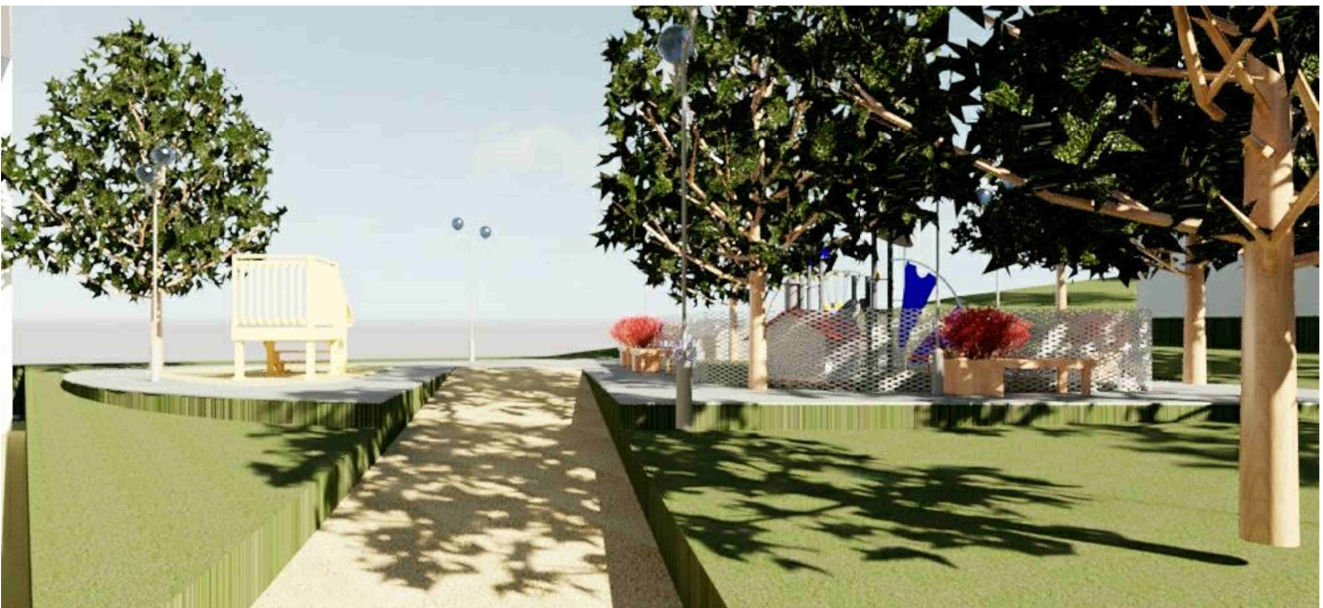
VISTA DO ACESSO AO SETOR EDUCACIONAL
S/ ESCALA



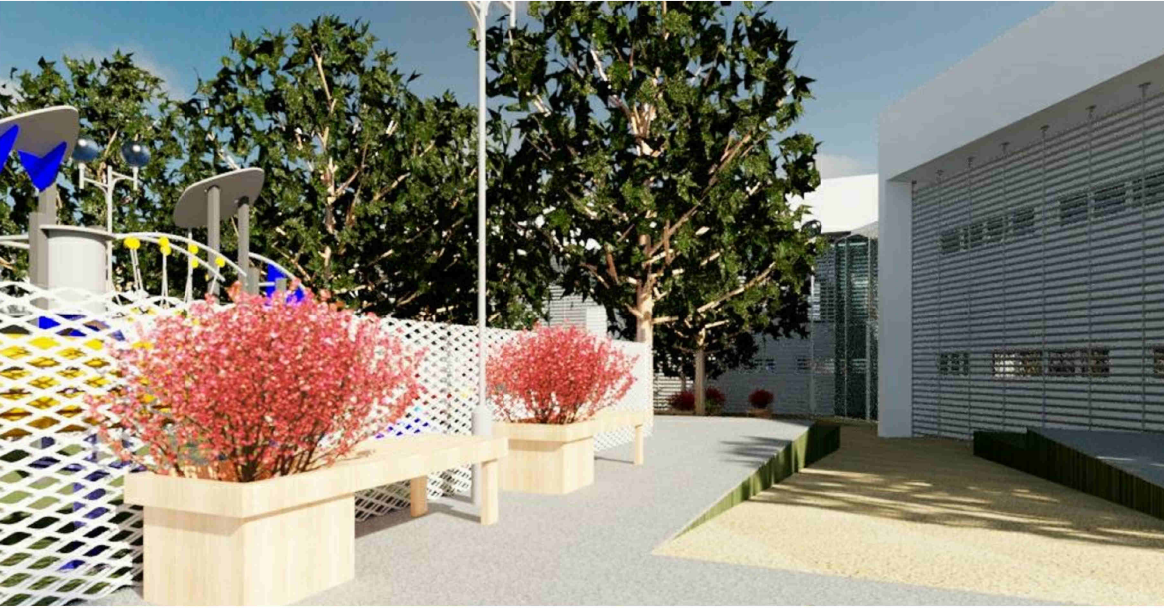
VISTA DO HALL DE INTERAÇÃO
S/ ESCALA



VISTA DA BIBLIOTECA
S/ ESCALA



VISTA DA PRAÇA
S/ ESCALA



VISTA DA FACHADA SUDOESTE A PARTIR DA PRAÇA
S/ ESCALA



VISTA DO HALL - FACHADA SUDOESTE
S/ ESCALA



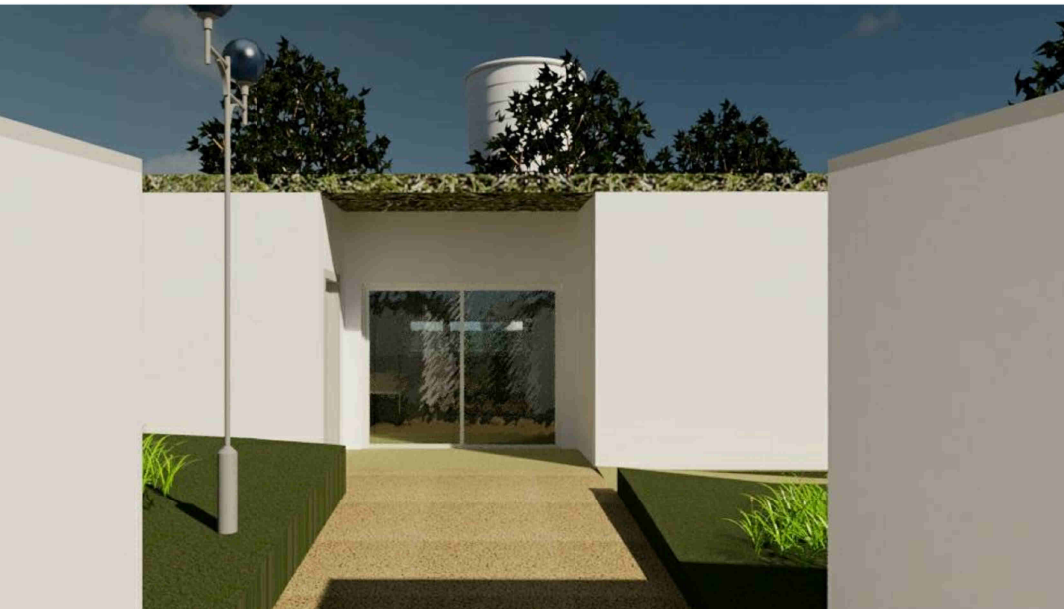
VISTA DO ACESSO AO SETOR DE ADOÇÃO
S/ ESCALA



VISTA DO SETOR DE ADOÇÃO
S/ ESCALA



VISTA DO CANIL DE ADOÇÃO
S/ ESCALA



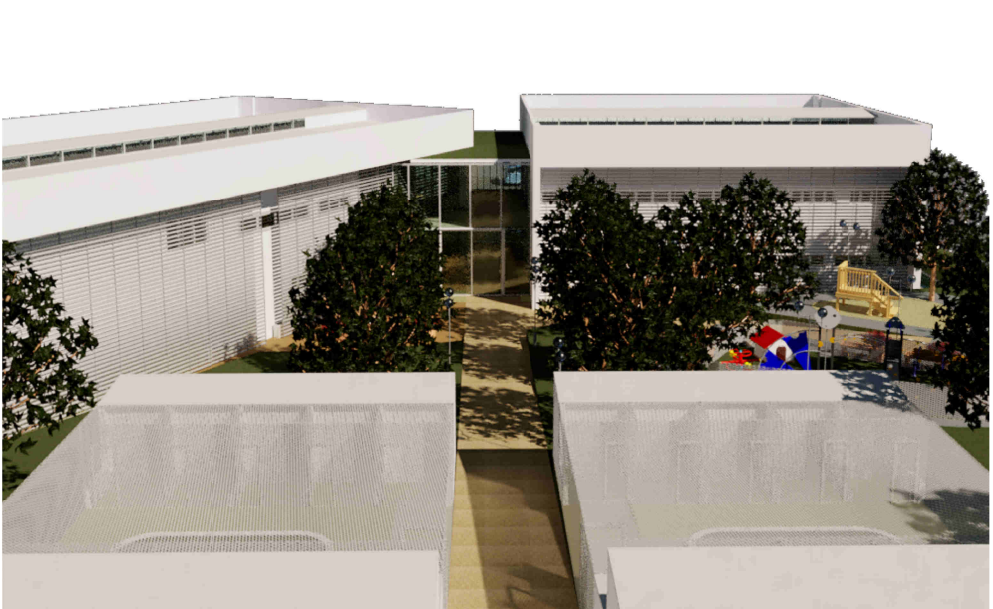
VISTA DO ANEXO - SETOR SAÚDE (CREMATÓRIO)
S/ ESCALA



VISTA DO ACESSO AO SETOR DE RESGATE E APOIO
S/ ESCALA



VISTA DO ACESSO DO SETOR DE RESGATE AO DA SAÚDE
S/ ESCALA



VISTA DE CIMA DO GATIL E DA FACHADA SUDOESTE
S/ ESCALA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DAU - DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ORIENTADOR: Profº. Dr. Márcio da Costa Pereira
COORIENTADORA: Profº. Dra. Angela Cristina Dias Ferreira
AUTORA: Laís Sínique Pedroza Oliveira Nunes

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR ANIMAL

UNIDADE DE CASTRAÇÃO E ADOÇÃO DE ANIMAIS (UCAA) EM ARACAJU/SE.

Conteúdo: VISTAS E DETALHES CONSTRUTIVOS

Escala: 1 : 500

Data: 29/03/2019

Folha:

06/06

APÊNDICE B - CARTILHA DO ANIMAL COMUNITÁRIO



CARTILHA DO ANIMAL COMUNITÁRIO

CONHEÇA OS CUIDADOS NECESSÁRIOS PARA SEU COMPANHEIRO

100kix@5r



CARTILHA DO ANIMAL COMUNITÁRIO

Por

Laís Síntique Pedroza Oliveira Nunes

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Trabalho de Conclusão de Curso - Apêndice A

Aracaju/SE

Edição do Autor

2019

1. DESCRIÇÃO DA CARTILHA

O que é?

O animal comunitário é aquele cachorro que, apesar de não ter tutor definido e único, é adotado por grupos específicos de pessoas, que têm a responsabilidade de cuidar de um ou mais animais, sem necessariamente levá-los para casa. Estes precisam oferecer todas as condições para que os animais tenham uma vida saudável.

Esta cartilha visa ajudar a você, tutor, a cuidar do seu animal e a estar atendo para quando seu amiguinho apresentar algumas mudanças de comportamento.

Trate bem quem só te dá carinho e atenção. Faça dessa amizade uma Guarda Responsável.



3. CUIDADOS ESPECIAIS



Higiene com o abrigo: o cão deve ter abrigo confortável, protegido do sol, da chuva e do vento. Para evitar algumas doenças, recomenda-se um banho por mês. Já os felinos são animais muito limpos e não precisam tomar banho frequentemente.



Cuidados Médicos: seu amigo também precisa ir ao médico. Ao desmamar, ele deve visitar o médico veterinário para desverminar e receber as vacinas. Os filhotes devem ser vacinados com 2, 3 e 4 meses de idade, e os adultos anualmente, com vacina contra a raiva e doenças próprias da espécie. Providencie a vermifugação do seu animal seguindo as orientações veterinárias a esse respeito. E não se esqueça de levá-lo para fazer exercícios.



Alimentação: um animal bem alimentado é um amigo feliz. Forneça alimentos apropriados, de acordo com a espécie e a idade do animal. Os adultos devem ser alimentados duas vezes ao dia, e os filhotes de quatro a seis vezes ao dia. Mantenha sempre a água limpa e fresca à disposição. Recolha os restos de alimentos do comedouro do animal, evitando, assim a proliferação de ratos, baratas e formigas.

4. FIQUE DE OLHO!

Conheça as doenças que mais atingem cachorros e gatos e saiba como evitá-los e tratá-las.



a) Raiva

O que é: A doença raiva é uma zoonose (doença transmitida do animal para o homem) letal. é transmitido através da mordida de um animal infectado

Sintomas: No início da doença, há alteração comportamental, mudanças de hábitos, salivação excessiva, latidos ou miados com maior frequência e agressividade. Com o agravamento do quadro, o animal passa a ter os músculos rígidos, fazendo com que tenha dificuldade para deglutir e mastigar, causando a famosa "boca espumando", já que não consegue engolir a saliva. Este quadro pode evoluir para crises convulsivas e paralisia total do corpo.

Tratamento: A raiva não possui tratamento, sendo uma doença 100% letal. A única forma de prevenção da raiva é a vacinação anual de cães e gatos.

b) Erlichiose (doença do carrapato)

O que é: uma infecção gravíssima transmitida por carrapatos portadores de bactérias do gênero *erlichia*.

O que acontece: entre os problemas desencadeados estão anemia, hemorragia, insuficiência renal, inflamações oculares e alterações neurológicas e de comportamento. Como a bactéria promove uma anemia grave, pode levar o animal à morte.

Prevenção: ela ocorre com a aplicação mensal de remédios para ectoparasitas, que evitam a infestação por carrapatos.

Sintomas: vários sinais indicam erliquiose. Os principais são febre, tosse, vômito, diarreia, depressão, hematomas, perda de apetite, anemia e dificuldade de respirar.

Tratamento: é feito com remédios, de acordo com o estágio em que se descobriu a doença.

c) Insuficiência renal

O que é: alteração na capacidade de filtragem dos rins. A causa mais comum da insuficiência renal crônica é o envelhecimento do bicho com certa predisposição familiar. Já a insuficiência renal aguda costuma estar ligada a fatores isquêmicos, infecciosos ou tóxicos.

O que acontece: o agravamento da doença pode provocar infecções do trato urinário, úlceras na boca e no estômago e pressão alta que leva à cegueira.

Sintomas: o animal perde o apetite, emagrece rapidamente, passa a beber muita água e faz um xixi bem clarinho a todo momento. Vômitos e diarreia também são sinais da doença. Alguns, ainda, desenvolvem anemia.

Tratamento: o objetivo é restabelecer o equilíbrio orgânico com uma dieta apropriada. Quando parte significativa dos rins foi comprometida, a recuperação do órgão se torna inviável, restando apenas a possibilidade de controlar o quadro. A hemodiálise pode ser indicada nos casos em que a terapia convencional com fluidoterapia não surte efeito.

d) **Otite**

O que é: é a popular inflamação de ouvido.

O que acontece: Pode se agravar e provocar uma meningite e ou até infecção generalizada, dois males capazes de matar.

Prevenção: proteja as orelhas do seu bicho durante o banho, tome cuidado com a limpeza do canal auditivo externo.

Sintomas: quando há uma otite, o que fica mais evidente é o coça-coça das orelhas e o balançar frequente da cabeça. Secreção amarelada ou enegrecida e fedida também pode indicar que a infecção está instalada e latente.

Tratamento: é feito com antibiótico no caso das otites bacterianas, antifúngicos para a otite fúngica, antiparasitários para a otite parasitária e ceruminolíticos, quando se trata de uma otite ceruminosa ou seborreica.

e) Cinomose

O que é: A cinomose é uma doença infecciosa causada por um vírus da Família Paramyxovirida.

O que acontece: ataca o trato respiratório, digestivo e neurológico dos cães – na maioria ainda jovens ou idosos não imunizados..

Prevenção: proteja as orelhas do seu bicho durante o banho, tome cuidado com a limpeza do canal auditivo externo.

Sintomas: diarreia, vômitos, corrimento nasal e ocular, falta de coordenação motora, febre e dificuldade para respirar.

Tratamento: A melhor solução ainda é a prevenção, ou seja, vacinar corretamente.

5. CUIDE DOS NOVOS

Caso você e seus vizinhos tenham alguns cachorros de rua aí na sua região, que tal implementar o cão comunitário? Com todos fazendo uma pequena parte, esses animais terão comida, carinho, bem-estar e saúde. E não ficará pesado para nenhum dos moradores. Pense nisso! Ajudar animais abandonados vai fazer você se sentir feliz e realizado.



6. MAS TENHA CAUTELA...

- Ao resgatar tome cuidado. Certifique-se que não possui um dono procurando coleira ou se está em cuidado.
- Não se aproxime de maneira brusca.
- Permita que ele vá até você e queira te conhecer melhor.
- Para conseguir sua atenção, uma ideia é oferecer alguns petiscos, já que esses animais costumam estar famintos.
- Você deve mostrar a ele que não é uma ameaça. Aos poucos o animal começará a ceder e aceitar seu toque.



- Assim que confiar em você, é hora de levá-lo para efetuar o cadastro e receber previamente os cuidados necessários de tratamento.

Lembre-se:

Quando o animal estiver machucado, cubra-o com um cobertor ou pano para poder pegá-lo no colo sem machucar ainda mais.

Maltratar um animal, por qualquer motivo, além de cruel, é um crime que prevê penas de prisão e multa





TÊ-LOS É UMA BOA OPÇÃO,
CUIDÁ-LOS É UMA OBRIGAÇÃO!